

**O BRASIL AGRÍCOLA**

JANEIRO/2002 - Nº 637 - ANO 58 - R\$ 6,00 - [www.agranja.com](http://www.agranja.com)

# agranja



# 2002

**O GRANDE ANO  
DO AGRONEGÓCIO**

*Edição de Aniversário*



# A PRIMEIRA AXIAL PRODUZIDA NO BRASIL



## AXIAL FLOW A PRIMEIRA DO MUNDO,



A primeira colheitadeira axial produzida no Brasil só podia ser Case IH, o fabricante que inventou o sistema axial e é líder mundial em vendas na categoria. Depois de incorporar a Case IH, a CNH, maior fabricante mundial de máquinas agrícolas, colocou o Brasil definitivamente em suas prioridades de investimentos. Somente neste ano, foram mais de 150 milhões de dólares investidos. O nosso objetivo é fazer do país, a exemplo dos Estados Unidos, um pólo de pesquisa, desenvolvimento e fabricação de produtos avançados. Para a produção da colheitadeira Axial Flow no Brasil, a empresa implantou uma nova linha de



O BRASIL NÃO PODIA SER OUTRA.

LOW 2388.  
AGORA **MADE IN BRAZIL.**

produção, priorizou a capacitação de seus profissionais e de fornecedores e a nacionalização de componentes. Tudo isso para oferecer ao produtor avançado do Brasil a melhor tecnologia para colheita, com suporte permanente de peças e serviços. Mais uma vez a Case IH prova que é a melhor solução em produtos e sistemas de mecanização "best in class" com tecnologia mundial, para a agricultura mais dinâmica do mundo. Axial Flow 2388 made in Brazil. A tecnologia de ponta para quem está sempre à frente no agronegócio do país.

**CASE *III***

Soluções avançadas, soluções Case IH.

AS MAIS AVANÇADAS TECNOLOGIAS NO MAIOR EVENTO DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

# Show Rural

COOPAVEL

2002

4 a 8 de fevereiro de 2002

Centro Tecnológico Coopavel - CTC  
BR 277, Km 577 - Cascavel - PR



## 14 REPORTAGEM DE CAPA

Os desafios do agronegócio em 2002

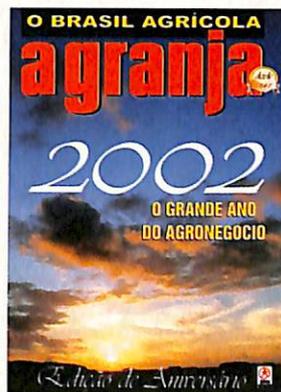
A Granja



Anderson Prado

## 38 HORTICULTURA

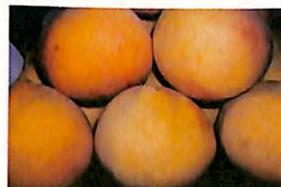
As vedetes das hortaliças



A Granja

## 42 ANIVERSÁRIO A GRANJA

Desde 1945, a nossa tradição é mudar



Ana Esteves

## 44 FRUTICULTURA

Fruta no pé é dinheiro na mão



## 48 SHOW RURAL COOPAVEL 2002

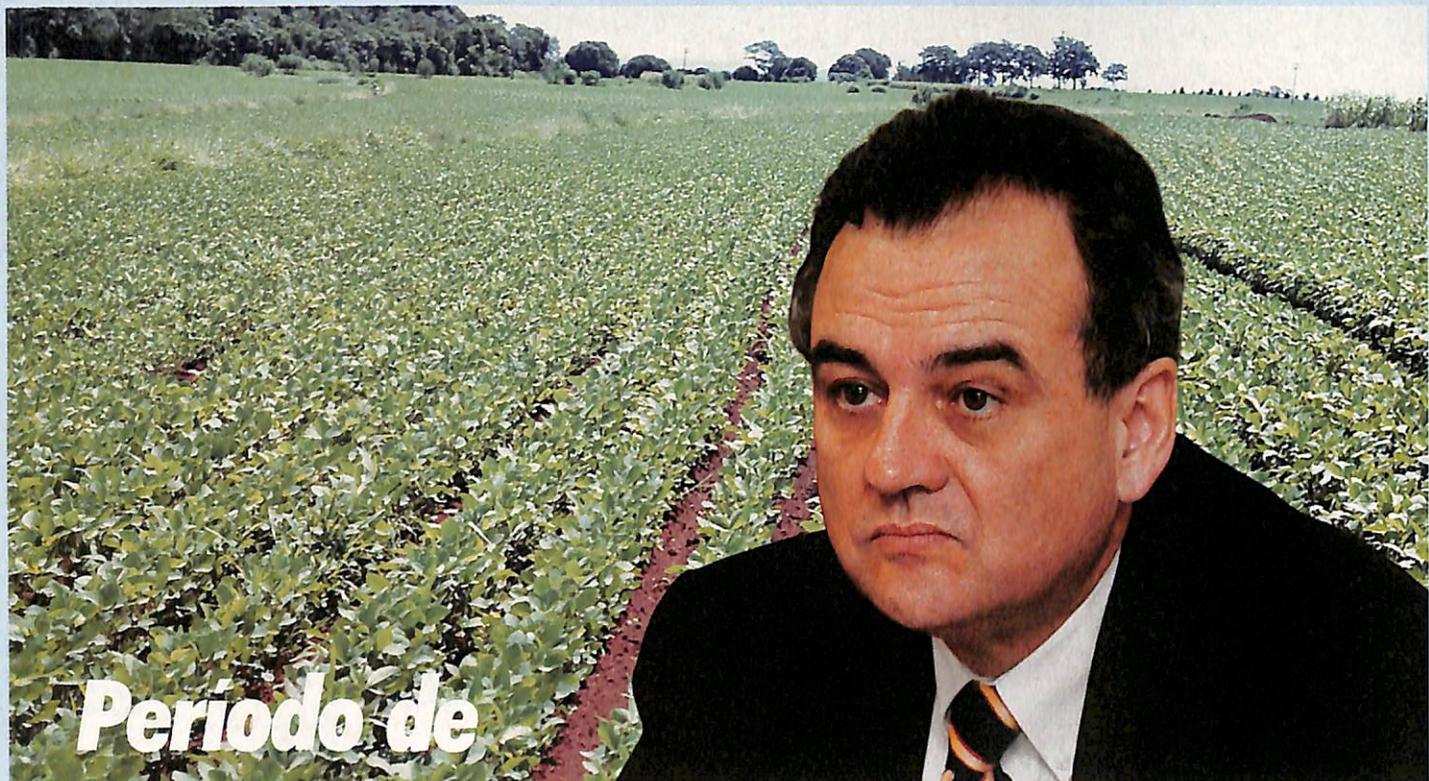
Novidades tecnológicas a campo

## SEÇÕES

6 Depoimento  
9 Aconteceu  
10 Aqui Está a Solução  
12 Cartas, Fax, E-mails  
13 Eduardo Almeida Reis

50 Pastagens  
52 Revista Chacra  
53 Tudo Sobre Silos na Fazenda  
54 Agricultura & Meio Ambiente  
55 Plantio Direto

58 Agribusiness  
62 Flash  
64 Biotecnologia  
65 Novidades no Mercado  
66 Ponto de Vista



Divulgação

# TRANSFORMAÇÃO

Adriana Langon

**N**essa trajetória rumo ao avanço do agronegócio, entidades representativas, como a Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER), por exemplo, também fazem a sua parte e prestam a sua contribuição. Na linha de frente da SOBER até 2003, o carioca **Antônio Salazar Brandão** (52 anos), Ph.D em economia agrícola pela Purdue University/EUA, tem sob sua responsabilidade a missão de estimular a formulação e o debate de idéias políticas, econômicas e sociológicas que venham a somar no processo de decisão gerencial de empresários rurais e produtores. Um papel que, à primeira vista, pode parecer meramente burocrático, mas é fundamental para o crescimento e fortalecimento do setor produtivo.

**A Granja** — Partindo de um dos principais objetivos da Sober, que é colaborar no desenvolvimento científico e tecnológico do País, como o senhor avalia a evolução científica e tecnológica do agronegócio brasileiro, neste início de século?

**Antônio Salazar Brandão** — Houve quase uma revolução no agronegócio em todo o mundo e o Brasil não ficou atrás. A primeira coisa a se observar é que apenas recentemente o conceito foi incorporado de forma sistemática ao pensamento de economistas, sociólogos, outros cientistas e formuladores de política econômica. Foi um avanço importante, porque nos levou a uma concepção integrada das etapas do processo produtivo. Mas a revolução, mesmo, está ocorrendo no setor de agronegócios. É importante chamar a atenção para a transformação que vem ocorrendo na indústria de alimentos. Esse é um

fato notável. De um lado, esse processo vem diminuindo o tempo de preparo de alimentos dentro de casa. Mas isso já vem acontecendo há mais de 20 anos. O fato novo é a melhora substancial da qualidade dos produtos, processo que vem sendo induzido pelas preocupações dos consumidores com o sabor, com a saúde e o bem-estar, e com o meio ambiente. A variedade de alimentos industrializados de excelente qualidade encontrados nos supermercados é impressionante e atende a todos os paladares e restrições alimentares.

Outro fator a ser destacado entre os mais marcantes do desenvolvimento agrícola do Brasil, nos anos recentes, é o expressivo crescimento de produtividade observado em grande parte dos principais segmentos do setor primário. Durante a década de 70, e em grande parte da década de 80, o crescimento foi calcado na expansão da área. A partir do final da década de 80, a produtividade passa a ser fator preponderante do crescimento. É digno de nota, por exemplo, o fato de que a produtividade da terra com o algodão cresceu, nos últimos anos, a uma taxa de quase 4% ao ano. Ao lado desse processo, nota-se também que a maneira de fazer negócios está sofrendo modificações muito importantes no setor. Elementos emblemáticos disso são os novos instrumentos financeiros crescentemente utilizados, tanto por produtores quanto por cooperativas (como a CPR), e a crescente importância dos contratos futuros de produtos agrícolas. Além disso, observa-se uma tendência de formalização das relações contratuais entre produtores rurais e indústria. Gostaria de ressaltar a importância da formalização das relações contratuais entre produtores e indústria para o planejamento de médio prazo de ambos. Um exemplo muito ilustrativo está ocorrendo no Estado do Rio de Janeiro, com o recém-implantado Pólo de Fruticultura do Norte-Noroeste Fluminense. A instalação de uma grande empresa processadora de sucos, que está trabalhando com contratos de compra, com preço mínimo garantido, tem sido um dos fatores mais importantes para a rápida expansão de área plantada com abacaxi e maracujá, naquelas regiões do Estado.

**P — Nesse mundo globalizado, aos olhos de um doutor em economia agrícola, quais as expectativas e desafios do agribusiness nacional em 2002?**

**R —** O Brasil é um país com um setor agrícola extremamente dinâmico e

com grande capacidade de competição. Mas o crescimento de nossas exportações mais importantes vem encontrando dificuldades, em função do protecionismo dos países desenvolvidos. Vejamos o caso do suco de laranja, no qual o Brasil é um país que produz a custos baixos. Não obstante, os Estados Unidos colocam uma tarifa de mais de US\$ 400 por tonelada sobre o suco importado do Brasil, o que reduz a competitividade do produto naquele mercado. Da mesma forma, as quotas de importação de açúcar do Brasil, naquele país, são extremamente baixas, impedindo assim que nossos produtores (que têm o menor custo de produção do mundo) penetrem naquele mercado de forma mais significativa. A União Européia e o Japão também não ficam atrás. Portanto, o maior desafio que

sistema de informação sobre potencialidade das propriedades, reforma do ITR. O assunto é complexo e requer um comprometimento grande do poder público. Porém, os benefícios obtidos pelo aumento da transparência do mercado de terras será muito maior do que os custos, facilitando sobremaneira o processo de compra e venda de terras no País. Os indivíduos ou famílias mais aptos para a atividade terão maior facilidade de acesso à terra. Os atuais proprietários, que hoje não produzem por falta de aptidão ou de recursos para investir, terão mais facilidade para deixar o setor. Numa economia sem inflação, o custo de manter terra ociosa é elevado e um mercado transparente facilitará o ajustamento.

### *" Os programas de assentamento, em sua grande maioria, não têm feito mais do que dar terra às famílias "*

enfrentamos no momento é a luta contra esse protecionismo. Isso tem que ser feito em todas as frentes possíveis: na negociação da ALCA, na negociação de um acordo entre o MERCOSUL e a União Européia, nas negociações multilaterais na OMC, e nas demais negociações comerciais do Brasil. Estou de acordo com a posição do governo brasileiro de que não podemos deixar de fora o setor agrícola nas negociações da ALCA.

**P — A polêmica questão agrária, que atormentou o produtor rural no ano passado, a exemplo de anos anteriores, ainda está longe de uma trégua?**

**R —** Essa questão não terá uma solução adequada enquanto a sociedade brasileira e seus representantes nos poderes legislativo e executivo não entenderem que, com o avanço da tecnologia, a contribuição da terra para a produção agrícola está se tornando cada vez menor. Os programas de assentamento, em sua grande maioria, não têm feito mais do que dar a terra às famílias. Isso é insuficiente para permitir que essas famílias aumentem sua renda e melhorem efetivamente seu nível de vida. O caminho para equacionar o problema da terra é complexo, envolve iniciativas em várias frentes. Uma das mais importantes é a reformulação completa no sistema de administração de terras no Brasil. Isso envolve regularização de posse de terra (titulação), interligação do cadastro das propriedades e do sistema de registro de imóveis, desenvolvimento de um

**P — Na sua opinião, qual seria a solução ou o caminho para resolver os conflitos agrários no País?**

**R —** Em adição ao que disse na resposta anterior, acredito que não podemos ser complacentes com as violações ao direito de propriedade. Atitudes dúbias a esse respeito reduzem a atratividade do investimento no setor, diminuindo a intensidade de uso da terra e a capacidade de produção da agricultura. E, obviamente, diminuirá também a capacidade de gerar empregos no setor agrícola. Isso está claramente acontecendo no Rio Grande do Sul que, no momento, tem um governo que apoia o MST.

**P — Qual a sua posição sobre a proposta de emenda constitucional que limita a área das propriedades rurais brasileiras em 35 módulos fiscais? As grandes propriedades, mesmo que produtivas, podem acabar?**

**R —** Acho desnecessário esse tipo de medida. Não podemos perder de vista que o proprietário nem sempre tem condições de explorar a terra. Existem razões para isso, tais como a falta de capital e a limitação da capacidade gerencial (a agricultura moderna é intensiva em gerenciamento e supervisão). O importante é ter um mercado de arrendamento que funcione adequadamente e isso garantirá que propriedades de qualquer tamanho possam ser exploradas de maneira eficiente.

**P — Estamos à mercê de movimen-**

## tos como o MST?

**R** — Não devemos nos sujeitar a isso, sob pena de virmos a reduzir a capacidade de produção da agricultura e sua capacidade de gerar renda, gerar divisas e gerar empregos. Isso não quer dizer que devamos desconsiderar os problemas relacionados com a pobreza no setor rural. Faz-se necessário que os governos criem programas que facilitem a absorção dessas pessoas pelo mercado de trabalho, quer seja no setor rural, quer seja no setor urbano.

## "Os ganhos de produtividade chegaram a compensar a enorme queda nos preços agrícolas"

**P** — **Tem-se afirmado exaustivamente que o produtor rural vem perdendo renda, ano a ano. Essa afirmação passará a fazer parte do passado ou continuará se perpetuando em 2002?**

**R** — A afirmativa de que o produtor rural vem perdendo renda ano a ano me parece um pouco exagerada. Durante os planos de estabilização econômica, a agricultura foi muito penalizada com as medidas adotadas em relação à correção monetária e aos preços mínimos. No plano real, o problema foram as taxas de juros extremamente elevadas e a valorização da taxa de câmbio. A abertura comercial também colocou pressões adicionais muito fortes sobre o setor. Mas agora a situação está se modificando. Os benefícios da abertura comercial começam a se materializar. Os ganhos de produtividade no setor rural foram bastante fortes, chegando mesmo a compensar a enorme queda dos preços agrícolas. O PIB do setor agrícola, que é a medida mais completa da renda do setor, continua crescendo a taxas semelhantes (algumas vezes até superiores) às do restante da economia.

**P** — **Direcionando mais para o mercado externo, o Brasil é competitivo na área agrícola? Em quais produtos somos ou estamos deixando de ser competitivos?**

**R** — Não há dúvida de que o Brasil é competitivo na agricultura e os setores são bem conhecidos: açúcar, soja, carnes, café e suco de laranja contribuem de forma expressiva para a balança comercial brasileira. Mas o potencial não pára aí: depois de muitos anos, o Brasil voltou a exportar pequenas quantidades de milho e estamos ensaiando também algumas expor-

tações no setor lácteo. Este último é dos mais atingidos pelo protecionismo nos Estados Unidos e na União Européia, o que dificulta sobremaneira as exportações. Não obstante, grandes reduções de custo vêm ocorrendo, tanto no setor primário quanto na indústria, o que deixa o Brasil em posição favorável para competir. Mas é preciso lutar para a redução do protecionismo. A título de ilustração, gostaria de fazer menção ao fato de que simulações que realizei em um trabalho para o IPEA,

preparado em conjunto com Alexandre Pessoa Brandão, mostraram que as exportações brasileiras de produtos agrícolas processados e de produtos da pecuária terão expansão significativa numa eventual negociação da Área de Livre Comércio das Américas. O mesmo não ocorrerá com o setor de grãos.

**P** — **O que nos falta, falando em mercado internacional, é puramente posicionamento político e/ou marketing?**

**R** — Melhoramos muito no posicionamento político. Mas ainda falta um esforço de vendas mais sistemático.

**P** — **No caso da fruticultura, o Brasil tem todas as condições favoráveis para tornar-se um grande pólo exportador de frutas tropicais. Mas, na prática, parece que essa meta está ainda distante. Por quê?**

**R** — O mercado internacional para frutas está crescendo bastante, principalmente para frutas tropicais. O Brasil é um dos maiores produtores mundiais, porém, excetuando o suco de laranja, as exportações são pequenas. O descompasso entre produção e exportação está associado a diversos fatores. Gostaria de notar primeiramente o fato de que grande parte da produção brasileira ainda não atinge os padrões de qualidade exigidos pelos consumidores. Existem exceções, como são os casos de algumas regiões do Nordeste e do Espírito Santo. Essas regiões têm uma fruticultura de excelente qualidade e exportam regularmente para os mercados europeu e americano. A falta de qualidade se repercute ainda na dificuldade que temos para atender às exigências sanitárias e fitossanitárias (muitas delas legítimas) dos importadores japoneses, ameri-

canos e europeus. Mas é importante observar que estamos caminhando a passos largos para eliminarmos essas dificuldades. O que está acontecendo no Pólo de Fruticultura Irrigada do Norte-Noroeste do Rio de Janeiro é um exemplo disso. O estado dispõe de uma infra-estrutura privilegiada para esse tipo de atividade: estradas de boa qualidade, bons serviços de telecomunicações, proximidade de portos e aeroportos, excelentes centros de pesquisa e ampla disponibilidade de energia. Esse novo pólo de produção está crescendo de forma surpreendente, impulsionado pelo mercado local, pelo apoio dos governos federal, estaduais e municipais, e pela rentabilidade do negócio. Dispondo de uma área potencial para fruticultura irrigada de aproximadamente 180 mil hectares, o estado pode vir a se tornar um grande exportador de frutas e sucos tropicais nos próximos cinco anos.

**P** — **Como podemos nos armar e articular para derrubar as barreiras impostas pelos ditos países ricos?**

**R** — O Brasil está bem articulado. Fazemos parte do grupo de Cairns e nossa atuação na OMC está se tornando cada vez mais eficaz, conforme vimos na última reunião. Precisamos dar continuidade a esse processo. Um aspecto fundamental dessa articulação é manter a coesão com os países integrantes do MERCOSUL.

**P** — **Mas temos a crise da Argentina. De que maneira ela poderá se refletir no mercado agrícola brasileiro? Ela coloca em risco o futuro do Mercosul?**

**R** — Os mercados financeiros internacionais já aprenderam que o Brasil está numa situação melhor do que a Argentina no momento. Em vista disso, o perigo de contaminação financeira foi parcialmente eliminado. No setor real também a crise Argentina não deverá ter muito impacto sobre o Brasil, tendo em vista o tamanho das duas economias. Quanto ao futuro do MERCOSUL, tenho a impressão que, quando a crise na Argentina passar (e ela vai passar), conseguiremos continuar aprofundando os elos comerciais com aquele país e com os demais integrantes do MERCOSUL. Devemos lembrar que a integração trouxe inúmeros benefícios para as empresas argentinas, brasileiras, paraguaias e uruguaias, e elas têm interesse em aprofundar o processo de integração. Ademais, o MERCOSUL em conjunto tem melhores condições de negociar acordos de livre comércio. ■

# A safra 2002 vai bater todos os recordes, SE ...

**1.** Se houver maior planejamento familiar no campo. 80% das mulheres urbanas usam anticoncepcionais. Já no campo, onde o analfabetismo e a desinformação são muito maiores – assim como as pressões religiosas –, o quadro é bem diferente: 50% das mulheres não recorrem a nenhum tipo de prevenção. O resultado? Nascerem mais bebês onde o ambiente é de pobreza, de ignorância e de falta de horizontes.

**2.** Se houver uma renovação urgente na maior parte das lideranças rurais. É inegável e perceptível: a agricultura está mais moderna e dinâmica do que seus líderes. Tem muito líder incentivando e dando respaldo a choradeiras que já não fazem mais sentido. O verdadeiro líder sabe que o Governo é importante, mas prefere livrar-se dele. Afinal, não atrapalhando, já ajuda muito. Ou seja, a liderança moderna busca mais soluções do que reivindicações.

**3.** Se o ICM da cesta básica for simplesmente eliminado. É um absurdo que pobre que se alimenta de feijão e arroz esteja comendo impostos. Tanto se fala no social e onera-se principalmente quem vive “da mão para a boca”. Além do que, penaliza-se quem produz, aumenta-se o preço dos produtos, para o Governo captar mais em benefícios da burocracia preguiçosa e estável.

**4.** Se os produtos primários de exportação fossem totalmente desonerados de impostos. Como vamos competir lá fora com a brutal carga de impostos em cascata? Não podemos contar sempre com a eventual alavanca cambial. O ano é eleitoral. Portanto, é o grande momento, pois o cenário é favorável para a vigorosa atenção na busca de todos os meios à disposição do *lobby* agrícola, para livrar os produtos agropecuários das travas que penalizam nossa comercialização nos mercados internacionais.

**5.** Se o Custo Brasil for encarado, principalmente com a melhoria da logística de distribuição. Melhorar as estradas é imprescindível. Asfaltar outras tantas é importante. E, principalmente, cuidar da integração do transporte modal: rodovia/ferrovia/navegação fluvial. Acrescente-se a isso o reaparelhamento tecnológico de nossos portos pluviais e marítimos. O custo e o desperdício operacional na movimenta-

ção e transporte de nossos produtos primários, em todos os níveis, é algo tão grande que não consegue ser mensurável.

**6.** Se a aftosa for eliminada. Desde 1935 não existe aftosa nos Estados Unidos. A receita é simples: fiscalizar. Também aqui vai um desafio: será que alguém já mensurou, em termos práticos e objetivos, assim como de imagem, o que nos custa cada dia não estarmos carimbados com o OK da OIE (Organização Internacional de Epizootia)?

**7.** Se os transgênicos forem liberados com urgência. A inserção do Brasil no atraso tecnológico é algo tenebroso de se observar. Afinal de contas, até o Japão aderiu aos transgênicos. Graças aos nossos talibãs tupiniquins, os contradistas de sementes da Argentina estão “lavando a égua”, e produtores – que não são burros – na clandestinidade conseguem obter um custo de 20% a 30% menor na produção da soja. O produtor rural, assim como o consumidor, devem ter a liberdade de optar pelo produto transgênico, convencional ou ecológico. É assim que as coisas funcionam.

**8.** Se o Governo finalmente acordar e der um basta no MST, um movimento fundamentalista por excelência. Essa Reforma Agrária, demagógica, terrorista e improdutiva, só tem causado tensão ao verdadeiro homem do campo. Além do mais, por ser burocrática, é altamente ineficiente, improdutiva e sobretudo pesadíssima para o bolso do contribuinte. Hoje, o grande problema do País são os minifúndios improdutivos e sem horizontes. A primeira premissa para a existência de uma agricultura eficiente diz respeito à vocação do homem. E não é nada disso que se observa a olhos vistos. O que se vê é puro gansterismo a serviço de uma ideologia que não quer resolver o problema. Apenas e tão somente quer o poder por meio da destruição de tudo que é produtivo.

**9.** Se o Governo promover com força e decisão a verdadeira Reforma Agrária, que poderá ser obtida com o programa já existente. Banco da Terra, o verdadeiro caminho inovador, uma reforma capitalista para quem realmente é do ramo. Financiando pequenos agricultores, com prazo de 20

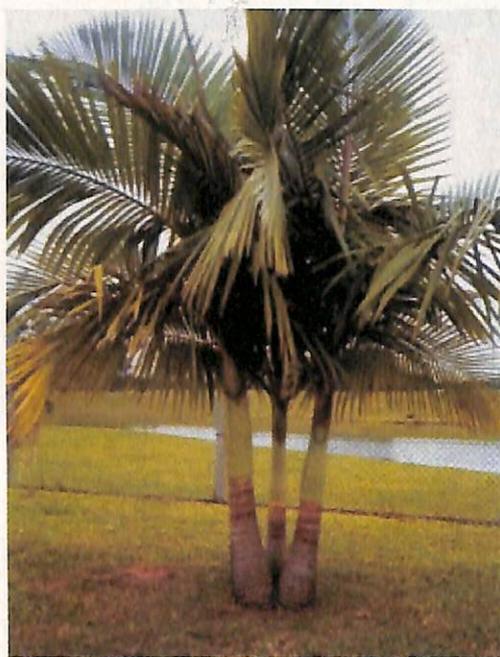
anos para pagar e três de carência, com a dívida podendo ser saldada por equivalência do produto. Com o crédito obtido, o agricultor vocacionado para o lucro pode, inclusive, comprar a terra do seu desejo e interesse, envolvendo a família e dando-lhe sustento. Pouca gente sabe (porque o Governo é ruim na divulgação de seus atos positivos) que o Banco da Terra, que iniciou sua operacionalização em outubro de 1999, já beneficiou 40 mil famílias de empreendedores rurais em aproximadamente 1.300 municípios, representando uma área de 660 mil hectares.

**10.** Se, finalmente, o Governo pisar no acelerador em favor do trigo. No atual estágio da nossa agricultura, é ilógico, inadmissível e totalmente burro que o Brasil esteja importando 80% do trigo que consume. Afinal, temos clima, tecnologia, maquinário e gente capaz, para resolver o drama que essa situação representa para nossa cadeia econômica.

**11.** Se o dinheiro disponível não secar para o Moderfrota, programa de financiamento compatível para a aquisição de maquinário agrícola e armazenagem. Seguramente não estaríamos comemorando uma safra de 100 milhões de toneladas perseguida há dez anos, se não houver a continuidade da alavancagem do Moderfrota.

**12.** Se a comercialização de nossos produtos primários conseguir ultrapassar as muralhas de proteção da União Europeia e dos Estados Unidos. Vai ser dureza, principalmente com a recente notícia de que a Câmara dos Deputados dos Estados Unidos aprovou o *fast-track* onde, entre outras coisas, aprovou o projeto agrícola, contrariando inclusive propósitos do Executivo, querendo subsídios diretos de 170 bilhões de dólares para os agricultores até o ano 2011. É verdade que ainda falta a aprovação do Senado americano e o governo Bush cancelar, embora contrariado, pois não é do viés do partido republicano a ajuda assistencialista a quem quer que seja. Por outro lado, políticos são políticos e o *lobby* dos fazendeiros americanos e europeus é algo extraordinariamente forte. Enfim, será lá fora, muito longe de nossas fronteiras, que a principal batalha da agricultura 2002 vai acontecer. ■

## PALMEIRA REAL da Austrália pode ser plantada livremente



Divulgação

“Estou interessado em plantar Palmito Real da Aus-

trália para comercialização e gostaria de saber como está classificado o palmito e como obtenho a certificação para plantio”.

**João Viotto Neto**  
Londrina/PR

**R** — Prezado João, a Palmeira Real da Austrália, pelo fato de não pertencer à flora típica brasileira, não está sujeita à supervisão do IBAMA,

podendo ser plantada livremente. Já a autorização para comercialização deve ser obtida junto ao Ministério da Agricultura, por intermédio da Delegacia Federal do seu Estado. A aquisição de mudas deve ser feita junto a comerciantes registrados, o que pode ser verificado na Secretaria da Agricultura paranaense. As mudas precisam apresentar atestado fitossanitário que comprovem sua sanidade. A Palmeira Real (*Archontophoenix alexandrae*) vem sendo utilizada há mais de seis anos por indústrias de conservas do sul do País, principalmente Santa Catarina. Segundo o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), suas características, como cor, sabor e textura, a tornam uma espécie nobre. Além disso, apresenta vantagens, se

comparada ao pupunha, pois é mais produtiva, precoce e produz um palmito branco de ótimo sabor. A maior vantagem, no entanto, é sua grande resistência à Fusariose, doença ainda sem controle. Abaixo, segue uma análise econômica simplificada para 1 hectare:

Densidade: 26 mil plantas por hectare

Espaçamento: 1,5 m x 1,0 m com 4 plantas por cova

Custo básico de implantação e manutenção até o 2º ano: R\$ 6 mil (dependendo das condições de fertilidade do solo, mecanização e infraestrutura necessária ao terreno).

Primeiro corte: 2,5 anos. Com 3 anos produz cerca de 800 g de palmito comestível.

## SOFTWARES

“A revista **A Granja**, de novembro de 2001, apresenta uma reportagem sobre Informática na Agricultura, com o título “A menina dos olhos do agricultor”. Nós, do Grupo Remap, de Sinop/MT, ficamos interessados e solicitamos informações sobre fornecedores de softwares”.

Atenciosamente,

**Grupo Remap**  
remap@terra.com.br

**R** — Entre as empresas contatadas para a realização da reportagem estão a DMC Informática Rural, de Cuiabá/MT, fone (65) 623-6116; a Web Rural, de Alegrete/RS, (55) 422-0607; a Embrapa Informática, de Campinas/SP, (19) 3789-5747; a Planejar Processamento de Dados, de Canoas/RS, (51) 476-7776; e a Agro-info Informática Rural, de Botucatu/SP, (14) 6822-2313.

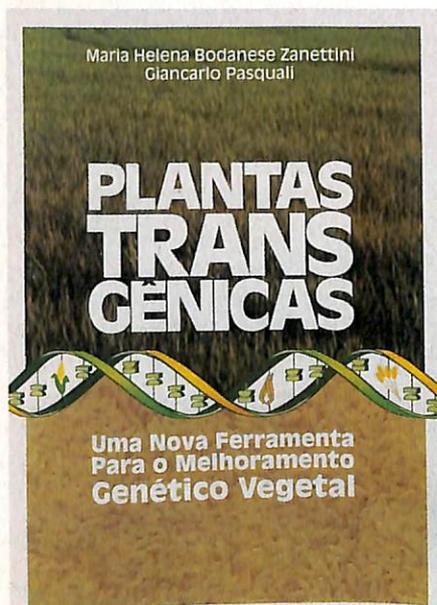
Café				Soja			
Bolsa	Item	Contrato	Valor	Bolsa	Item	Contrato	Valor
11/01	Soja	11/01	100,00	11/01	Soja	11/01	100,00
11/01	Soja	11/01	100,00	11/01	Soja	11/01	100,00

## Dúvidas sobre TRANSGÊNICOS

“Olá, gostaria de fazer algumas perguntas sobre os transgênicos: quais seriam as modificações imediatas para a espécie transgênica? Onde especificamente ocorrem as modificações nessa espécie? Qual o mecanismo que permite que as novas informações sejam expressadas? Ficaria muito agradecido se minhas dúvidas fossem esclarecidas”.

**Gustavo R. Lacerda Silva**  
ericaragao@ig.com.br

**R** — Amigo Gustavo, nos próximos dias você estará recebendo um exemplar da cartilha “Plantas Transgênicas: uma nova ferramenta para o melhoramento genético vegetal”, de autoria dos professores Maria Helena Zanettini e Gi-



Divulgação

ancarolo Pasquali, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). Nela você encontrará todas as respostas para as mais diversas dúvidas sobre os organismos geneticamente modificados.



A Granja

## A introdução do **PLANTIO DIRETO NA PALHA** e suas vantagens

“Sou produtor de grãos no município de Mineiros/GO, onde também estou cursando o último ano de Agronomia. Meu trabalho de estágio é sobre plantio direto na palha e gostaria de mais informações sobre o histórico, técnicas, recomendações e vantagens do sistema”.

Márcio José Trento Costa  
raikalanussy@globo.com

**R** — Pois não, Márcio. O sistema plantio direto foi introduzido no Brasil no início dos anos 70, com o objetivo de diminuir custos e aumentar a produtividade. Os primeiros resultados consistentes de pesquisa com o sistema foi sua elevada eficiência no controle da erosão. A menor agressão física ao solo promove uma melhor estrutura, otimizando a aeração, a infiltração de água e possibilitando a rotação de

culturas. Outra vantagem é que, pelo fato de não haver revolvimento do solo, os extratos microbiológicos nele presentes não são agredidos. Além disso, ocorre aumento da fertilidade e do equilíbrio do solo, melhor desenvolvimento das plantas, reciclagem de nutrientes e redução dos custos de produção, o que significa economia de tempo e de dinheiro. Mais informações sobre o PD podem ser obtidas consultando

as obras “Plantio direto, uma Opção de Manejo”, de Algenor da Silva Gomes e Francisco Vernetti Junior, “Implantação e Manejo do Sistema Plantio Direto”, de José Eloir Denardin e Rinaldo Kochhann, e “Sistema Plantio Direto, 500 perguntas, 500 respostas”, de Júlio César Salton, Luis Carlos Hernani e Clarice Zanoni Fontes. Todas podem ser adquiridas por meio do site [www.embrapa.br](http://www.embrapa.br)

## CONTATO

“Gostaria de entrar em contato com o Sr. André Meloni Nassar, entrevistado na área de depoimentos, na edição de novembro de 2001. Se possível, informar o endereço eletrônico e o telefone para contato.

Agradeço desde já a atenção despendida

Edson K. Tsuzuki.  
etsuzuki@technes.com.br

**R** — Caro Edson, o e-mail do Sr. Nassar é [amnassar@ups.br](mailto:amnassar@ups.br)

## **GINSENG** é usado desde a antigüidade

Onde posso encontrar maiores informações sobre o ginseng?

Obrigado,

Billy  
[billy@coopbatavo.com.br](mailto:billy@coopbatavo.com.br)

**R** — Originário da Manchúria e de outras regiões da Ásia, o ginseng oriental (*Panax ginseng*), Billy, é conhecido desde a mais remota antigüidade pelos povos orientais, graças às suas propriedades medicinais. É uma planta de porte herbáceo, que atinge até 80 centímetros de altura. Suas raízes são cilíndricas e transversalmente rugosas na parte superior. A casca tem colora-

ção amarela a marrom-clara e contém pequenas glândulas que produzem uma resina laranja-avermelhada. A raiz é amarelada e cartilaginosa. Suas flores são pequenas e agrupadas em inflorescências do tipo umbela. O clima ideal para cultivo é o temperado, sempre à sombra, em solos ricos em nutrientes e matéria orgânica, úmido e bem drenado. A adubação deve ser feita com esterco curtido de animal, húmus ou matéria orgânica, depositados a 30 centímetros de profundidade. Também existe o ginseng-brasileiro (*Pfaffia irsinoides*), que nasce junto aos rios, especialmente nos Esta-

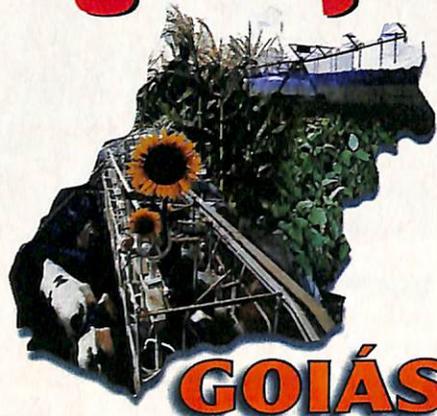
dos de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Goiás. Ao todo, existem mais de 33 espécies do gênero *Pfaffia*, sendo nosso país o mais importante centro de coleta. Ao ginseng-brasileiro são atribuídas muitas propriedades medicinais, comparáveis às do ginseng oriental, tão valorizado no mercado internacional de fitoterápicos e complementos nutricionais.

Trata-se de um arbusto de ciclo perene, que atinge cerca de 2 metros de altura, adaptável ao clima tropical e subtropical, necessitando exposição solar plena.



Divulgação

O BRASIL AGRICOLA  
**agranja**



O AVANÇO NO MAPA AGRÍCOLA

**GOIÁS: o avanço no mapa agrícola**

Parabéns pela reportagem destacando o Estado de Goiás na produção agrícola. Gostaríamos de deixar registrado que a cidade de Cristalina detém a maior área irrigada do Estado, obtendo altos índices de produtividade nas culturas de feijão, batata inglesa, cebola, alho e trigo. Nossa região está localizada a 120 km de Brasília, servida por duas rodovias federais.

Audacir Augusto Minetto  
minetto@crystalnet.com.br

**Material INFORMATIVO I**

Sou dono de um sítio no município de Paraíso do Sul, produtor de arroz e milho. Também criamos peixes, frangos de corte e algumas vacas leiteiras. Gostaria muito de receber algum material informativo sobre suas pesquisas, pois estamos querendo melhorar a produtividade do nosso sítio e facilitar um pouco o nosso trabalho. Se puder ser atendido com alguns folhetos, folders, livros, jornais, CD-ROM, tudo o que puder ser útil para nossa produção será, com certeza, bem aproveitado. Se for atendido, ficarei imensamente agradecido. Meu endereço é Linha Patrícia, s/n, Vila Paraíso, CEP 96530-000, Paraíso do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil.

Ildo Edor Friedrich  
ewllam@bol.com.br

**Guerra às barreiras e aos SUBSÍDIOS**

Achei muito interessante o depoimento com André Meloni Nassar, publicado na edição de novembro/2001, que aborda a Guerra às barreiras e aos subsídios. Eu acho que qualquer relação que o nosso país tenha com outros países é muito benéfica, principalmente para o setor agrícola. O que não podemos aceitar é a entrada de produtos estrangeiros; lá não podemos comercializar, pois existem várias barreiras que impedem. São as taxas que protegem a economia interna desses países. Acho difícil nossos políticos conseguirem negociar com eles, pois são inescrupulosos e parecem não estar nem aí para o setor agrícola.

Carlos Cardoso

carloscardoso@casmil.com.br

**PARABÉNS à equipe**

A exemplo de Vera Fischer, que fez 50, e de Lygia Azevedo, que fez 60, ambas lindas e muito cobiçadas, A Granja lá vai fazendo aniversário, cada vez mais bonita e gostosa. Parabéns à equipe.



Eduardo Almeida Reis  
eduardob@rural.com.br

**Material INFORMATIVO II**

Sou estudante da Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul/RS. Para auxiliar na minha formação como técnico agrícola, gostaria de receber informativos, como livros, folhetos, revistas, manuais e outras publicações que possam me servir como fonte de pesquisa ou conhecimento. Especificamente em irrigação de lavouras de milho com pivô central, soja e trigo. O material pode ser enviado para a Rua 20 de setembro, s/n, Caixa Postal 23, CEP 97420-000, São Vicente do Sul/RS.

Moises Borba Reis

moises.reis@bol.com.br



Diretor-Presidente  
Hugo Hoffmann

O BRASIL AGRICOLA  
**agranja**

MATRIZ  
Av. Getúlio Vargas, 1.526  
CEP 90150-004, Porto Alegre/RS  
Fone/Fax: (51) 3233-1822  
E-mail: mail@agranja.com  
Home page: www.agranja.com

SUCURSAL SÃO PAULO  
Praça da República, 473 - 10º andar  
CEP 01045-001 - São Paulo - SP  
Fone/Fax: (11) 3331-0488/(11) 3331-0686  
E-mail: mailsp@agranja.com  
Home page: www.agranja.com

GERENTES-EXECUTIVOS  
Eduardo Hoffmann  
Gustavo Hoffmann

REDAÇÃO  
Editoria  
Adriana Langon  
Reportagem  
Ana Esteves e Luciana Radicione  
Revisão  
Walson Pontes Carpes  
Colaboradores desta edição  
Anderson Prado, Carlos Rava, Emerson Cervi, Gerson Lourenço, Joaquim da Costa, José Maurício de Toledo Murgel e Thiago Stella de Freitas  
Diagramação  
Renato Fachel  
Editoração  
Jair Marmet

CIRCULAÇÃO  
Amália Severino Bueno

ASSINATURA EXTERNA  
Raquel Marcos

COMERCIALIZAÇÃO  
São Paulo - José Geraldo Silvani  
Caetano (gerente) e Rodrigo Martelletti (contato)  
Porto Alegre - Maria Eduarda Macedo (gerente RS/SC)

REPRESENTANTES  
Rio de Janeiro - Lobato Propaganda e Marketing Ltda. - Av. Osvaldo Cruz, 99/707 - Flamengo - CEP 22250-060 - Rio de Janeiro - RJ - fone: (21) 2554-8666 - fax: (21) 2554-8650 - celular: (21) 9958-2869  
e-mail: sidney.lobato@ig.com.br  
Minas Gerais - José Maria Neves  
Rua Dr. Juvenal dos Santos, 222  
conj. 105 - Luxemburgo - CEP 30380-530  
Belo Horizonte - MG - fone/fax: (31) 3297-8194 - fone: (31) 3344-9100  
celular: (31) 9993-0066,  
e-mail: jmneves@uai.com.br  
Brasília - Mídia Real Publicidade Ltda.  
SCLN 302 - bloco C - sala 104  
CEP 70723-530 - Brasília - DF  
fone: (61) 326-1271 - fone/fax: (61) 328-0456  
celular: (61) 9975-2442  
e-mail: midiareal@midiareal.com.br

Convênio editorial: Chacra (Argentina)

A Granja é uma publicação da Editora Centaurus, registrada no DCDP sob nº 088, p. 209/73. Redação, Publicidade, Correspondência e Distribuição:  
Av. Getúlio Vargas, 1.526  
CEP 90150-004 - Porto Alegre - RS  
fone/fax: (51) 3233-1822  
Exemplar atrasado: R\$ 6,50

Acesse [www.agranja.com](http://www.agranja.com) ou [mail@agranja.com](mailto:mail@agranja.com)

# De suínos e **TALEBÃS** na conjuntura

**M**eu avô fez política em Minas, primeiro na chamada República Velha, execrado período de administradores honestos e parlamentares alfabetizados; depois, até 1950, quando as cousas ainda eram infinitamente melhores do que hoje. Basta ver o nível moral e intelectual dos constituintes de 1946.

Na República Velha, visitando um coronel do mais remoto interior de Minas, que estava de volta da Inglaterra, meu avô perguntou a opinião do patriótico sobre o país dos Pitts. E o velho coronel, arregalando os olhos: “Ah! Doutor Mário: quis porcos!”

Pela óptica de um chefe político do Vale do Jequitinhonha – naqueles dias sem televisões, rádios, revistas e jornais –, os suínos estabeleciam o principal padrão de comparação de Minas com a Inglaterra. E o coronel estava acostumado com as raças piau e o nilocanastra, à solta, no terreiro de sua fazenda.

Do tanto que morei na roça, também me habituei a julgar pessoas e regiões pelos meus parâmetros. Touros, sabemos todos, são avaliados pelos filhos que têm. Pouco importa a beleza do touro, se sua produção é grossa porcaria. Sei que é maldade, mas não posso deixar de me lembrar da comparação, quando vejo certo político de projeção nacional. O velho caudilho, desmoralizado pela votação ridícula que obteve nas últimas eleições, ainda é perigoso, caborteiro, insinuante e tem meia dúzia de seguidores fanatizados. Se fosse touro, a julgar por sua prole, já estaria no açougue há muitos anos.

Assim como julgo pessoas por sua descendência, gosto de avaliar a paisagem de acordo com os meus padrões de roça ideal. O Canadá, que tem regiões muito bonitas, não me serve por causa do frio. Adoro a paisagem da Nova Zelândia, mesmo ciente dos 15% de maoris que compõem a população neozelandesa. Salvo melhor juízo, é muito maior.

No Brasil, avalio certas regiões com gula e ganas de dono. Tenho encontrado “situações” muito simpáticas e faço planos de voltar ao campo. Não para viver dele, mas para viver nele. Hoje, com satélites, Internet, parabólicas e outras conveniências, o campo nada tem em comum com a minha roça distante dos telefones, sem luz, sem estradas – mundinho fechado, onde consegui ser muito feliz, num tempo que não volta mais.

O que mais me espantou no Afeganistão, que nos tem sido exibido nos últimos tempos, foi o fato de não ter descoberto, em milhares de quilômetros quadrados que tenho visto na televisão, um lugar, um cantinho de terra que me apossasse habitar.

Nas regiões mais tristes, secas e inóspitas do nosso Nordeste, há recantos aprazíveis. No Afeganistão, com seus 652 mil km<sup>2</sup>, ainda não vi dez alqueires cobiçáveis, mesmo abstraindo as brigas tribais, os campos minados, o idioma pushtu, a religião muçulmana, as diversas etnias e os outros agentes complicadores da vida por lá. Em 1996, havia cerca de 21 milhões de pessoas morando no Afeganistão.

Minha enciclopédia, anterior aos últimos acontecimentos, diz que existem por lá muitas planícies e vales férteis, nos quais se cultivam frutas, cereais e algodão, aproveitando a água de pequenos rios e poços. Diz ainda que a escassez de água potável tem contribuído para o aumento das doenças infecciosas, e que seu problema ambiental básico é o rápido crescimento da taxa de desflorestamento.

É, bebê? Onde foi que a enciclopédia descobriu florestas no Afeganistão? Em todos os filmes que a tevê tem exibido, não se vê uma árvore, nem para remédio. Vai ver que “o rápido crescimento da taxa de desflorestamen-

to” afegane foi calculado assim: o país tinha seis árvores, derrubaram quatro, resta um terço da floresta original.

Por falar em Afeganistão, o leitor deve ter estranhado meu silêncio, nos dois últimos números de **A Granja**, sobre o atentado ao World Trade Center. Explico: fiquei em estado de choque durante semanas, angustiado com o atentado em si e com as reações, as explicações, as justificativas que tenho lido em nossa imprensa. Até entendo que certos sujeitos sejam antiamericanos, mas estavam dispensados de ser idiotas.

Mesmo no jornal em que faço uma crônica diária há mais de 12 anos, fiquei mudo durante muitos dias. Sou mau argumentador; não me agrada discutir pelo prazer de trocar idéias, ou como exercício de inteligência. No caso específico do WTC, se procurar discutir com alguém que justifique o atentado, parto para a ignorância, vou logo ao focinho ou ao pescoço do interlocutor.

Como já passei da idade de esmurrar focinhos alheios, fico mudo no meu cantinho, torcendo para que os americanos, ingleses, franceses, alemães, poloneses, russos, chineses e os demais países da coalizção, que representa o meu mundo, reduzam a pó talibãs, Osamas e o resto daquela corja, tomando o cuidado de desinfetar o terreno.

Já passei da idade para me alistar, mas me considero engajado “in petto” nas tropas da coalizção. Cada tiro disparado, cada foguete lançado, cada bomba jogada, leva meu apoio, minha bênção, meu entusiasmo e minha torcida.

Era o que me cabia dizer, ainda que com certo atraso, aos leitores de **A Granja**. Quanto ao mais, espero que todos tenham um ótimo 2002! ■

*Por falar em Afeganistão, o leitor deve ter estranhado o meu silêncio, nos dois últimos números de A Granja, sobre o atentado ao World Trade Center*

# Um ano decisivo para o AG

*A odisséia continua. O ano de 2002 inicia na iminência de uma safra recorde, superior a 100 milhões de toneladas. Mas isso não é suficiente. No futuro, à espera dos agricultores, há uma série de desafios a serem superados. Problemas de infra-estrutura de transporte e armazenamento, impostos abusivos, crédito agrícola insuficiente, dívidas agrícolas inchadas e barreiras comerciais. Além disso, o Brasil agrícola deve estar preparado para a possível cobrança pelo uso da água e para a liberação comercial do plantio de produtos geneticamente modificados. Apesar das dificuldades, temos todas as condições de conquistar um lugar de destaque no cenário mundial, a começar pelo PIB do agronegócio – em 2001, estimado em R\$ 87 bilhões – e pelo superávit da balança comercial do setor – US\$ 18 bilhões. Acompanhe, a seguir, uma série de reportagens abordando os principais entraves a serem vencidos neste ano.*

Ana Esteves e Luciana Radicione



# **RONEGÓCIO** brasileiro



# O peso da **TRIBUTAÇÃO** mais perversa do mundo

*O Brasil está entre os poucos países em desenvolvimento que ainda tributa alimentos. Infelizmente essa condição deverá continuar, pois não há perspectiva de aprovação da reforma tributária em 2002*

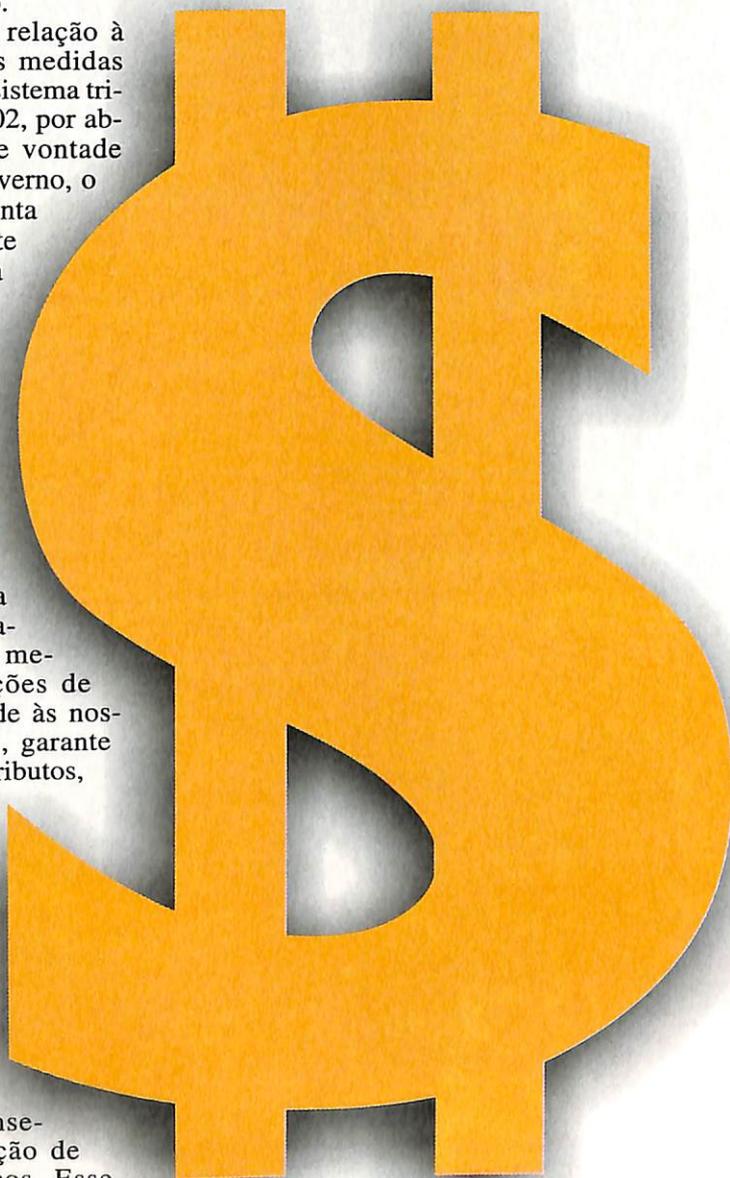
**T**udo indica que o agronegócio vai continuar a ser penalizado pela excessiva carga de impostos que toma conta do setor produtivo brasileiro e coloca o País na dianteira mundial quando o assunto é tributo. A tão sonhada reforma tributária, estacionada na Mesa da Câmara dos Deputados desde março de 2000, não deve sair do papel, pelo menos na administração de Fernando Henrique Cardoso, e continuará impedindo o aumento da competitividade da agricultura brasileira.

Para ter-se uma idéia do peso dos impostos sobre o agronegócio, basta comparar os padrões internacionais de taxaço dos alimentos com o praticado no Brasil. Enquanto a média internacional é de 9% de taxaço, no Brasil os alimentos industrializados sofrem com uma tributação média de 34,7%. Em nome de manter a arrecadação elevada, tributa-se alimentos: são 13 impostos federais, estaduais e municipais que, acrescidos a taxas de contribuições diversas, totalizam 44 impostos. “Infelizmente os alimentos são tratados como qualquer outro item de consumo. Assim, a elevada tributação acaba penalizando mais as pessoas de baixa renda”, afirma o deputado federal Germano Rigotto (PMDB/RS).

Presidente da Comissão Especial que trata do projeto na Câmara Federal, Rigotto considera a reforma tributária a mais necessária de todas, na medida em que as mudanças estruturais contidas no texto do projeto irão trazer maior justiça fiscal para todos os setores produtivos. “A reforma traria um impacto muito positivo para a agricultura brasileira, através de um sistema tributário que desonerasse a produção, promovendo uma real distribuição de

renda”, afirma o parlamentar gaúcho.

Cético em relação à aprovação das medidas estruturais no sistema tributário em 2002, por absoluta falta de vontade política do Governo, o deputado salienta que a luta neste ano será para unir esforços e enfrentar a cumulatividade da incidência do PIS e da COFINS. “Na medida em que reduzirmos a carga tributária sobre a produção, estaremos dando melhores condições de competitividade às nossas empresas”, garante Rigotto. Tais tributos, prejudiciais à eficiência econômica, distorcem preços relativos e induzem empresas a integrarem verticalmente sua produção, com consequente elevação de custos e preços. Esse quadro leva à uma redução da competitividade dos produ-



anos e pela proibição judicial da queima da palha da cana, em algumas regiões produtoras, o setor sucroalcooleiro fecha o ano de 2001 satisfeito com os números obtidos. Em relação a 2002, prevalece o otimismo, especialmente por conta das novas perspectivas de utilização do álcool combustível em substituição aos combustíveis fósseis. Medidas que objetivam reduzir a emissão de poluentes, como a assinatura do Protocolo de Kyoto, podem transformar o álcool brasileiro e sua matriz de energia em um forte instrumento para impulsionar o desenvolvimento do País, segundo os técnicos e industriais. Outros fatores, como a queda na produção da safra (2000/2001), em consequência da estiagem, ajudaram a recuperar os níveis dos preços da tonelada de cana-de-açúcar e dos preços do açúcar e do álcool no mercado interno, contribuindo para a safra deste ano transcorresse sem os apuros dos anos anteriores. O tempo também ajudou nas lavouras "canavieiras", se comportou bem". Segundo dados da União da Indústria de Canaviais de São Paulo, a safra 2001/2002 pode ser considerada como uma das mais favoráveis para o setor sucroalcooleiro, desde a crise de 1998/99, em termos de preços de venda dos produtos no mercado doméstico. Mesmo depois de castigado pela escassez de chuvas nos últimos dois anos e pela proibição em algumas regiões produtoras

Homenagem à Revista A Granja. Há 57 anos fazendo do campo sua matéria-prima.



MASSEY FERGUSON

Serviço de Atendimento ao Produtor: 0800.7044198 • www.massey.com.br

### PRINCIPAIS TRIBUTOS INDIRETOS NO BRASIL

Tributos	Competência	Alíquota básica nominal	%CFB	%PIB
ICMS	Estadual	17% e 18%	25,22%	7,20%
COFINS	Federal	2%	7,83%	2,23%
IPI	Federal	diversas	7,17%	2,04%
PIS/PASEP	Federal	0,65%	3,16%	0,90%
ISS	Municipal	diversas	1,76%	0,50%
IOF	Federal	diversas	1,72%	0,49%

Fonte: CNA

### ESTIMATIVAS DAS CARGAS MÉDIAS DE PIS/COFINS, CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA RURAL E ICMS NO PREÇO FINAL DE PRODUTOS ALIMENTARES

Produto	PIS/COFINS	Prev.	ICMS	Carga total
Açúcar	5,64	0,70	13,56%	19,90
Arroz	6,04	0,43	10,50	16,97
Café	5,00	0,55	13,56	19,11
Carne bovina	3,54	0,68	10,66	14,87
Carne de porco	2,99	0,54	9,03	12,55
Farinha de trigo	5,34	0,00	13,07	18,40
Feijão	5,11	1,42	8,60	15,13
Frango	6,06	0,97	9,03	16,06
Laranja	3,63	0,49	1,90	6,02

Nas regiões metropolitanas de Belém, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Rio de Janeiro e São Paulo, não considerando cumulatividade do ICMS, em %.

Fonte: IBGE

tos nacionais em relação aos estrangeiros, nos mercados interno e externo, além de provocar a queda de produção e do emprego.

De acordo com Germano Rigotto, a opção do Governo pela arrecadação e manutenção das receitas traz prejuízos ao País, uma vez que seguirá indefini-

damente submetido à uma carga tributária mal distribuída, que penaliza a produção, favorece os sonegadores e concentra a renda. Ele afirma que, com a reforma, o Brasil teria uma excelente oportunidade para resolver as principais mazelas do sistema tributário nacional. "Daríamos condições de competitividade

de à nossa economia, preparando o País para o possível ingresso na Área de Livre Comércio das Américas – a ALCA, além de incrementar as exportações.

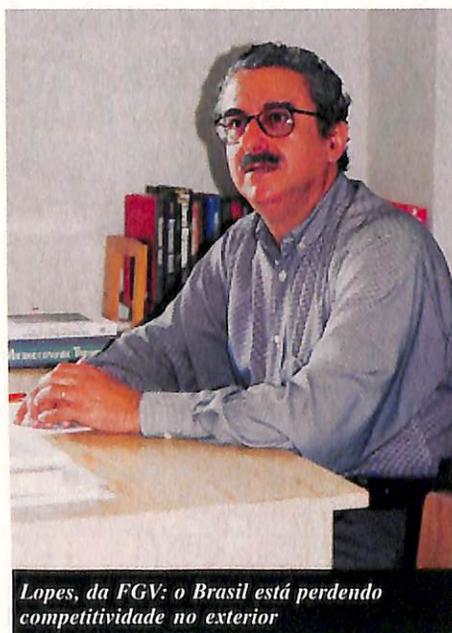
A tributação interestadual da soja, a cobrança de PIS/COFINS em todas as etapas da produção, a CPMF e a bitributação do ICMS, pagos também no momento da compra dos insumos, são exemplos que demonstram a necessidade urgente da reforma fiscal no Brasil. "A tributação excessiva faz com que o Brasil perca competitividade com o exterior", confirma Mauro de Rezende Lopes, coordenador de projetos de pesquisa e cursos de gestão estratégica do Centro de Estudos Agrícolas da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Segundo o economista, no mercado interno, apesar de já ter havido uma pequena redução de impostos, o desajuste fiscal ainda está presente e coloca o Brasil entre os poucos países em desenvolvimento que ainda tributa a alimentação.

Defensor da tributação zero sobre os alimentos considerados básicos, Lopes afirma, no entanto, que há uma grande resistência dos estados em aderir à reforma fiscal ampla em função da dependência dos impostos para a formação do orçamento. "E o governo federal não quer abrir mão de receita, assumindo as dívidas dos estados", completa. Mauro de Rezende Lopes, que classifica o Brasil como "um caso clássico de reformas inacabadas", acredita que só um 'fato concreto' pode fazer com que o País avance na questão da reforma tributária, assim como foi possível na aprovação das novas regras da CLT.

No caso específico da agricultura, a complexidade do sistema tributário salta aos olhos, não apenas em função do grande número de impostos existentes, mas sim pela variação de alíquotas de ICMS entre os estados. O imposto, de caráter estadual, é de longe o principal tributo incidente sobre a agricultura, respondendo sozinho por uma parcela superior a 25% do total arrecadado no País. Além do ICMS, o PIS e a COFINS são as mais importantes contribuições e impostos que recaem sobre o consumo de produtos alimentares e também são os que mais ocasionam efeitos alocativos e distributivos na agricultura brasileira. Estima-se que a carga tributária sobre a agricultura brasileira represente aproximadamente 25% sobre o Valor Bruto da Produção (VBP) do setor. ■



Rigotto, deputado federal: alimentos são tratados como qualquer outro item de consumo



Lopes, da FGV: o Brasil está perdendo competitividade no exterior

Fotos: Divulgação



**F 500 é um aval que identifica o mais moderno ingrediente ativo  
- Pyraclostrobin, base para os mais avançados fungicidas  
desenvolvidos pela BASF.**

**F 500 reúne uma grande família de fungicidas recomendados para  
as mais diversas e importantes culturas em todo o mundo.**

**Ao escolher um fungicida da BASF com o aval F 500,  
você está assegurando, para a sua cultura, a melhor  
proteção contra as doenças fúngicas, com garantia de qualidade.**

**F 500 é o nome. O sobrenome é BASF.**



O Fungicida *Premium*

**ATENÇÃO**

Este produto é perigoso à saúde humana, animal e ao meio ambiente. Leia atentamente e siga rigorosamente as instruções contidas no rótulo, na bula e na receita. Utilize sempre os equipamentos de proteção individual. Nunca permita a utilização do produto por menores de idade.

Consulte  
sempre um  
Engenheiro  
Agrônomo



Venda  
sob  
receituário  
agronômico

PRÁTIQUE O MANEJO INTEGRADO

**BASF**

# A desnecessária polêmica dos TRANSGÊNICOS

*A novela da liberação dos produtos geneticamente modificados se arrasta e pode estar deixando o Brasil à margem dos avanços tecnológicos*



**C**erca de 21% da área de soja plantada no Brasil, para a safra 2001/2002, é transgênica. A estatística surpreende principalmente porque o cultivo de sementes geneticamente modificadas ainda não está liberado no País. Mas então como se explica o avanço do plantio? Segundo o presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja), Iwao Miyamoto, tratam-se de sementes ilegais, produzidas aqui, chegando ao agricultor sem nenhum tipo de garantia ou fiscalização e, assim, pondo em risco a lavoura.

Frete a fatos como esse surge a pergunta: será mesmo necessário tanta polêmica e demora para a liberação dos transgênicos? O presidente da Aprosoja afirma que não. “É preciso legalizar logo, senão muitos produtores de grãos continuarão comprando sementes na clandestinidade, sem credenciamento e correndo sérios riscos. Estes que produzem estão marginalizados, não têm autorização do Governo nem estrutura para multiplicar sementes. Apenas limpam o grão e vendem”, denuncia.

O engenheiro agrônomo Ernesto Paterniani, ex-professor da

Esalq/USP e especialista em genética de plantas, também observa que tem diminuído a compra de sementes registradas e ocorrido um aumento de área plantada com as ilegais. “Os agricultores se arriscam, mas devem ter bons motivos para correr esse risco”, diz. De acordo com Luiz Pedro Bonetti, professor de melhoramento genético da Universidade de Cruz Alta/RS e ex-prefeito do município, a entrada de sementes ilegais no País representa um grande risco ao meio ambiente, além de apresentar problemas de adaptação. “Se não foram sementes adaptáveis a determinada região, podem sofrer com enfermidades e praga”. Na opinião dele, a produção ilegal só vem acontecendo porque ainda não houve a liberação dos transgênicos. “No momento que isso acontecer, deverá cessar a ilegalidade”, argumenta.

A preferência dos produtores rurais por atuarem na ilegalidade pode ser explicado principalmente pela diminuição de custos promovido pelos transgênicos. “O agricultor vai gastar menos e terá vantagem imediata, o que a médio prazo se refletirá no consumidor final. Hoje, 90% da área plantada argentina é transgênica, o que representa uma economia de US\$ 500 milhões ao ano nos custos de safra” analisa Paterniani. As vantagens dos transgênicos, segundo Miyamoto, não param por aí. “Eles devem ser considerados como importantes ferramentas na hora de administrar a lavoura. Com eles, fazemos menor uso de máquinas e podemos aperfeiçoar o manejo. Além disso, o agricultor pode segmentar a plantação, fazendo parte transgênica e parte não, para ter maior



Miyamoto, da Aprosoja: é preciso liberar logo para acabar com as sementes ilegais

poder de barganha. Esse é o instrumento principal para facilitar a vida do produtor rural”, avalia.

O ex-prefeito de Cruz Alta – que em 1999 criou uma lei liberando o cultivo dos transgênicos no município e agora lança o livro “A Polêmica dos Transgênicos” –, acrescenta que os organismos geneticamente modificados são fundamentais para o desenvolvimento da agricultura. “Eles são benéficos ao meio ambiente, pois dispensarão os defensivos agrícolas. Também aumentam o valor nutricional das plantas e proporcionam um ambiente de maior economia para o agricultor, com a diminuição dos custos de produção, fato que já ficou comprovado nos Estados Unidos, no Canadá e na Argentina”, avalia. Segundo Bonetti, o grande beneficiado com a liberação dos OGM será o pequeno produtor, que desenvolve a agricultura de subsistência. “Ele poderá aumentar a produtividade”, garante. Sobre a polêmica lei, ele relembra que ela foi cassada, pois os municípios não têm poder para instituir leis dessa natureza.

**Saúde e exportações** — Outro argumento utilizado exaustivamente para defender a não-liberação dos OGM é a possibilidade dos produtos causarem danos à saúde dos consumidores. “Os OGM são avaliados com rigor, muito maior até do que os testes realizados com variedades não-transgênicas, porque se constituem em uma inovação tecnológica. Além disso, essas variedades já são consumidas há mais de seis anos em países como os Estados Unidos e até hoje não existem registros de que tenham causado problemas à saúde. Assim, os riscos anunciados são apenas hipotéticos”,

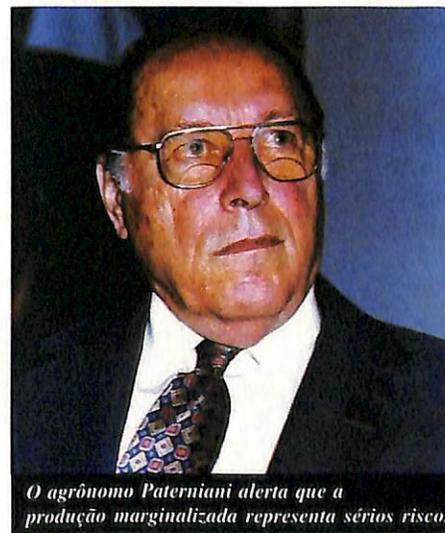


Para Bonetti os transgênicos são fundamentais para o desenvolvimento da agricultura

argumenta Paterniani. O especialista afirma que, ao contrário, em muitos centros de pesquisa já estão sendo desenvolvidos alimentos modificados, onde são introduzidos genes de outras espécies com substâncias específicas para combater determinadas doenças. “Um bom exemplo é o arroz com maior quantidade de Betacaroteno, para evitar doenças como a cegueira; arroz com ferro, para quem sofre de anemia; banana com vacinas e milho com hormônio do crescimento. Todos em fase experimental, mas oferecendo possibilidades ilimitadas”.

Para ele, o que pode ser considerado preocupante, especialmente para o Brasil, são as campanhas contrárias aos transgênicos, que procuram convencer os cidadãos de que a ciência e os cientistas não são confiáveis.

Outro ponto muito debatido e que reforça a polêmica em torno da liberação dos OGMs diz respeito às restrições impostas pela União Européia à importa-



O agrônomo Paterniani alerta que a produção marginalizada representa sérios riscos

ção de transgênicos do Brasil. Sobre essa questão, Iwao Miyamoto é taxativo: “Países como França, Inglaterra e Japão compram transgênicos dos Estados Unidos como acordo comercial e sacrificam o Brasil, já que precisam de algum país que forneça não-transgênicos. A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBIO) já liberou a soja Roudup Ready da Monsanto; a Food and Drug Administration (FDA), americana, já deu seu parecer favorável, mas ainda existem esses países que afirmam que não compram se for transgênico. Perdemos muito, sem falar que as vendas ilegais destruíram a produção de sementes”. Encalhe – Ernesto Paterniani lembra que o processo dos transgênicos continua emperrado na justiça, com um recurso ainda não julgado. Em julho do ano passado, o Governo Federal chegou a anunciar a liberação para plantio e comercialização de cinco variedades de sementes de soja geneticamente modificadas da multinacional Monsanto, mas não obteve sucesso. A iniciativa foi motivada pela Medida Provisória 2.137/2000, que criou oficialmente a CTNBio, e pelo decreto 3.871, que regulamentou a rotulagem de alimentos com percentual acima de 4% de OGM. A reação do Ministério Público e do Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC) foi imediata, pois uma sentença da 6ª Vara da Justiça Federal, de 1998, proibindo os transgênicos em todo o País, continuava em vigência.

De acordo com Paterniani, se houver sentença favorável antes do plantio, em 2002, já será possível o cultivo. “O problema será a multiplicação de sementes”, destaca. Iwao Miyamoto ressalta que o ideal seria que a decisão da justiça acontecesse agora, para que fosse possível iniciar o trabalho com as sementes. “É preciso que esse processo de multiplicação seja feito imediatamente, para que na safra 2002/2003 o agricultor consiga plantar. De outra forma, o que teremos é uma grande festa dos sementeiros ilegais”.

Até o fechamento desta edição ainda não havia sido votado, na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, o substitutivo que regulamenta a produção e a venda de alimentos transgênicos no Brasil. O texto do deputado Confúcio Moura designa a CTNBio como órgão responsável pela autorização de plantio, comercialização e industrialização de transgênicos. ■

Fotos: Divulgação

Divulgação

# O CRESCIMENTO sustentável e seus exageros

*As imposições legais ligadas ao meio ambiente e às 'famosas' ONGs são uma pedra no sapato do produtor rural, que muitas vezes acaba ficando de mãos atadas*

**C**huvvas, geadas, estiagem prolongada, pragas e doenças. Essas são algumas das principais dificuldades que costumam tirar o sono de muitos agricultores pelo Brasil afora. Mas se engana quem pensa que os problemas param por aí. Na hora de reformar um açude, expandir a lavoura ou construir uma represa, eles esbarram em uma série de leis ambientais, muitas vezes exageradas, que colaboram para tornar ainda mais demorado o desenvolvimento de tais atividades.

O engenheiro agrônomo e diretor de Meio Ambiente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), José de Sampaio Góes, afirma que as duas iniciativas dos agricultores que mais sofrem com as imposições legais são o aumento da área plantada e todas as atividades ligadas à aquíicultura. "A definição de crescimento sustentável estabelece que vivamos hoje dentro de sistemas produtivos que se mantenham ao longo do tempo. Mas sustentabilidade não significa intocabilidade, inclusive existe uma grande distância entre preservação e o conceito de que determinada área deva ser intocável", avalia.

A postura adotada por muitos ambientalistas é normalmente taxada de alarmista e radical, como no que se refere à idéia de deixar, por exemplo, 50% das áreas do cerrado como zona de proteção ambiental. Por se tratarem de áreas pouco acidentadas, em termos de topografia, e conseqüentemente minimizar os custos de produção, existe uma tendência de migração da agricultura nacional para essa região. Em função desse movimento, outras áreas onde atualmente se pratica a agricultura passarão a ser zonas de preservação.

Outro entrave que também colabora

para frear as iniciativas dos agricultores e, por conseqüência, o crescimento de determinadas zonas rurais, é justamente o que envolve o relacionamento entre ambientalistas e agricultores. "Trata-se de um empecilho cultural, uma vez que os interessados em defender o meio ambiente preferem enxergar os produtores apenas como adversários e não como

parceiros. E qualquer tipo de conflito acaba levando a um impasse", analisa o presidente da Sociedade Rural Brasileira, Luiz Hafers

Para Hafers, o agricultor já é um ambientalista, vive da natureza e para ela, transformando-a em segurança alimentar por meio da cesta básica, gerando empregos e fazendo com que seja positivo



o saldo da Balança Comercial, auxiliando o câmbio. De acordo com ele, desenvolvimento sustentável é desejado e possível mas, para isso, é preciso fazer um grande esforço, para que ambas as partes cheguem a um entendimento. “É preciso deixar claro que não somos inimigos da natureza e deixar de lado a política maniqueísta de que nós somos maus e, eles, bons”.

José de Sampaio Góes concorda com Hafers e acrescenta que, na maioria das vezes, os atritos entre as duas frentes ocorrem na hora de avaliar os sistemas de produção estabelecidos. “Isso normalmente acontece porque a mensuração da depleção é um capítulo novo e de caracterização complexa”, diz. Segundo ele, o agricultor – através da exploração de sua propriedade segundo o critério das classes de capacidade de uso –, consegue estabelecer sistemas produtivos sustentáveis, atendendo assim aos objetivos de produção com preservação. “Adquirimos consciência de que nossa ação individual pode causar efeitos que interferem na vida de

outras nações e das futuras gerações”, declara. Mas será que os agricultores ainda são considerados os grandes vilões, no que se refere à preservação do meio ambiente?

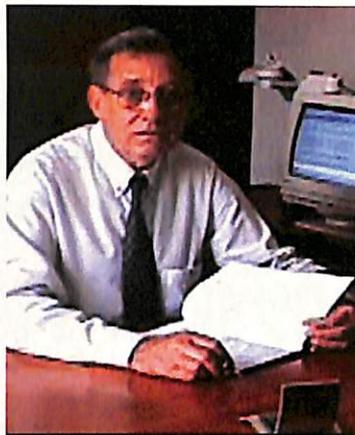
O pesquisador da Embrapa Meio Ambiente, Clayton Campanhola

acredita que não, e diz que muitos produtores rurais podem ser considerados vítimas de uma política agrícola implantada no início da década de 60. “Com a modernização da agricultura, se adotou a prática intensivista, onde não se levava em conta a importância da biodiversidade. A mudança se dá de uma forma muito lenta, mas já notamos que esse cenário está mudando”, relembra.

Sobre a questão da burocracia, o assessor jurídico do Instituto Rural do Meio Ambiente (Irma), Antônio Evaristo Marot, da Marot Advogados Associados, é taxativo: “Não existem meios de contornar os trâmites burocráticos. O agricultor que quiser construir um açude, uma represa ou, até mesmo, um bebedouro para o gado, precisa pedir licença a um órgão ambiental”, alerta. De acordo com ele, o processo é muito demorado até chegar à autorização legal. “Depende muito, mas passará pelas fases de vistoria, publicação, formulários, exigência de um responsável técnico, como um engenheiro agrônomo”. Marot destaca a importância do agricultor tentar, num primeiro momento, o entendimento com a órgão ambiental, mostrar urgência e se prontificar a reparar possíveis danos.

O advogado afirma que a lei que mais tira o sono dos produtores rurais é a de nº 9.605, de 1995. “É o Código Penal Ambiental, que prevê penalidades que vão desde a multa até prestação de serviços à comunidade e prisão”, declara. Ele conta que já tratou de um processo em que o cliente foi penalizado com multa de R\$ 1 milhão, por queimar cana em uma pequena área. “O susto é tão grande que as pessoas se desesperam”.

Outro ponto que também tem merecido atenção especial, por parte de diversos líderes rurais, diz respeito à atuação das Organizações Não-Governamen-



Marot, do Irma: não há como contornar os trâmites burocráticos

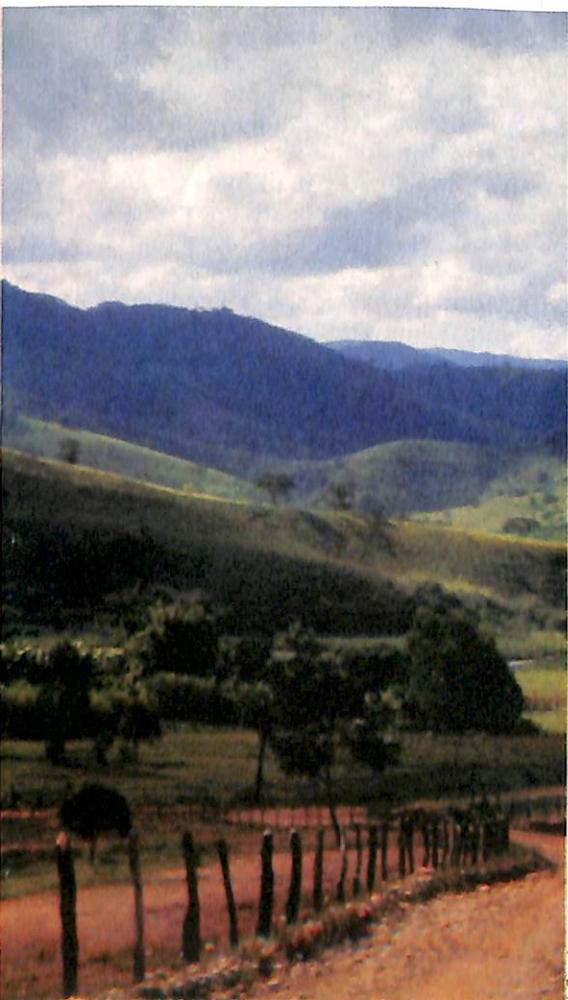


Campanhola, Embrapa: notamos que o cenário está mudando

Fotos: Divulgação

tais (ONGs). Paira no ar uma desconfiança de que muitas delas atuam em função de interesses internacionais, visando a desacelerar e expansão agrícola brasileira. “Nesse sentido, é preciso levar em conta alguns fatores básicos: as fazendas e não as guarnições militares formam o esqueleto da nação, a segurança alimentar é a base da segurança nacional, o agronegócio como um todo vai muito além da porteira, e seu peso tem grande significado nos países ricos. Assim, o desenvolvimento agrícola do Brasil, país que detém o maior espaço agrícola do planeta, causa preocupação”, analisa Góes. Campanhola é menos radical e acredita que existam ONGs bem intencionadas. “As que atuam na Amazônia claramente obedecem a interesses estrangeiros, mas existem outras que prestam assistência técnica aos agricultores, ajudando na organização dos mesmos. Não dá para generalizar”, avalia o pesquisador.

Apesar disso, o presidente da SRB propõe a busca por parcerias entre agricultores e ambientalistas, para que juntos encontrem soluções viáveis na prática e não alternativas apenas ideológicas. A Embrapa Meio Ambiente, localizada no município de Jaguariúna/SP, vem desenvolvendo um trabalho de acompanhamento dos produtores rurais, justamente para orientá-los sobre as melhores maneiras de preservar a natureza. “Avaliamos o impacto ambiental de uma tecnologia e elegemos um sistema de produção que possa recuperar áreas degradadas”, explica Campanhola. De acordo com ele, é feito um trabalho específico sobre a utilização de insumos, com defensivos agrícolas, além da influência de determinada tecnologia no solo, com o uso de máquinas, erosão, e realizadas análises sobre os processos de recuperação ambiental. ■



A Granja

# ARMAZENAGEM: agora é tudo ou nada

*Importantes passos foram dados no decorrer de 2001  
para ampliar a capacidade de armazenagem de grãos no Brasil.*

*O momento é de expectativa pela modernização*

O ano que se encerrou trouxe novidades positivas para o setor de armazenagem de grãos do Brasil. Primeiro, foi a aprovação (julho/2001) do decreto nº 3.855, que regulamentou a Lei 9.973 (maio/2000), que trata das novas regras para o setor, substituindo normas antigas e defasadas que abriam caminho para irregula-

ridades. Em seguida veio o anúncio inédito do governo federal de incluir no Plano Safra 2001/2002 uma linha de crédito especial, no valor de R\$ 100 milhões, para incentivar a compra de equipamento em nível de fazenda. Esses dois fatores, somados ao crescente interesse dos produtores rurais em investir na tecnologia da armazenagem, dão o impulso necessário para o avanço desse importante setor do agronegócio no Brasil.

A intensidade do crescimento do número de unidades armazenadoras nas fazendas, no entanto, vai depender das linhas de crédito a serem oferecidas. Essa é a opinião de Daniel Marçal de Queiroz, coordenador do Centro Nacional de Treinamento em Armazenagem (Centreinar) da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Para ele, o crescimento da armazenagem nas fazendas não eliminará os serviços terceirizados, pois existe carência de uni-

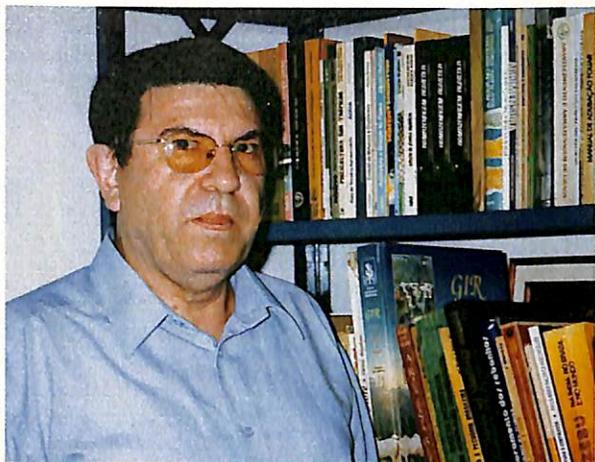
dades armazenadoras no País. “Com as taxas de aumento da produção que têm ocorrido nos últimos anos, essa carência deve continuar”, prevê Queiroz.

O coordenador do Centreinar salienta que a maior parte dos investimentos na tecnologia, em nível de propriedade rural, é formada por grandes produtores que fazem uso de alta tecnologia de produção. De acordo com ele, os agricultores de pequeno e médio porte têm optado por tecnologias com custo de implantação mais baixo, como é o caso dos secadores de leito fixo e os silos de alvenaria. Queiroz acredita que os R\$ 100 milhões anunciados pelo Ministério da Agricultura permita o aumento de um a dois milhões de toneladas na capacidade armazenadora das fazendas, o que é pouco diante do necessário. “Esperamos que o setor continue a receber recursos nos próximos anos, para que a armazenagem na fazenda também cresça”, afirmou.

A lavoura diversificada está exigindo uma armazenagem com mais opções de células para a separação dos diversos produtos.

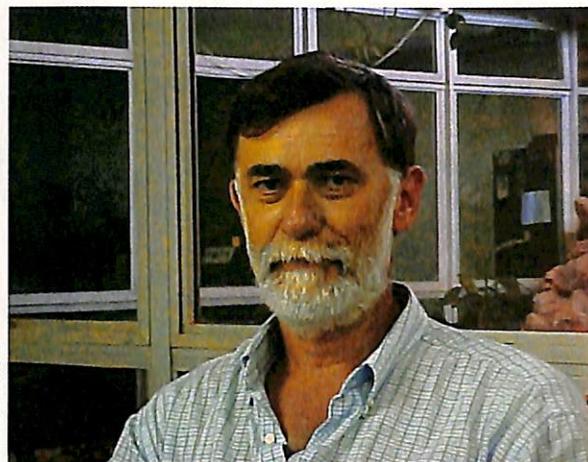


Divulgação



Luciana Radicione

*Na opinião do consultor Weber, o aumento da capacidade armazenadora acompanha lentamente a produção de grãos*



Divulgação

*Beskow, da Conab: as modificações introduzidas na nova lei levarão à modernização do setor*

Aos sementeiros também está sendo recomendada a opção de guarda das sementes a granel até o momento do tratamento, ensaque e entrega. Mas, na opinião do consultor e instrutor em beneficiamento e armazenagem de grãos, Érico Aquino Weber, o setor não acompanha o movimento de outros setores da economia, que seguem a tendência do Primeiro Mundo. “O aumento da capacidade armazenadora no País, em volume, acompanha lentamente a produção de grãos, mas sempre de forma deficitária”, informa. Segundo Weber, essa insuficiência tem resultado na armazenagem a céu aberto nos pátios de empresas e nas propriedades rurais. “A capacidade armazenadora no Brasil gira em torno de 80 milhões de toneladas, para uma safra de 97,4 milhões. Sendo os períodos de colheita distintos, poder-se-ia imaginar que a capacidade seria até certo ponto adequada ou que o déficit seria pequeno”, relata Weber. No entanto, o consultor afirma que esse quadro não corresponde à realidade brasileira, pois na prática nem toda a capacidade de armazenagem do Brasil está distribuída corretamente e nem toda propriedade possui condições adequadas de recebimento, beneficiamento e conservação.

Na opinião de Érico Weber, o Brasil precisa sim estar preparado para o crescimento da produção agrícola, com uma estrutura armazenadora cuja capacidade estática não seja apenas igual ao volume de grãos produzidos. “O País deve dispor de uma reserva que lhe permita fazer o seu próprio estoque regulador, para nós mesmos e para a exportação”, informa o consultor. Ele destaca como fundamental a continuidade do investimento no setor, priori-

zando o desenvolvimento de unidades em nível de produtor. “Enquanto os países desenvolvidos armazenam mais de 30% nas fazendas, no Brasil o volume talvez não passe dos 5%”, calcula Weber.

**Perdas** — O conjunto de medidas que entrou em vigor recentemente no Brasil – com a regulamentação do decreto nº 3.855, que por sua vez regulamentou a Lei nº 9.973, de 29 de maio de 2000 (Lei da Armazenagem) – tem como um dos objetivos principais a redução das perdas de grãos na etapa do transporte e armazenagem, que podem chegar US\$ 1 bilhão por ano, apenas com o arroz, o feijão, o trigo, a soja e o milho. Segundo o engenheiro agrônomo da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Pedro Sérgio Beskow, várias foram as modificações introduzidas na nova lei que levarão à modernização do setor e à maior credibilidade da armazenagem oficial no Brasil. Para o técnico, o mais relevante, sob o ponto de vista da redução de perdas, é a criação do sistema de certificação das unidades armazenadoras.

O Ministério da Agricultura está elaborando uma portaria que criará uma Comissão Técnica, de acordo com as normas do Sistema Brasileiro de Certificação, cujo gerenciamento é realizado pelo Inmetro e que contará também com a participação dos segmentos público e privado. Essa comissão será responsável pela definição dos requisitos necessários à certificação das unidades a serem habilitadas a operar em todo o Brasil. “A certificação propiciará maior tecnificação e profissionalismo ao setor, a partir da definição dos requisitos para uma empresa que desejar operar como prestadora de

serviços de armazenamento no Brasil”, explica Beskow. O técnico destaca ainda que esse novo requisito irá atender à crescente demanda dos importadores por uma maior rastreabilidade dos estoques e criará uma nova imagem do produto brasileiro no exterior. “Isso significa mais tecnificação, maior transparência, maior competitividade e maior credibilidade”, relata. A nova lei também abre a possibilidade do armazenador poder comercializar os estoques de terceiros depositados nas suas unidades, quando devida e previamente autorizados pelos proprietários dos mesmos.

Outra novidade é a criação de um banco de informações de estoques, que vai possibilitar ao Ministério da Agricultura ter o conhecimento real dos estoques existentes no Brasil. A coleta de dados, segundo Beskow, será de responsabilidade da própria Conab e os produtos a serem incluídos no banco, a periodicidade e o tipo de informação ainda serão definidos em portaria ministerial. O Governo terá a prerrogativa de vistoriar as condições dos armazéns e os estoques depositados que encontram-se vinculados à nova lei, no sentido de orientar as empresas que não estiverem operando dentro das normas. “A vistoria terá caráter de supervisão, orientação e também fiscalização”, informa o técnico da Conab. Igualmente será criada uma rotina de avaliação das irregularidades, a partir de vistorias ou denúncias. De acordo com Pedro Beskow, se uma empresa for considerada culpada após as duas instâncias, poderá ter sua certificação suspensa ou extinta. Na avaliação do técnico, a lei foi um importante passo dado em direção à modernização do setor. O importante a partir de agora é que todos os novos itens sejam efetivamente implantados. “Paralelamente à lei, destaco a importância dos programas de financiamento, o aumento da capacidade da mão-de-obra e a ampliação da pesquisa no setor”, salienta. ■





A Granja

retomada das hidrovias, por exemplo, acontece a conta-gotas, mas encontra forças em regiões onde a situação econômica e a geografia são mais favoráveis. “Temos em pleno funcionamento a hidrovia Madeira-Amazonas, a do Tietê e a do Rio São Francisco, ainda que, esta última, de forma incipiente”, explica o representante do Geipot. Por outro lado, outras tantas ainda não conseguiram sair da estaca zero, com é o caso da Teles Pires-Tapajós, considerada pelos produtores do norte do Mato Grosso, sul do Pará e norte do Amazo-

nas como importante opção de implementação do comércio exterior, e da hidrovia Araguaia-Tocantins, que poderá reduzir o preço de cargas nos estados do Pará, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Goiás. “Elas permanecem paradas em função de ações judiciais que embargam obras de logística sob os mais diversos pretextos. O esforço de estancar o desenvolvimento dessas hidrovias pode ser atribuído, em grande parte, a Organizações Não-Governamentais (ONGs) que empunham a bandeira do ambientalismo como mero disfarce e

obedecem a interesses de multinacionais, para dasacelerar o crescimento agrícola brasileiro”, acusa Rocha Neto. A previsão, segundo ele, é de que até o ano de 2015 essas hidrovias já estejam em pleno funcionamento. Quanto à questão geográfica, Erikson Teixeira Lima é taxativo: “Temos um problema de escoamento fluviais simplesmente porque, com raras exceções, não temos rios navegáveis no País e por isso fica difícil querer comparar o Brasil com os Estados Unidos, que conta com toda a abrangência do Rio Mississippi”.

Outro modal que também anda a passos de tartaruga é o ferroviário. “Todas as ferrovias estão privatizadas, com exceção da Norte-Sul, que contempla a ligação de Brasília com o Norte do País, num total de 1.570 km, cortando os estados de Goiás, Tocantins e Maranhão. Elas crescem muito devagar, pois exigem investimentos muito altos: enquanto gastamos R\$ 400 mil para construirmos 1 km de rodovia, precisamos de R\$ 1,5 milhão para cobrir a mesma extensão com trilhos ferroviários”, compara Francisco Rocha Neto. Segundo ele, uma das únicas ferrovias em franca expansão é a Ferronorte. “Em 2002, chegará ao Alto Araguaia e até 2005 a Cuiabá. Temos o projeto que estenderia de Cuiabá a Santarém e Cuiabá a Porto Velho”. A ferrovia deverá atravessar o Centro-Oeste e a Amazônia Legal e terá cerca de 5 mil quilômetros de extensão. A área de influência da Ferronorte compreende os estados de Mato Grosso e Rondônia, e parte dos estados do Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais. É uma alternativa para a saída de cargas pelo Oceano Pacífico. Sobre transporte rodoviário, Rocha Neto diz que a previsão é de que os caminhões continuem circulando pelas estradas ainda por muito tempo. “Infelizmente ainda teremos a predominância do transporte rodoviário, o que varia muito de região para região: no Sul, a movimentação rodoviária é bem menor do que no Norte e Centro-Oeste”. Sobre o polêmico Custo Brasil, Rocha Neto é contundente: “Precisamos aumentar a competitividade e reduzir custos operacionais por meio da plena utilização da multimodalidade. Conseguindo isso, estaremos reduzindo o Custo Brasil, o que significa ganhos para o produtor rural, para as empresas privadas e para o País como um todo”, completa. ■

# A muralha **PROTECIONISTA** dos países ricos

*Até março, o Brasil cumpre uma extensa agenda de reuniões, onde terá que enfrentar pesadas negociações para garantir o fim das barreiras comerciais na OMC, ALCA e União Européia*

O ano será cheio para o governo brasileiro neste primeiro semestre, quando serão realizadas reuniões que vão desenhar o cenário para o Brasil no mercado agrícola internacional. Embora em dezembro passado o Congresso Nacional tenha repudiado os termos do *fast track* – mecanismo aprovado pelo Congresso norte-americano, que impede que legisladores dos Estados Unidos emendem acordos comerciais fechados pelo governo – com restrição a acordos na área da agricultura, será a chance de o Brasil uniformizar o discurso e lutar por concessões que resultem na abertura do mercado mundial para os seus produtos agrícolas. Pelo *fast track*, o presidente George W. Bush terá uma liberdade condicionada para negociar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

A queda de braço será com a ALCA, que representa a integração de 34 países e uma população de 783 milhões de pessoas, ou seja, a maior zona de livre comércio do planeta. “Essa negociação será a mais complicada”, adverte o diretor-executivo da Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG), Antonio Hermínio Pinazza. Segundo ele, a relação de força dos Estados Unidos na formação do bloco econômico poderá dificultar muito o poder de negociação do Brasil, que exige a queda das barreiras tarifárias e não-tarifárias para os seus produtos agrícolas e considera essencial a inclusão do agonegocio nas relações com a ALCA. Não será fácil para o País passar por cima da potência norte-americana que, sozinha, responde por 77,5% do PIB total de US\$ 11,5 trilhões dos 34 países.

A discussão sobre os pontos polêmicos não é recente, vem desde 1994, quando os EUA lançaram o projeto da ALCA.

Desde aquela época, os norte-americanos não admitem negociar sua política de subsídios à agricultura, que chega a US\$ 32 bilhões por ano, garantindo US\$ 4 em cada US\$ 10 alcançados como renda. A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) estima em US\$ 6 bilhões as perdas anuais do Brasil, em função dos obstáculos comerciais praticados na Europa e nos Estados Unidos. Dados de 2000 mostram que os países industrializados destinaram US\$ 362 bilhões a políticas de apoio à agricultura, enquanto no Brasil o total de subsídios não chega a US\$ 800 milhões. É contra essa desigualdade de competição que o País deve posicionar-se em 2002, para que os países ricos não sigam dominando importantes fatias do mercado mundial.

Na opinião de Pinazza, para o Brasil ingressar com força no mercado internacional e se tornar competitivo também

no mercado interno, é preciso antes acabar com as barreiras comerciais para os seus produtos agrícolas. “Isso será possível se houver uma forte integração entre a iniciativa privada e os órgãos governamentais, para que haja um discurso homogêneo”, afirma. A opinião é compartilhada pelo pesquisador da Central Internacional de Análises Econômicas e de Estudos de Mercado Agropecuario (CEEMA/Unijuí), Argemiro Luís Brum. De acordo com ele, o sucesso nas rodadas comerciais irá depender do poder de convencimento e negociação junto ao setor público e da capacidade que o setor privado terá de municiar os negociadores estrangeiros.

Mas não basta apenas ampliar o mercado para os produtos agrícolas. É preciso conhecer os mercados e a necessidade dos importadores, para o País sair da casa dos 3% de participação do comércio agrícola mundial, para um setor que movimentava anualmente US\$ 7,3 trilhões no mundo. “O Brasil do futuro é aquele que investe em novos produtos, com maior valor agregado, ocupando novos nichos”, diz Pinazza. “A vantagem competitiva do Brasil é o custo de produção, por isso temos que nos aproveitar dessa condição. Dessa forma, podemos colocar no mercado produtos diferenciados e com qualidade garantida”, destaca o dirigente da ABAG.

Outra grande vantagem do País é o fato de ser um dos poucos a ter condições de expandir sua fronteira agrícola, ao contrário de grandes potências como China, Canadá e Estados Unidos. “Alguns países, como a Argentina e alguns do leste europeu, também apresentam condições mais expressivas, mas as mais favoráveis estão aqui. Por isso, a nossa participação no mercado mundial não tem



Para Pinazza, diretor-executivo da ABAG, a queda de braço será com a ALCA

Divulgação

limites, desde que não haja restrições”, pondera Pinazza.

Segundo Argemiro Luís Brum, afora o protecionismo e as barreiras não-tarifárias, é urgente no País a necessidade de melhorar a agregação de valor aos produtos nacionais. “Mas, para vendê-los no exterior, além de esbarrar em protecionismos nefastos e incoerentes com a proposta liberal de abertura comercial internacional, nos deparamos com a falta de preparo de muitas de nossas empresas”, afirma Brum. De acordo com o pesquisador da CEEMA, em muitos casos o Brasil não está sabendo ou conseguindo oferecer o produto que o mercado deseja.

Problemas internos também dificultam o posicionamento do País frente a grandes concorrentes. Segundo Brum, a falta de preparo diante da exportação ainda coloca o Brasil na condição de amador, desde a forma de produzir até o embarque no navio, passando pela armazenagem, transporte e tratamento do produto. “Em muitos casos, não conseguimos acompanhar a velocidade das mudanças, a começar pelas leis e regras existentes”, diz. Para ele, o Custo Brasil é absurdamente elevado, para um País que deseja liderar uma região perante os grandes do mundo. “Como nosso Tesouro não tem a capacidade de praticar a mesma política dos Estados Unidos, então que ao menos avance na melhoria da estrutura interna”, avalia.

Conforme Argemiro Brum, o rompimento do protecionismo, mesmo que parcial, dará ao Brasil maior poder de comércio. “Para tanto, precisamos negociar com poder de causa, com argumentos”, informa. Segundo ele, essa condição não será tão difícil, já que a postura que o Brasil vem adotando no cenário internacional está propícia a vitórias.

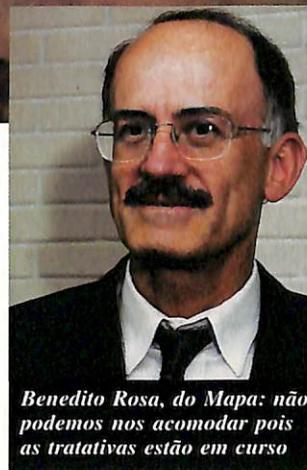
Mesmo com todo o protecionismo existente, a tendência é de crescimento do comércio agrícola brasileiro em 2002, pois as pressões também vão continuar. A excelência produtiva do País, o avanço tecnológico, a diversificação da produção primária, dão ao Brasil condições privilegiadas no comércio agrícola internacional.

Na avaliação do secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), Benedito Rosa do Espírito Santo, será muito difícil para o Brasil passar por cima dos obstáculos comerciais impostos pelos países ricos, pelo menos a curto e médio prazos. “Mas não podemos nos acomodar, pois as tratativas

estão em curso e há esperança de predisposição entre os países envolvidos nessa negociação”, afirma o secretário. Em relação à ALCA, a aprovação do *fast track* nos Estados Unidos não o surpreendeu e foi previsto por ele no livro “Os



**Brum, da CEEMA: sucesso do Brasil dependerá do poder de convencimento e negociação**



**Benedito Rosa, do Mapa: não podemos nos acomodar pois as tratativas estão em curso**

caminhos da Agricultura Brasileira”. “O cronograma continua, mas o entusiasmo reduziu”, admite.

Os grandes obstáculos do Brasil, segundo ele, são os picos tarifários elevados, as barreiras não-tarifárias e os subsídios às exportações. “As tarifas excessivamente altas ocorrem com os produtos sensíveis, como é o caso do açúcar, do suco de laranja, das carnes e dos derivados do couro”, enumera. Conforme Benedito Rosa, só para se ter um exemplo da prática de picos tarifários, enquanto a média mundial de tarifas sobre o setor lácteo é de 80%, nos países ricos é

de 116%. Enquanto isso, no Mercosul, a Tarifa Externa Comum (TEC) é de 27%.

De acordo com ele, o Brasil precisa também investir em acordos bilaterais com outros importantes mercados, como a Rússia, a China e a Índia, além dos vizinhos Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname. Ajustes internos também são necessários, afirma o secretário de Política Agrícola. “Temos dever de casa para fazer, principalmente no que diz respeito à redução da carga tributária e melhorias na infra-estrutura de transporte e portuária”, salienta. ■

A Granja

Fotos: Divulgação

# DÍVIDAS:

## *solução a conta-gotas*

*Sucessivos planos econômicos elevaram o endividamento agrícola para R\$ 35 bilhões. O resultado disso é a inadimplência de 10% na securitização e de 50% no Pesa*

**T**odo ano é a mesma coisa. Produtores se mobilizam e reivindicam a prorrogação dos prazos dos pagamentos das parcelas a vencer da dívida agrícola. A cena, mais do que comum, é o resultado de sucessivos planos econômicos ao longo dos anos, que engordaram as dívidas e dificultaram o seu pagamento. O grande vilão, unânime entre os especialistas em crédito rural, foi o Plano Collor, de 1990. De lá para cá, o que se vê são medidas paliativas, que só adiam o problema e incham ainda mais os valores devidos, que hoje alcançam R\$ 35 bilhões.

A mais recente negociação entre Governo e produtores, a Resolução 2.902 do Banco Central, que regulamentou as novas regras para renegociação das dívidas agrícolas estabelecidas pela Medida Provisória 9, prevê que as parcelas da securitização poderão ser quitadas até 2026, em pagamentos anuais com juros de 3% ao ano para aqueles que estiverem em dia. A taxa de juros permanece, mas a dívida deixou de ser corrigida por equivalência-produto. Os descontos para quem pagar em dia as parcelas, que variam de 15% a 30%, foi mantido. Os produtores que optarem pelo pagamento integral da dívida à vista, com antecipação, ganham um desconto de 35%.

Para o Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa), referente às dívidas superiores a R\$ 200 mil, a resolução do Bacen diminuiu as taxas de juros de 8%, 9% e 10% para 3%, 4% e 5%, além de limitar a variação do IGPM a 9,5% ao ano. No Pesa, o prazo de pagamento é de 20 anos. Para o presidente da Comissão de Crédito Rural da Confederação Nacional da Agricultura

(CNA) e da Federação da Agricultura no Rio Grande do Sul (Farsul), Carlos Sperotto, a negociação com o Governo ainda não está concluída. O dirigente pretende levar adiante a negociação das dívidas do Pronaf, uma vez que os agricultores ligados à CNA também estão enquadrados no programa. Ele espera para breve a re-

negociação das dívidas dos pequenos produtores. Sperotto acredita que o Pesa e principalmente a securitização entrarão num novo quadro a partir de 2002. "Acreditamos que demos um passo decisivo e que essa negociação deve ser apoiada e desfrutada pelo produtor", avalia o dirigente da CNA, para quem a solução do endividamento trará maior autonomia ao setor produtivo.

Na opinião do presidente do Instituto de Estudos Jurídicos da Atividade Rural (Iejur), Ricardo Alfonsin, a demora na solução do proble-



# VALTRA

[www.valtra.com.br](http://www.valtra.com.br)

Bagaço é uma  
palavra que a  
Valtra não conhece.



Finecom



ABASTECIMENTO  
ORIGINAL DE FÁBRICA

A **Pesquisa Nacional - Master Cana 2001**, feita com produtores do setor sucroalcooleiro, revelou que a **Valtra** é a marca de trator que mais entende da cultura de cana-de-açúcar no país. Muita força, robustez, torque e, acima de tudo resistência para aguentar o dia-a-dia.

Por tudo isso, a **Valtra** foi eleita pela **Master Cana 2001** como a **fabricante dos melhores tratores** e a **mais eficiente prestadora de Serviços de Pós-Venda** do mercado sucroalcooleiro.

Tanta força e resistência só podiam dar em prêmios, mostrando que os tratores **Valtra** não conhecem mesmo o que é bagaço, a não ser o da cana-de-açúcar, claro.

**Prêmios:**

**Máquinas Agrícolas** - Trator de Rodas

**Serviços** - Área Agrícola e Destaque Inovação



50

JUBILEUM  
1951-2001

**Valtra do Brasil S/A**  
Rua Cap. Francisco  
de Almeida, 695  
CEP 08740-300  
Mogi das Cruzes - SP  
Ligue grátis: 0800-192211  
e-mail: [falecom@valtra.com](mailto:falecom@valtra.com)

**PARTEK**

A Valtra é uma empresa do Grupo Partek.

## REPORTAGEM DE CAPA

ma da dívida agrícola já alijou um grande número de agricultores do processo produtivo e atrasou a agricultura brasileira como um todo nos últimos dez anos. Para ele, no Pesa a correção limitada em 9,5% ainda é alta, assim como os juros de 5% para as dívidas acima de R\$ 1 milhão, uma vez que as contas foram assumidas com a inclusão de ilegalidades, como o diferencial do Plano Collor e juros acima de 12%. “Há um desequilíbrio muito grande de tratamento entre a securitização e o Pesa, resultando ao final do pagamento em uma diferença de quase 300% entre um e outro. Isso não se justifica, pois a origem do problema é a mesma e os agricultores são os mesmos, diferindo apenas de tamanho”, avalia Alfonsin.

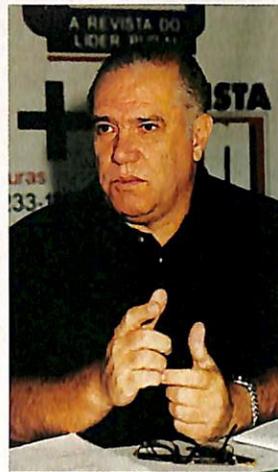
O dirigente entende que as mudanças anunciadas na securitização foram vantajosas para os produtores e permitirão o pagamento no futuro. Como ponto negativo, no entanto, destaca a falta de uma solução adequada para aqueles produtores que estavam em atraso por motivos justificáveis. Ele entende que aqueles produtores que renegociam não podem ficar de fora do crédito. Essa atitude, na opinião de Alfonsin, retira renda da atividade, prejudica os não-endividados e impossibilita o pagamento da dívida.

“As condições da securitização até poderiam ser encaradas como uma espécie de subsídio, mas, na realidade, é uma devolução de parte do que foi indevidamente cobrado e dos prejuízos que os planos econômicos, inclusive o Plano Real, trouxeram para a atividade agrícola em geral”, destaca o presidente do Iejur. Ele afirma que o produtor brasileiro não é um mau pagador. Antes dos planos econômicos, a inadimplência era de 2%; após, chegou a 40%. “Hoje, no novo crédito em condições adequadas, para aqueles que passaram ao largo desse período de turbulência, a inadimplência é de 1,2% menor entre todos os setores”, informa.

Para o advogado especialista em contratos bancários de Maringá/PR, Lutero de Paiva Pereira, da Pereira & Bornelli Advocacia, os programas de renegociação das dívidas agrícolas anunciados até



Para Sperotto, da CNA, a negociação não está concluída



Alfonsin: demora na solução alijou muitos produtores



Pereira defende mudanças na estrutura jurídica dos programas

agora não trouxeram solução efetiva para as dívidas. “Toda a negociação foi feita sem considerar a realidade do setor primário”, diz. Segundo ele, os prazos e as taxas propostos na renegociação acabaram não sendo um benefício para o produtor, em função dos números irreais da dívida apresentados pelo governo. “Os valores negociados já estão inchados pelo sistema financeiro por práticas ilegais”, afirma. Cita como exemplo a cobrança de juros de mora superior a 1% ao ano, ilegal no caso do crédito agrícola. Segundo ele, o montante devido pelo setor hoje é irreal, principalmente em função dos prejuízos acumulados desde o Plano Collor, classificado por ele como um verdadeiro ataque ao setor primário, quando houve um acréscimo de 74,6% nos valores. O advogado também ressalta a ilegalidade do pagamento da variação cambial nos financiamentos agrícolas. Segundo ele, muitos contratos dolarizados engrossaram a lista dos endividados e penalizaram ainda mais o setor primário.

Cético em relação às medidas recentemente anunciadas, o advogado afirma que o Governo não é nada paternalista com o produtor, como muitos podem pensar. “Com a renegociação, o agricultor acaba pagando 50% a mais do que realmente deve, embora o Governo acene com juros e prazos mais acessíveis”, salienta. De acordo com ele, fazer negociação nesses termos é ruim, pois trata-se apenas de uma atenuação que anima momentaneamente o produtor.

Lutero de Paiva Pereira defende mudanças na estrutura jurídica dos programas e o reexame de todas as dívidas, desde a década de 90. Os bancos, por sua vez, precisam rever a taxa de juros aplicada nos financiamentos com recursos próprios. “Os bancos não podem, em hipótese alguma, aplicar juros de mercado no crédito agrícola”, salientou. Para ele, a agricultura é rentável e o produtor é um bom pagador, mas o problema não está aí. “O Governo intervém demais no sistema produtivo, congelando receita, mas não os débitos”, destaca. Segundo Lutero, qualquer solução futura para o problema, deverá, necessariamente, voltar ao passado. “Caso contrário, tudo o que for feito só vai piorar o que já está ruim”.

**Plano Safra** — Além da questão das dívidas, outra dor de cabeça dos produtores é a disponibilidade de crédito para custeio e investimento. De acordo com Ricardo Alfonsin, do Iejur, a safra de grãos brasileira tem um custo aproximado de R\$ 60 bilhões, embora o Plano Safra 2001/2002 acene com recursos bem inferiores. “Mesmo assim, sobra 40% do crédito, por falta de acesso dos produtores devido a problemas cadastrais”, salienta. De acordo com ele, grande parte da safra acaba sendo financiada por fontes inadequadas. Embora afirme que a taxa de juros do Plano Safra seja apropriada, Alfonsin ressalta como aspectos negativos o volume insuficiente de verba e a brutal seletividade na disponibilização do crédito. “Os produtores estão trabalhando para as indústrias de insumos e de beneficiamento de produto”, denuncia. Além de não atender à demanda do setor, o crédito agrícola no Brasil, na avaliação de Lutero de Paiva Pereira, muitas vezes chega tarde demais. ■

A orizicultura é uma das principais atividades atornadas pelo fantasma do endividamento

# A vida no campo não é fácil. Alguma coisa tinha que ser.

Novas Colheitadeiras John Deere 1450 e 1550. Rentabilidade e eficiência como você nunca viu.



ESCALA

Novo conceito em conforto, nova cabine, novos motores, novo sistema de alimentação e trilha, novo estilo. As colheitadeiras 1450 e 1550 da John Deere chegam ao mercado trazendo toda a tecnologia de uma empresa que é líder mundial nesse setor. A manutenção e a operação também estão facilitadas em máquinas mais seguras e adequadas a todas as condições de lavoura. O resultado disso são grãos da mais alta qualidade e um desempenho superior na sua colheita. Informe-se no concessionário mais próximo. E conheça mais sobre esta novidade de alta performance.



Sistemas  
Mecanizados  
John Deere



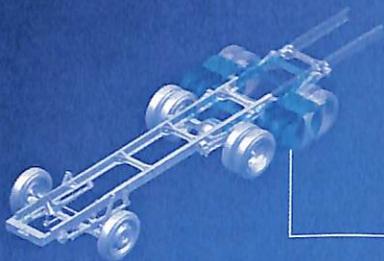
Colheitadeiras de grãos



JOHN DEERE

[www.johndeere.com.br](http://www.johndeere.com.br)

# Caminhões Volkswagen Linha



Mais opções entre-eixo. Distâncias atendendo a todas as necessidades de encarroçamento.

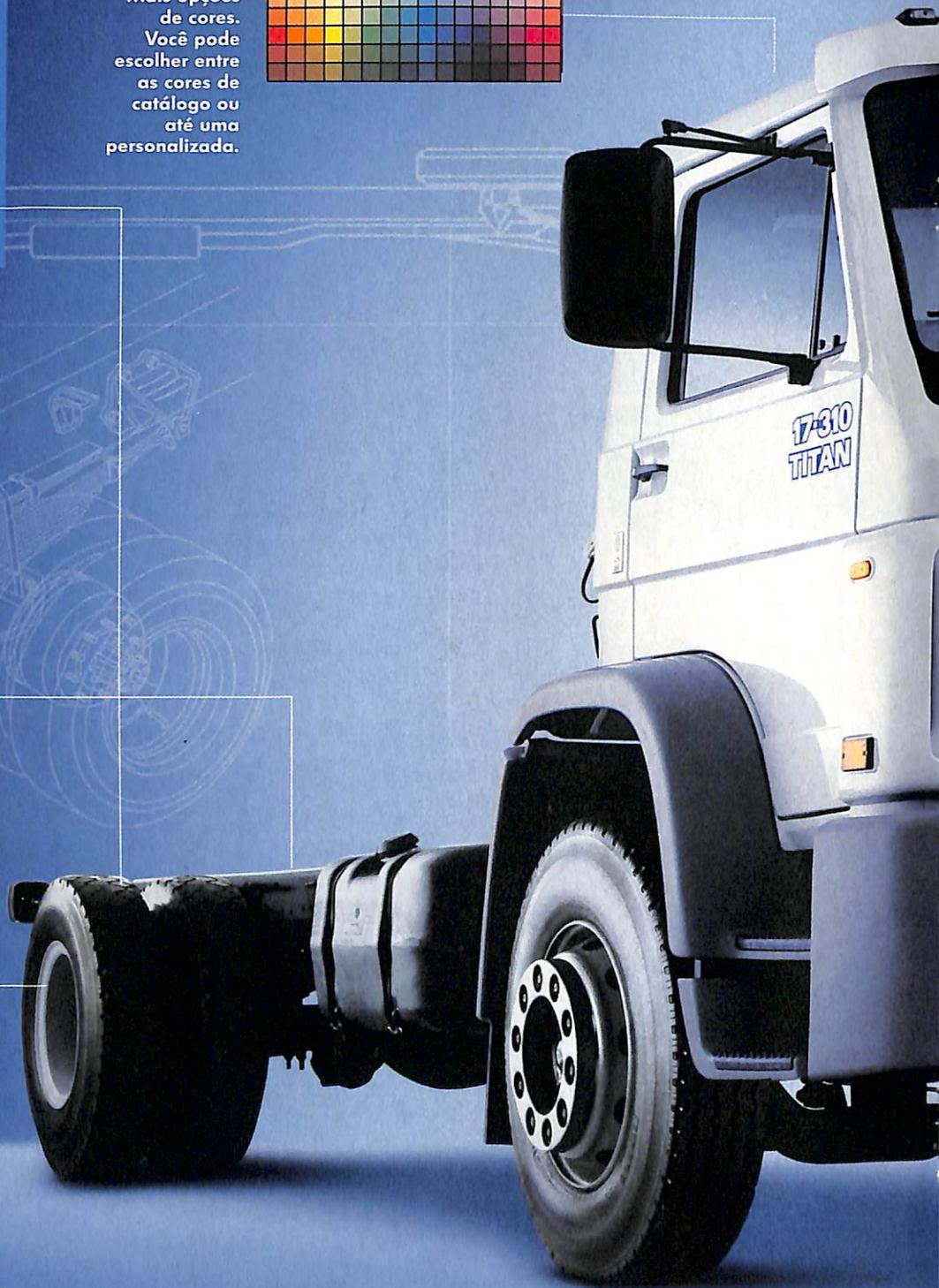
Mais opções de cores. Você pode escolher entre as cores de catálogo ou até uma personalizada.



Suspensão. 3 opções para adaptação perfeita a cada tipo de terreno.



Terceiro eixo instalado de fábrica.



Depois do enorme sucesso dos seus "Caminhões Sob Medida", a Volkswagen investiu e foi mais fundo ainda nesta idéia. O resultado é a linha de Caminhões Volkswagen 2002, com mais opções para oferecer as soluções de transporte

exatamente na medida que sua empresa precisa. • 19 modelos com mais de 300 alternativas de acabamento. • Liberdade para combinar o melhor conjunto motorização + transmissão + eixo traseiro. • Possibilidade de configurar veículos

especiais SVE (fora de catálogo\*). • Livre escolha de motorização para os caminhões de 13, 15 e 17 toneladas: MWM ou Cummins com potências similares. • Produção de cores especiais, seguindo com exatidão

# 2002. Soluções sob medida para qualquer tipo de negócio.

Mais opções de motorização.  
MWM ou Cummins:  
duas das melhores opções  
para caminhões do mercado.



Novas opções  
de configurações  
de bancos para  
o motorista  
e passageiro.

Opção de  
montagem de  
rodas de  
alumínio.



os padrões de identidade visual das empresas. • Rede com 115 Concessionários, exclusivos em caminhões, e assistência 24 horas do CHAMEVOLKS, com guincho e socorro mecânico em todo o Brasil\*\*.

**Volkswagen. Caminhões sob medida.**



# A ÁGUA vai pesar no seu bolso

*O alarde em torno da cobrança da água ainda vai render muito pano para manga, pois existe total falta de informação sobre o que realmente estabelece a lei*

O ano de 2001 terminou com um saldo nada animador para os fabricantes de equipamentos de irrigação: 20% de queda nas vendas em relação a 2000. Se compararmos o segundo semestre do ano que se encerrou com o mesmo período do ano passado, o resultado é ainda mais alarmante: 50% de queda. De acordo com o vice-presidente da Câmara Setorial de Equipamentos para Irrigação (Csei), da Abimaq, e presidente da Valmont, Bernhard Kiep, a estatística se deve, em primeiro lugar, ao racionamento de energia, que colocou o País em estado de alerta pela iminente falta d'água, mas também pode ser classificada como uma reação antecipada à futura cobrança da água proposta pelo Governo Federal. "No Brasil existe uma histeria em relação ao assunto da água, o que se aprofundou com a crise energética. Todos ficam apavorados com a

possibilidade de cobrança, o que tem prejudicado todo o segmento que trabalha com vendas na irrigação", resalta Kiep.

O alarde generalizado talvez se justifique por uma falta de informação geral sobre o que realmente estabelece a lei, quem irá pagar e quanto os agricultores vão desembolsar. "Não será qualquer agricultor que irá pagar. O pequeno agricultor, que tem uma pequena horta e utiliza pouca vazão, ficará isento. Só os grandes proprietários, que retêm grandes volumes de águas dos rios, é que deverão pagar", explica o especialista em meio ambiente e recursos hídricos Sanderson Leitão. De acordo com ele, a cobrança pode iniciar este ano, mas em regiões isoladas. "As realidades hidrológicas são muito

diversas, por isso fica difícil falar em termos de País", explica.

O pontapé inicial do processo de cobrança depende de uma série de medidas, que iniciam com a formação dos comitês das bacias hidrográficas, que funcionarão como um parlamento das águas. Eles é que irão escolher as prioridades, adotar as posturas mais ecológicas e responsáveis dos recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos, além de interferir na definição dos preços da água. "A autoridade máxima é o comitê, e a cobrança depende do tamanho da bacia hidrográfica e que volume d'água ela poderá fornecer. Esses grupos se-

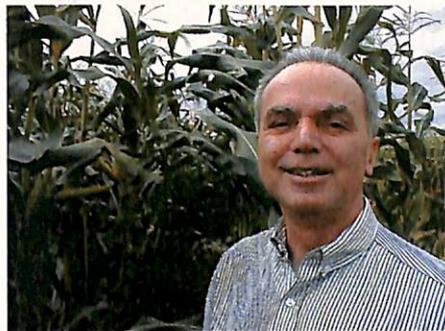


A Granja

rão formados metade pela sociedade civil organizada e a outra parte por representantes do Governo, que irão discutir quais os critérios de cobrança, ou seja, quanto e quem vai pagar”, diz Sanderson.

Bernhard Kiep discorda do especialista e afirma ser muito pouco provável que a cobrança inicie este ano. “É preciso primeiro formar os conselhos de cada bacia hidrográfica e temos muitas bacias ainda para organizar. Além disso, algumas são muito complexas, como a que inicia em São Paulo, mas entra em municípios de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Paraná, demandando mais tempo. Enquanto isso não ocorrer, nada será feito de imediato”. Kiep considera que os órgãos que darão os fundamentos para determinar os parâmetros de cobrança ainda estão em fase embrionária. Como sugestões para a gestão dos comitês, ele propõe que sejam estabelecidas metas de produção para os agricultores. “Quem alcançá-las utilizando determinada quantidade de água fica isento de pagamento. Além disso, é preciso diferenciar as irrigações que usam água com eficiência e outras que desperdiçam. As irrigações por inundação e por gravidade, por exemplo, consomem mais água. O foco da lei das águas deve ser baseado no uso eficiente, respeitando o meio ambiente e propondo maiores penas para quem desperdiça”, enfatiza.

Para o diretor da Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem (Abid), Helvécio Saturnino, há um trabalho cooperativo muito grande para ser desenvolvido. “Os comitês é que decidirão quem vai pagar e o que será cobrado. Aquele que polui e o que não atende à gestão adequada terá que pagar. Não podemos cobrar do agricultor, que tem



*Saturnino, da Abid: os comitês decidirão quem vai pagar e o que será cobrado*

problemas econômicos, e não pegar um segmento fragilizado. Isso tem que ser muito bem analisado”, avalia. Saturnino, que atua também como executor do contrato da Abid e da Associação Brasileira de Plantio Direto na Palha (Apdc), afirma que a agricultura bem feita, com plantio direto e irrigação competentes, é muito importante para o desenvolvimento do País. “O plantio direto garante controle da erosão, evitando picos de vazão e mantendo a regularidade durante o ano. Além disso, o agricultor tem melhores condições para dispor da água”.

Assim como Kiep, Saturnino sugere alternativas de parâmetros de cobrança para os comitês. Segundo ele, a agricultura irrigada tem um efeito fantástico e pode ser realizada com água residual, de esgoto. “O agricultor que realiza esse tipo de reciclagem pode ser considerado com credor e deveria receber incentivos, pois seu trabalho traz benefícios para a cultura. O produtor que realizar um bom trabalho não poderá ser penalizado, deve sim, ser estimulado”, destaca.

Bernhard Kiep é contundente ao salientar a importância de o Governo ter em mente que a agricultura é que salva a economia nacional, com os superávit agrícolas, e que a irrigação é a grande aliada para aumentar a produtividade e a rentabilidade, sem aumento

de área. “Chega a ser contraditório: o Ministério da Agricultura quer aumentar a irrigação e o Ministério dos Recursos Hídricos trava com medidas de cobrança o desenvolvimento agrícola do País. Com a falta da irrigação, pode-se falar em perdas de até 100% das lavouras”, alerta

Sanderson Leitão recorda que a proposta de cobrança da água surgiu com a Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, conhecida como Lei de Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. “É uma lei de inspiração francesa, e o Brasil se adaptou à realidade. A partir da sua criação, os Estados e o Distrito Federal deveriam elaborar suas próprias leis. Alguns já possuíam, como São Paulo. Os que não dispunham, criaram. O mais vergonhoso é que todas as unidades da federação têm a sua lei, com exceção da região Norte, que detém 70% da água do Brasil e 9,2% de toda a água do mundo, na Amazônia”, destaca.

Em 2000, foi criada a Agência Nacional de Águas (ANA), que começou a funcionar efetivamente em janeiro de 2001. O objetivo da cobrança é gerenciar a demanda, intimidar a poluição e formar um fundo para melhorias, com investimentos em novos reservatórios para épocas de escassez, e fazer o ordenamento territorial das atividades econômicas. “De certa forma, é positivo porque, a princípio, o dinheiro recolhido será revertido no desenvolvimento das bacias. Se funcionar como a lei prevê, será positivo. Mas nós temos o exemplo da CPMF, que até hoje não foi aplicada. Por isso é preciso pressionar o Governo para que a lei seja cumprida, fiscalizar o uso da verba e ver se está sendo destinada a determinada Bacia”, alerta Sanderson. Ele explica que a cobrança está relacionada com a outorga. “Aqueles que fazem a captação para consumo final, como no caso da irrigação, construção de represas e açudes, deverão solicitar a outorga, informando quanto irá retirar de água”. Segundo ele, o processo funcionará da seguinte forma: o usuário deverá enviar um documento solicitando um número determinado de vazão, conforme o uso. Esse relatório será analisado por técnicos ou pelos órgãos estadual ou federal, responsáveis por determinado rio”, completa. ■



*Sanderson, especialista em recursos hídricos, acredita que a cobrança inicie em 2002*



*Para Kiep, da Csei, no Brasil existe uma histeria em relação ao assunto água*

# O SUCESSO que vem da horta

*O mercado hortícola, que rende bons milhões de reais ao agronegócio brasileiro, está em alta. Atentos às exigências da “geração saúde”, horticultores buscam qualidade e sofisticação*

Texto: Gerson Lourenço / Fotos: Anderson Prado

**O** Brasil produz 180 tipos de hortaliças, que representam 27% do total da agricultura brasileira. Por ano, o setor movimentava cerca de R\$ 14,9 milhões, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Os principais pólos produtores estão em São Paulo (Piedade, Campinas, Ribeirão Preto, Cinturão Verde de São Paulo, Mogi-Guaçu, Mogi-Mirim e Guapiara), sul de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

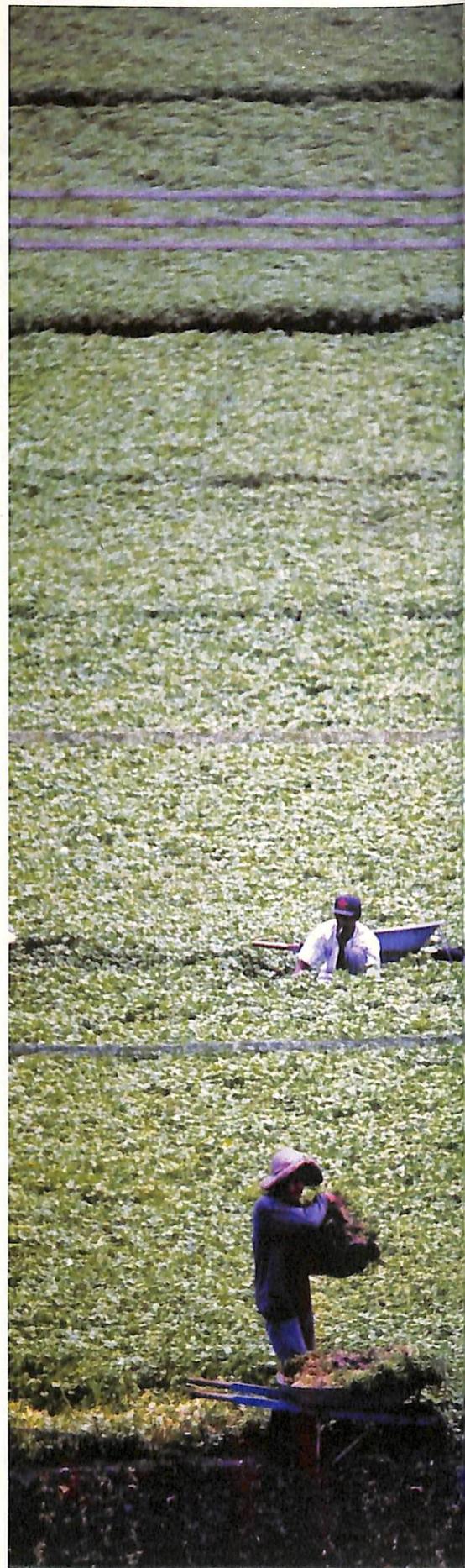
O giro rápido de investimento e lucro tem garantido o crescimento do mercado da horticultura no Brasil, que atrai agricultores até mesmo de outras culturas. “Muitos produtores de milho e café estão partindo para esta área, porque os resultados são mais rápidos. No Sul de Minas, por exemplo, os agricultores estão cultivando a alface americana, que abastece a rede de *fast food* McDonald’s”, destaca Rumi Gotto, presidente da Sociedade de Olericultura Brasileira.

Segundo ela, o tomate é uma das culturas que mais vem crescendo. Hoje se cultiva o fruto em cerca de 60 mil hectares em todo o Brasil, inclusive no cerrado mineiro, Goiás e Mato Grosso. “O destino principal é a fabricação de molhos e extratos de tomate, além do *ca-chup*”, afirma Rumi.

Apesar do sucesso da horticultura brasileira nos itens produtividade e qualidade, o setor esbarra na comercialização. No sistema tradicional, as culturas são vendidas para atravessadores, que ficam com os lucros maiores. Na venda direta ao varejo, como supermercados, o preço pago pelos produtos muitas vezes não chega a cobrir nem mesmo o custo míni-

mo. Nesses casos, os agricultores trabalham sozinhos e acabam aceitando as imposições dos compradores. “O supermercado dá um berro em cima do produtor e ele acaba entregando o produto de graça, com medo de perder o freguês. O produtor está falindo na comercialização individual”, afirma Rumi Gotto. Diante disso, o grande desafio dos produtores hoje é deixar de trabalhar isolados e unirem-se em associações e cooperativas, que permitam divulgar melhor as hortaliças, aumentar o consumo e, principalmente, negociar preços. “O setor está muito desorganizado e a consequência disso é a desvalorização das culturas. A solução é os produtores trabalharem juntos”, assegura.

Outro caminho para melhorar a comercialização é investir no *marketing* e atrair a atenção para o seu produto. Na opinião do agrônomo Thomas Nitzsche, presidente da Coordenadoria de Agronegócios da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (Codeagro), é preciso informar ao consumidor tudo sobre a sua cultura, apresentar um laudo completo com rótulo, classificação e embalagem padronizada, além de informar quem é você, como e onde cultiva. “O profissional do setor precisa mostrar que o que ele produz está de acordo com as exigências do mercado”, orienta Nitzsche. A conquista do mercado é essencial também para aumentar o consumo brasileiro de hortaliças, que ainda é baixo, se comparado com o de outros países. O consumo per capita no País gira em torno de 45 quilos por ano, ou seja, metade do volume consumido





pelos argentinos. Mas, aos poucos, os hábitos alimentares estão mudando, graças à profissionalização do setor e às inovações tecnológicas. Prova disso é que a representatividade da horticultura, dentro da agricultura brasileira, aumentou 11% em dois anos, com consumo exclusivo para o mercado interno.

**Vedetes** — Nos últimos anos, inúmeras variedades de produtos da horticultura surgiram nas feiras e prateleiras dos supermercados. No entanto, as grandes campeãs de produção e venda são itens simples, que sempre estiverem presentes na mesa do brasileiro: tomate, cebola e alface. “O maior consumo é desses produtos, que podem ser usados em diversos pratos e já estão incorporados ao hábito alimentar do brasileiro”, ressalta Ossir Gorenstein, engenheiro agrônomo da Central de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (Ceagesp).

Na propriedade dos irmãos Cláudio e Marcelo Tajima, em Mogi das Cruzes, a alface representa 60% da produção total da lavoura, com a colheita diária rendendo seis mil pés, comercializados nas feiras e na Ceagesp. Mogi, ao lado de outras quatro cidades, integra o Cinturão Verde de São Paulo, maior produtor nacional de alface, com 40% do total cultivado no País.

Atuando na agricultura há 10 anos, os irmãos Tajima começaram administrando a propriedade de 6 hectares pertencente à família. Hoje, executam a atividade em 17 hectares, arrendando terras na região. Com isso, conseguiram aumentar em 300% a área de cultivo e elevar o lucro em 100%. Além da alface, eles plantam cenoura, acelga, repolho, couve-flor, brócolis, beterraba, salsa e coentro.

Para conseguir a qualidade dos produtos, os irmãos Tajima cultivam as mudas em estufas e, depois, fazem o replantio na terra. “Conseguimos dobrar nosso volume de produção nesses anos e estamos mostrando que a horticultura ainda é um bom negócio”, afirma Marcelo Tajima.

**Tendência** — Até algum tempo, para conseguir hortaliças com boa qualidade e aparência atrativa, os agricultores brasileiros recorriam aos defensivos agrícolas. Na virada do sé-

culo, no entanto, o desafio é produzir com a mesma qualidade e aparência, dando prioridade aos chamados produtos orgânicos. Ainda em pequena escala — não chega a 5% do volume produzido no País —, a linha orgânica traça o novo perfil da horticultura no Brasil e conquista consumidores e agricultores.

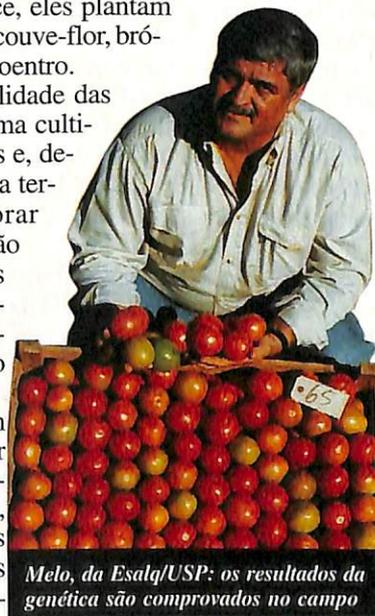
Os irmãos Tanaka, detentores da marca Da Roça (hortaliças processadas), são um exemplo da mais nova mudança na horticultura brasileira. Na propriedade de 60 hectares, no município de Mogi das Cruzes/Cinturão Verde de São Paulo, eles produzem diariamente 40 itens de hortaliças, sendo 1.700 quilos somente de alface, que é o carro-chefe dos agricultores. Há um ano, eles estão usando nos canteiros de lavoura uma compostagem orgânica, preparada com esterco de cogumelo shiitake e de galinha, farinha de osso e bactéria para fermentação. O material leva 40 dias até estar no ponto para ser usado no campo, mas já reduziu em 50% o custo da produção. “O sistema orgânico diminui o uso de defensivos agrícolas e, com isso, o produto se torna mais saudável para o consumidor e não traz riscos de intoxicação aos funcionários”, diz Armando Tanaka que, ao lado dos irmãos Mário e Paulo, administra a propriedade em Mogi.

Nos 100 hectares de lavoura que possui nas cidades de Suzano e Biritiba Mirim, também no Cinturão Verde de São Paulo, o produtor Kohei Hasegawa é outro que está finalizando a fase de transição para os compostos orgânicos. No ramo da horticultura há 35 anos, ele é um

dos pioneiros na utilização do adubo orgânico e hoje já usa 95% menos defensivos na sua lavoura, onde diariamente são produzidas quatro toneladas de hortaliças. Hasegawa, que abastece supermercados da Grande São Paulo, Santos e São Vicente.

Para o agrônomo Nitzsche, da Codeagro, a linha orgânica é uma alternativa para os agricultores reduzirem seus gastos de produção e obterem produtos de qualidade.

**Tecnologia** — Se os agricultores hoje estão produzindo hortaliças de



Melo, da Esalq/USP: os resultados da genética são comprovados no campo

ponta, muito se deve à genética, técnica científica que vem melhorando a qualidade das hortaliças, por meio de variedades resistentes às pragas e doenças, com padrões de cor, sabor e produtividade.

“O grande número de cultivares, lançado a partir da década de 60 e com adaptação às diversas condições agroecológicas do País, permitiu o cultivo de hortaliças durante o ano todo. Isso só foi possível graças ao trabalho de melhoramentos genéticos conduzido principalmente pelo setor público”, garante Arlete Marchi Tavares de Melo, pesquisadora do Centro de Horticultura do Instituto Agronômico de Campinas (IAC), órgão que deu grande contribuição ao agronegócio das hortaliças no Brasil.

As pesquisas com melhoramento genético envolvem, principalmente, cruzamentos para transferências de determinadas características genéticas, que podem ser, por exemplo, resistência a uma doença. “A olericultura é um setor extremamente dinâmico e o mercado consumidor está sempre demandando novidades e aumentando a exigência no item qualidade. Assim, o grande desafio para os melhoristas de hoje é produzir hortaliças que, além de adaptadas aos diferentes ecossistemas, apresentem atributos de qualidade visual, gustativa e nutricional, que atendam aos anseios do consumidor”, destaca Arlete de Melo.

Não há dúvidas do retorno que a genética traz nos itens qualidade e produtividade na lavoura. Um exemplo disso é a cenoura Brasília. Quando foi lançada pela Embrapa Hortaliças, no início da década de 80, os produtores de todo o Brasil gastavam muito para controlar a doença “queima-das-folhas”, que em pouco tempo destruía a lavoura. “Em um prazo relativamente curto, a Embrapa Hortaliças e o Departamento de Genética da Esalq-USP, obtiveram uma nova variedade, chamada Brasília, resistente à doença. Essa espécie causou uma verdadeira revolução no panorama produtivo da cenoura no País”, afirma o professor doutor Paulo César Tavares de Melo, do Departamento de Produção Vegetal da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (Esalq-USP), localizada no município de Piracicaba, no interior de São Paulo.

No IAC, a prioridade atualmente é o melhoramento do tomateiro, visando à obtenção de cultivares resistentes a tospovírus e geminivírus. Além disso, o Cen-

tro de Hortaliças do IAC vem desenvolvendo um trabalho pioneiro de coleta, caracterização e avaliação de hortaliças não-convencionais e de pimentas. “Nós possuímos uma das maiores coleções de acessos de pimenta hortícola do País”, diz Arlete de Melo.

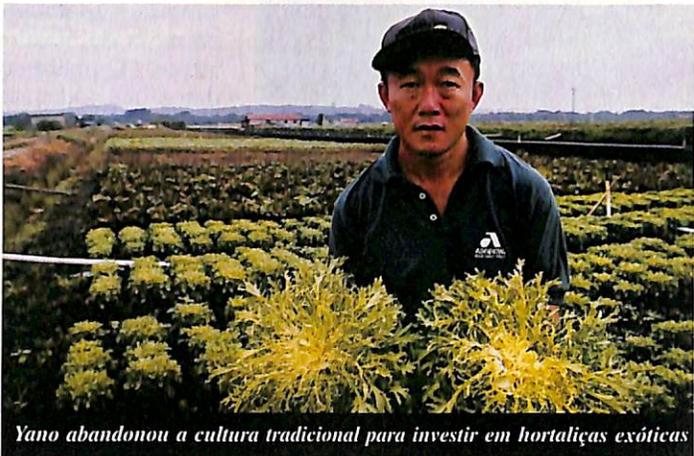
Apesar do sucesso obtido com as pesquisas brasileiras, ainda são poucos os investimentos do setor público na área de genética agrícola, em relação aos países mais desenvolvidos. Por sua vez, o setor privado tem também investido muito pouco em pesquisa local, preferindo intensificar os testes de produtos obtidos em suas unidades de pesquisas no exterior.

“Assistimos à uma ‘entressafra’ do melhoramento genético de hortaliças no Brasil. Os nossos grandes melhoristas já nos deixaram, estão aposentados ou prestes a se aposentar. A nova geração tem feito o que pode com os escassos recursos disponíveis. Já o setor privado está com uma estratégia equivocada e sem sustentação a longo prazo”, afirma Paulo Cesar Tavares de Melo, do Departamento de Proteção Vegetal da Esalq/USP. “É preciso usar muita criatividade e ter espírito de perseverança para não desistir”, completa.

**Embalagem** — Além da genética, a embalagem também ajuda a estender a vida útil das hortaliças, que normalmente é curta, por causa da grande quantidade de água exigida e do desgaste causado pelo transporte do produto. A pesquisadora Rita de Fátima Alves Luengo, da Embrapa Hortaliças, está justamente trabalhando na área de pós-colheita, buscan-



A alface representa 60% da produção dos irmãos Cláudio e Marcelo Tajima



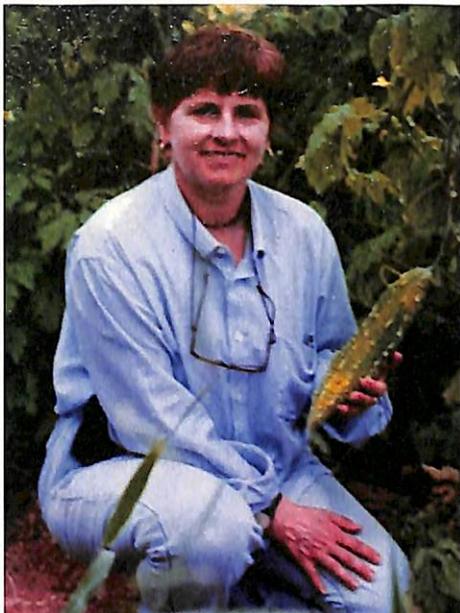
Yano abandonou a cultura tradicional para investir em hortaliças exóticas



Tanaka apostou nos processados e aumentou em 80% a margem de lucro

do alternativas para evitar perdas das culturas, que hoje representam 30%, do campo à mesa do consumidor. “O que queremos evitar é que ocorram danos mecânicos, como produto esfolado, cortado e rachado”, explica.

A pesquisadora já desenvolveu uma linha adequada de embalagem para tomate e pimentão, que permitiu a redução de perda em 17%, e agora busca parceiros para produzir o material em grande escala e abastecer os campos de lavoura. A linha de hortaliças embaladas e processadas vem ganhando mercado a cada dia. Além da qualidade, o produto oferece a praticidade de estar pronto para o consumo, não precisando nem mesmo ser la-



Arlete, do IAC: o desafio é produzir hortaliças que atendam aos anseios do consumidor

vado. Nesse processo, a alface dura até sete dias, enquanto na cultura tradicional a durabilidade é de três dias.

Há sete anos investindo nos produtos minimamente processados, os irmãos Tanaka, de Mogi das Cruzes, aumentaram a margem de lucro em 80%, em comparação com a venda de verdura a granel. "Agregamos valor ao nosso produto, que se torna diferente e prático para o consumidor final. A nossa alface, por exemplo, é lavada e higienizada, pronta para o consumo", explica Armando Tanaka, que comercializa as culturas em supermercados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. "As verduras são comercializadas em embalagens com atmosfera modificada, que mantêm a planta mais tempo respirando", completa o agricultor, que possui representantes da marca Da Roça nos pontos de venda.

O engenheiro agrônomo Ossir Gorenstein, do Centro de Qualidade em Horticultura da Central de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (Ceagesp), diz que a principal vantagem dos itens

com mínimo processamento é que podem ser comercializados diretamente nos supermercados, restaurantes e centros de compras, sem atravessadores. Ele destaca, ainda, o crescimento das culturas hidropônicas, que hoje já são encontradas com facilidade nas prateleiras dos supermercados e feiras. "São mais crocantes, mais resistentes e conservam-se mais em geladeira. Estão ganhando a preferência do consumidor e, conseqüentemente, ganhando mercado", afirma Gorenstein.

A Ceagesp, com uma área total de 700 mil metros quadrados, recebe de 8 a 10 mil toneladas de produtos por dia, movimentando um total de 2,5 milhões de toneladas anuais de frutas, flores, hortaliças e pescados. Uma circulação anual da ordem de R\$ 1,4 bilhão.

**Hidroponia** — O engenheiro civil Cláudio Makoto utilizou os seis anos de faculdade para adotar na lavoura uma das mais modernas técnicas na produção de hortaliças: a hidroponia, onde o cultivo é na água ao invés de ser na terra. Há um ano e meio aplicando essa técnica, já conquistou um novo mercado, com produtos de fina qualidade e com preços convidativos. Possui marca e embalagens próprias, o que facilita no transporte, no comércio e na apresentação do produto.

Na propriedade de 7 hectares, no município de Biritiba Mirim/SP, ele construiu quatro estufas de 750 m<sup>2</sup> cada. Ali, cultiva alface crespa, rúcula, agrião e já está diversificando a produção com coentro e horengo. "A diferença na hidroponia é que você colhe produtos com maior qualidade e com um volume menor", explica Cláudio Makoto.

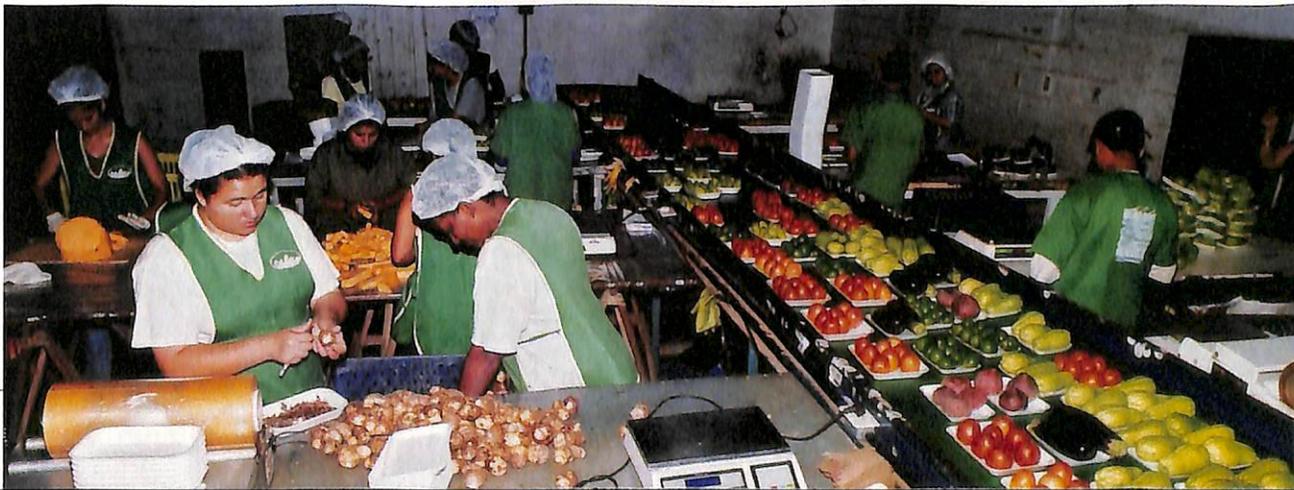
Segundo o engenheiro e produtor, uma caixa com 60 pés de alface produzida no campo é vendida, em média, por R\$ 20. A mesma quantidade, na hidroponia, alcança R\$ 30. "Mas no campo o cultivo ocupa áreas maiores e rende mais", argumenta Makoto.

Os produtos hidropônicos têm grande saída nas feiras e supermercados, mas exigem grandes investimentos dos agricultores. Só as estufas, por exemplo, custam em média R\$ 30 por metro quadrado. Em média, na propriedade do engenheiro são cultivadas 1.100 dúzias de rúcula por mês. Neste caso, do início do processo até à colheita, leva 30 dias.

**Novidades** — No competitivo mercado da horticultura, ganha espaço quem também consegue diferenciar seu produto e oferecer novas opções para os consumidores. Um exemplo são as hortaliças exóticas, como o radichio, uma espécie de chicória mais repolhada, de folhas roxas e sabor meio amargo. A novidade agora é a rúcula italiana que, com folhagem mais fina e sabor picante, está sendo muito utilizada na preparação de pizzas e pratos sofisticados.

Em Mogi das Cruzes, o produtor Luís Yano abandonou a cultura tradicional para investir nesse novo nicho de mercado. Na propriedade de 9,6 hectares, no bairro do Cocuera, ele produz 800 quilos de hortaliças exóticas por dia e garante ter uma rentabilidade 30% maior do que com a cultura comum. Entre os itens cultivados destacam-se o radichio, a rúcula italiana, o mini-repolho e o rabanete *five color*, nas cores vermelho, roxo, rosa, branco e roxo escuro.

"Estamos produzindo três mil mudas de radichio por semana e não estamos dando conta dos pedidos. O consumidor hoje está mais elitizado e quer produtos diferentes", afirma Yano, que fez muitos testes para adaptar os produtos ao clima brasileiro, já que as sementes são importadas. "O radichio levou dois anos para sair bem", conta o produtor, há 10 anos inovando a agricultura com hortaliças especiais. As culturas produzidas na propriedade são comercializadas principalmente em feiras de elite, aeroportos e restaurantes de luxo no Nordeste. ■



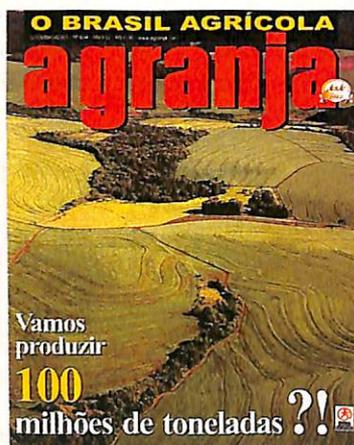
Produtos processados, que reduzem as perdas e aumentam a vida útil das hortaliças, têm grande aceitação nos supermercados

# A tradição de estar sempre INOVANDO

Desde 1945, quando foi lançada a primeira edição da revista **A Granja**, a publicação é marcada pela constante inovação, acompanhando as tendências do mercado e, principalmente, mudando para atender às expectativas dos leitores distribuídos pelas principais regiões agrícolas do Brasil. A tradição de estar sempre à frente do seu tempo e o interesse em satisfazer o público foram os fatores determinantes da revitalização da revista, a partir da edição de outubro de 2001.

**A Granja** passou por uma verdadeira “plástica”, para aprimorar o seu visual e tornar-se mais atraente àqueles fiéis leitores que a acompanham há mais de três gerações. A modernização da revista exigiu a sua reorganização, com novo layout e o uso de papel couchê. O conteúdo, todavia, mantém sua linha de comprometimento com a informação confiável e de interesse, colocando o leitor de **A Granja** mensalmente cara a cara com as novidades, com os fatos e as tendências do agronegócio brasileiro. Foi assim no passado, quando de forma pioneira levantou temas como plantio direto, inseminação artificial e cruzamento industrial. E assim continuará sua trajetória de revista em constante evolução.

Segundo Hugo Hoffmann, diretor-presidente da Editora Centaurus, a revista segue rigorosamente



te o mesmo conceito, aplicando a filosofia de sempre trazer a cada exemplar, edição por edição, a informação correta, atualizada e oportuna. “Aliás, mais do que informação certa, procuramos levar sempre o conhecimento técnico do que existe de mais avançado, realista e prático para ser aplicado na terra”, salienta o diretor.

Graças a essa tradição de manter o leitor sempre bem informado, recebendo a notícia em primeira mão, **A Granja** se mantém no mercado há 57 anos, ininterruptamente, conquistando carisma e oferecendo credibilidade a seus milhares de leitores, de norte a sul do País. “Por tudo isso, **A Granja** posiciona-se como a revista do Brasil Agrícola e, a **AG Leilões**, como a revista da genética pecuária”, destaca Hugo Hoffmann.

**A Granja** é uma publicação diferenciada, a única no mercado que vale por duas. Quem compra **A Granja** recebe também **AG Leilões**, uma publicação voltada exclusivamente para pecuaristas de ponta, trazendo textos objetivos e modernos, aliados a um design leve.

A tão almejada meta do agronegócio brasileiro, de se trabalhar com produtos com valor agregado, já chegou em **A Granja**. “Queremos contribuir para o excelente trabalho de homens e mulheres que operam em um ramo importante da economia do País”, afirma o diretor-presidente. ■

ASSIM COMO O PLANTIO O RESULTADO TAMBÉM É DIRETO



- ▶ A MELHOR RELAÇÃO CUSTO-BENEFÍCIO DO MERCADO
- ▶ PRECISÃO NA DISTRIBUIÇÃO DE ADUBO E SEMENTES
- ▶ MÁQUINAS COM MAIOR AUTONOMIA DE PLANTIO NA SUA CATEGORIA
- ▶ COMBINAÇÃO PERFEITA ENTRE ROBUSTEZ E CAPACIDADE DE CORTE

**VISITE NOSSO STAND NO SHOW RURAL!**

DE 04 A 08 DE FEVEREIRO DE 2002 - CASCAVEL - PR

**metasa**<sup>®</sup>  
DIVISÃO AGRÍCOLA

RUA ARNO PINI, 1380 - DISTRITO INDUSTRIAL - Fone/Fax: 54 316 6200 - CEP.: 99050-130 - PASSO FUNDO - RS  
<http://www.metasa.com.br> - e-mail: [impl@metasa.com.br](mailto:impl@metasa.com.br)

# Opção que rende **BONS FRUTOS**

*Durante o 3º Mercofrut, fruticultores de todo o Brasil aproveitaram para trocar experiências e conhecer os segredos de quem é sucesso*

Texto e fotos: Ana Esteves



**B**ons frutos, bons negócios. Esse foi o tema da terceira edição do Mercofrut, que movimentou a cidade de Pelotas/RS entre os dias 5 e 7 de dezembro. Participaram do evento, organizado pela Embrapa Clima Temperado, representantes de diversos países, como Chile, Espanha e Estados Unidos, que desembarcaram por estes pagos para trocar experiências e mostrar como se desenvolve o setor de fruticultura pelo mundo afora.

Durante os debates, visitas a campo e palestras, também foi possível conhecer, em detalhes, o que tem sido feito para incentivar o desenvolvimento da fruticultura de clima temperado e aprender as melhores formas de nos aperfeiçoarmos. “Um dos principais passos é promover a organização do setor frutícola nacional a partir da qualificação da mão-de-obra, para a classificação das frutas quanto ao tamanho, local de ori-

gem, espécie, e da implantação de um sistema de padronização comercial”, salientou o engenheiro agrônomo e professor da Universidade Politécnica de Madrid (UPM), José Luis López García. O palestrante, que apresentou o painel “Marketing de Frutas – pesquisa de mercado, imagem, rotulagem, marca”, participou na década de 70 da formação das Centrais de Abastecimento (Ceasas) e por essa razão conhece a fundo o funcionamento do comércio de frutas brasileiro. “Ao contrário do que ocorre em outros países, no Brasil inexistente uma política centralizada para a fruticultura, o que impede o estabelecimento de padrões de qualidade. No caso da laranja, o Brasil só produz para mesa, enquanto há muito mercado para o *in natura*”, exemplifica.

Sobre as vantagens territoriais do Brasil, García foi contundente ao afirmar que, apesar de a Espanha concen-

trar a produção na faixa mediterrânea, numa área pedregosa e muito pequena, ainda assim lidera a exportação de frutas no mercado europeu. “Estamos aproveitando todos os quilômetros quadrados e vocês ainda têm muito o que aproveitar”, acrescentou.

**Chile** — Outro bom exemplo de como se destacar no setor de fruticultura veio daqui mesmo da América do Sul. Chile – o maior exportador de frutas do mundo, com uma produção anual de 3,5 milhões de toneladas, comercializadas para 62 mercados distintos – também mandou o seu representante. O professor da Universidade do Chile, Marco Schwartz, participou do painel Logística para o Mercado Interno e Externo – transporte, colheita, armazenamento, trâmites e embalagens, e aproveitou para contar alguns dos segredos que, nos últimos 25 anos, têm colaborado para diferenciar as frutas chilenas. ▶

*Aos amigos  
e clientes*

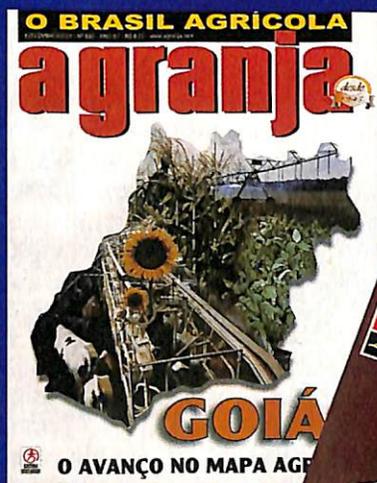
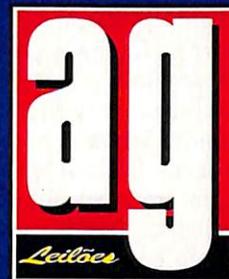
*Dê de presente  
uma assinatura  
d'A GRANJA e AG Leilões:  
V. vai ser lembrado todo 2002*

**O BRASIL AGRÍCOLA**

www.agranja.com

**agranja** +

desde  
1945



Um presente útil e criativo.  
Aproveite nossa promoção:  
ligue agora mesmo  
e fale com nossas  
meninas do  
telemarketing.



**Assine**

**A GRANJA**

e receba **GRÁTIS**

**Ligue já**  
**(51) 3233-1822**



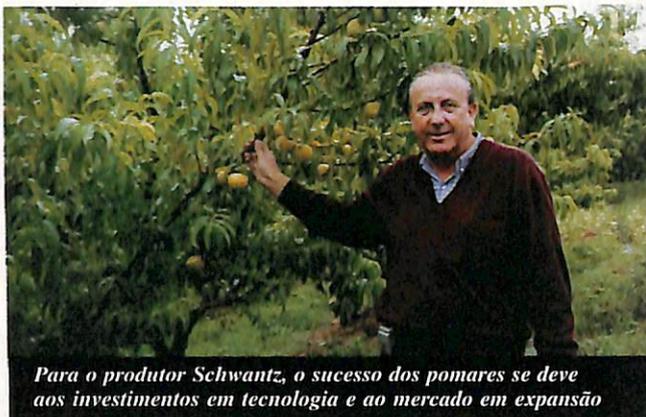
A mais completa  
revista sobre leilões  
e exposições de gado  
de elite.

O mais importante  
anúário da  
agropecuária  
brasileira.

“Em primeiro lugar, o Chile pode ser considerado como uma “ilha” fitossanitária, protegida contra o ingresso de pragas exóticas, pelo fato de estar cercado por uma cordilheira alta e um deserto no extremo sul”, aponta. Além disso, o país foi pioneiro no lançamento da Oficina Comercial de Promoção de Exportações, a Pro-Chile. “Foi a primeira na América Latina e colaborou muito na promoção das exportações, que vêm crescendo paulatinamente”. Schwartz declarou ainda que, para colaborar no processo de alavancagem, foi estabelecido um processo de modernização da política econômica e comercial do país, com entrada de empresas de todo o mundo para lá investir. Para os brasileiros, ele deixou o seguinte conselho: “É preciso investir em logística, agilizar trâmites burocráticos de movimentação de cargas e investir cada vez mais em treinamento”.

**Negócio promissor** — Apesar de tantos obstáculos a serem superados, o Brasil – com seus mais de dois milhões de hectares cultivados com frutas – já é o

terceiro maior produtor do mundo. “A fruticultura vem crescendo no Brasil, especialmente nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Bahia, além do pólo de fruticultura do Mato Grosso. Há bom mercado para todo o tipo de fruta”, declarou o diretor-executivo da Embrapa Clima Temperado, Bonifácio Hideyuki Nakasu. De acordo com ele, as dificuldades apontadas pelos especialistas estrangeiros podem ser responsáveis pela exportação deficitária do País. “Dos 35 milhões de toneladas produzidas, só exportamos 1%, faturando US\$ 150 milhões”. Porém, o crescimento do



*Para o produtor Schwartz, o sucesso dos pomares se deve aos investimentos em tecnologia e ao mercado em expansão*



*Garcia: o setor precisa se organizar e se qualificar*



*Schwartz destacou a experiência do Chile*

setor se reflete no PIB agrícola brasileiro, representando US\$ 11 milhões. “E com chances de duplicar”, afirma o diretor da Embrapa. As principais frutas propostas para aumentar as exportações brasileiras são o abacaxi, a banana, o mamão, a manga e o melão. Nakasu afirmou ainda que se vislumbra um grande mercado para citros e uva sem semente. “É importante não pensar só em monocultura, mas implantar outras alternativas, como os citros de mesa laranja e bergamota, com uma boa demanda externa, e a uva sem semente para produzir vinhos de maior qualidade. Esperamos exportar US\$ 1 bilhão em frutas nos próximos quatro anos”, prospecta.

No que se refere às pesquisas no setor, Nakasu é taxativo: “Temos que investir forte na área da biotecnologia de frutíferos, com equipes em nível nacional de seqüenciamento de genes de espécies, como a banana e a uva”, completa.

Outra boa opção, principalmente para as culturas de clima temperado, é a produção de pêssego. Quem garante é o produtor Rogério Bertoldi Schwartz, que com 150 hectares plantados no pequeno município de Cerrito Alegre/RS, tem obtido bons resultados.

## **Borbulheiro funciona como berçário verde**

**P**ara formar um pomar saudável e ter a segurança de não comprar “gato por lebre”, o agricultor brasileiro passará a contar, a partir do próximo ano com mudas de pêssego, nectarina e ameixa 100% certificadas. A Embrapa Clima Temperado lançou, durante o 3º Mercofrut, o primeiro borbulheiro de frutas de caroço do Brasil. Nele estão sendo desenvolvidas borbulhas – gema localizada na base da folha que, quando retirada e colocada em um porta de enxerto, gera uma muda nova –, que darão origem a plantas livres de doenças. “Além disso, o produtor vai ter certeza de que o cultivar que está comprando é realmente o que procurava, não comprará pêssego pensando ser ameixa”, explica o pesquisador responsável pelo projeto, Luís Antônio Suinta de Castro (na foto).

Segundo ele, as pesquisas iniciais envolvem o mapeamento genético de 30 cultivares, que ganharão uma “carteira de identidade” e serão multiplicadas no bor-

bulheiro. “O próximo passo é fornecer a borbulha para viveiristas credenciados, que irão multiplicá-las e produzir novas borbulhas, que darão origem às mudas para os fruticultores”, explica Castro. No borbulheiro, uma espécie de berçário verde, já se encontram as primeiras mudas que recebem um tratamento VIP. “Temos uma tela bem fina, para evitar a entrada de insetos que transmitem vírus; a temperatura, a luminosidade e a adubação são controladas, proporcionando as condições ideais para a planta desenvolver ramos e não se contaminar”. A inauguração oficial do telado contou com a presença do ministro da agricultura Marcus Vinicius Pratini de Moraes.



“É uma tradição de família, que começou com o meu pai, há cerca de 40 anos. Hoje temos uma produtividade média de 20 toneladas por hectare de planta adulta e vendemos 95% da nossa produção para a indústria de compotas”, revela. De acordo com ele, o sucesso dos pomares se deve, em grande parte, aos investimentos em tecnologia e ao mercado que ele classifica como em expansão. Schwantz conta que cultiva 10 variedades

des da fruta e que comercializa a caixa de 18 kg por um preço que varia de R\$ 10 a R\$ 12 para a indústria.

O produtor é fornecedor exclusivo da GB Conservas, localizada no município de Morro Redondo/RS. A indústria, que “exporta” compotas de pêssego para o Mato Grosso, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, passou por uma grande reformulação, justamente com investimentos em

mecanização. “Compramos equipamentos para retirada dos caroços das frutas e reformamos a área industrial”, declara o gerente da GB, Sidnei Bertoldi. O novo equipamento possibilitou o aumento da capacidade de produção, que fechará este ano com 5 milhões de latas. “O mercado está crescendo, principalmente pelo pêssego ser uma sobremesa com custo acessível”, completa o gerente. ■

# classigranja

PEQUENOS ANÚNCIOS - GRANDES NEGÓCIOS



## PLATAFORMA DE COLHER MILHO

- Plataforma universal, pode ser acoplada em diversos modelos de colhedora, desde que use o kit específico de adaptação.
- Plataforma leve, próxima do embocador e com um melhor ângulo de colheita.
- Acoplamento fácil, rápido e seguro na colhedora.
- Fácil troca de espaçamento entre linhas.



A MELHOR TECNOLOGIA DE COLHER MILHO

**IRMÃOS THÖNNIGS LTDA.**

BR 386 km 174 - Telefax: (054) 330-2300 - CEP 99500-000 - Carazinho - RS  
HOME-PAGE: [www.max.ind.br](http://www.max.ind.br) - E-mail: [agricola@max.ind.br](mailto:agricola@max.ind.br)



# classigranja

PEQUENOS ANÚNCIOS  
GRANDES NEGÓCIOS

AQUI  
SEU ANÚNCIO APARECE



(11) 3331-0488 - SP  
(51) 3233-1822 - RS

## SPAR - SISTEMA DE PULVERIZAÇÃO DE ARRASTO E ALTO RENDIMENTO



Fungicida na soja

■ É o único no mundo no qual a PULVERIZAÇÃO É FEITA DE BAIXO PARA CIMA. Isto ocorre graças ao sistema de deslizamento sobre as plantas que, depois de receber a passagem do SPAR, forma uma espécie de curvatura, devido ao seu peso e a resistência que as plantas oferecem durante sua passagem. Voltando à sua posição normal nas plantas recebem uma aplicação uniforme do produto, tanto por baixo quanto por cima das folhas. Este sistema de pulverização é acionado por dois tratores, podendo ser utilizado um ou dois pulverizadores.

Patente requerida junto INPI

MODELOS DISPONÍVEIS					
SPAR	20x2	25x2	30x2	40x2	50x2
	40 m	50 m	60 m	80 m	100 m

**STAHAR**

STAPELBROEK & CIA. LTDA.  
Ind. Impl. Agrícolas

Rua Emílio Favaretto, 625 - Caixa Postal 22  
Fone: 0(xx)54-332-1825 - Fax: 0(xx)54-332-2080 - CEP 99470-000 - NÃO-ME-TOQUE / RS  
E-mail: [vendas.stahar@dgnet.com.br](mailto:vendas.stahar@dgnet.com.br) - [www.dgnet.com.br/stahar](http://www.dgnet.com.br/stahar)

ASSINE  
**agranja + ag**

E RECEBA  
MENSALMENTE AS  
MELHORES INFORMAÇÕES  
DO CAMPO

(51) 3233-1822

## TECNOLOGIA para encher os olhos

*Prepare-se! Vem aí, no mês de fevereiro, mais uma edição do Show Rural Coopavel, um dos principais eventos agropecuários do País*

**H**á 13 anos, quando iniciou, o Show Rural Coopavel era apenas um Dia de Campo que contava com a participação de aproximadamente 100 associados da Cooperativa Agropecuária Cascavel. Hoje, com uma visitação superior a 110 mil pessoas, o evento é reconhecido no País e no Exterior quando o assunto em pauta é a diversificação agropecuária, lançamentos e tecnologias para o campo.

A idéia do projeto nasceu a partir de visita feita pelo presidente da Coopavel, Dilvo Grolli, ao Farm Progress Show, nos Estados Unidos. O Show Rural Coopavel 2002, a ser realizado de 4 a 8 de fevereiro de 2002, no Centro Tecnológico Coopavel (CTC), cujo objetivo é desenvolver e modernizar a agropecuária brasileira, irá apresentar novas tecnologias de produção a ser aplicadas nas propriedades. O maior evento brasileiro em diversidade de apresentações contará com experimentos demonstrativos, apresentações técnicas realizadas no campo, ao lado de experimentos e demonstrações, exposição e lançamento de máquinas e implementos agrícolas, e apresentação de novos produtos e insumos para a agropecuária.

A agricultura dinâmica terá mais de 4.500 experimentos com soja, milho, algodão, girassol e culturas alternativas. Esses ensaios envolverão itens como fertilidade e manejo de solo, assim como tecnologia de defensivos e análise da eficiência de produtos químicos. Tecnologias de setores como a pecuária,

avicultura e suinocultura também estarão representadas no evento. Empresas de pesquisa e extensão rural estarão no CTC divulgando tecnologias, com pesquisadores e técnicos à disposição do público. Estão confirmadas as participações de instituições como Embrapa, Emater/PR, Coodetec, Iapar e IAC.

O Show Rural Coopavel 2002 pretende mostrar ao produtor rural brasileiro que a tecnologia existe e pode ser acessada. A aplicação dessas novidades de ponta poderá ser visualizada durante os experimentos demonstrativos, apresentações técnicas e dinâmica de máquinas distribuídas pelos 72 hectares do Centro Tecnológico Coopavel.

**Diversificação** — Inúmeras alternativas para o produtor rural diversificar suas propriedades e garantir novas fontes de renda para a família serão expostas, entre elas horticultura, fruticultura, apicultura, ervas medicinais e compostagem. Além de informações sobre diversas técnicas de produção, os visitantes também encontrarão atividades culturais de caráter informativo ou econômico, como a maquete — todos os anos a Coopavel e a Emater elaboram uma maquete gigante, com um tema voltado à conscientização sobre o meio ambiente. No mesmo setor estará montada uma indústria caseira de conservas, condimentos e embutidos, com a presença de profissionais para orientar sobre a fabricação e a comercialização dos produtos.

**História** — Desde 1994 o Show Rural Coopavel é realizado na segunda

semana de fevereiro, período em que as plantações de soja, milho, algodão e feijão estão na fase ideal para demonstração. Entre 1989 e 1993, os dias de campo reuniam agricultores associados da cooperativa, quando eram demonstrados experimentos para a safra de verão. A primeira versão nacional do evento, em 1994, abriu as portas para agricultores de todo o Brasil e do Exterior. Naquele ano, participaram mais de 2.500 produtores, oriundos de vários estados e também da Alemanha, da Argentina e do Paraguai. Entre 1995 e 1999, o Show Rural Coopavel recebeu 10 mil agricultores e, em 2000, esse número ultrapassou 80 mil, com comitivas de agricultores vindas da Argentina, do Paraguai, da Bolívia, da Dinamarca, dos Estados Unidos e da França. Nesse período teve início a dinâmica de máquinas, com demonstrações de tratores e colheitadeiras.

No ano passado, o evento bateu todos os recordes. Nada menos que 110 mil pessoas estiveram presentes no CTC, 15% a mais do que o número registrado na edição anterior. Foram apresentados mais de 4 mil experimentos voltados aos setores de agricultura, pecuária de corte e de leite, avicultura, suinocultura e máquinas agrícolas. O evento reuniu 180 empresas e instituições de pesquisa. Na avaliação do presidente da Coopavel, Dilvo Grolli, os últimos resultados do evento comprovam o interesse do produtor em melhorar sua propriedade e produtividade. ■



**O BRASIL AGRÍCOLA**  
www.agranja.com

# agranja

Desde 1945



**SEMPRE À FRENTE DO SEU TEMPO, HÁ 57 ANOS.**

www.agranja.com



# Produção de LEITE A PASTO

Thiago Stella de Freitas, agrônomo da Roullier Brasil Ltda.

Entre as atividades agropecuárias, a produção leiteira pode ser destacada como uma das mais complexas, tanto no que diz respeito ao planejamento e gerenciamento quanto no que tange ao levantamento de dados e determinação da rentabilidade operacional. Esse fato é agravado pela atual conjuntura predominante no País, onde também o setor leiteiro vem sofrendo pressões para produzir leite cada vez mais racional, devido aos baixos preços pagos ao produtor. Tudo isso nos leva a pensar em alternativas viáveis para aumentar a produção de leite com baixo custo. Sem sombra de dúvida, a produção de leite a pasto se destaca nesse contexto, pois muitos produtores vêm obtendo sucesso com essa prática. Além disso, vários são os trabalhos disponíveis no Brasil e no exterior que demonstram a viabilidade técnica e econômica da produção de leite a pasto, inclusive em pastagens irrigadas.

Para que se entenda melhor o significado de produção de leite a pasto, pode-se dizer que, conceitualmente, esse "modelo" é aquele em que os animais permanecem em pastagens, ali ingerindo a maioria dos nutrientes necessários para a produção. No entanto, muitas vezes não é possível fazer com que os animais expressem todo o seu potencial genético com uma alimentação somente à base de pastagem, pois, por melhor que ela seja, em geral as exigências nutricionais não são completamente atendidas. Por isso, a produção de leite a pasto também considera a utilização de forragens conservadas e/ou de suplementos concentrados (energéticos, protéicos e/ou minerais), uma vez que as demandas por nutrientes para gerar crescimento, manutenção, produção e reprodução para bovinos de leite são especialmente elevadas, quando comparadas com as de outras espécies de interesse zootécnico.

Devemos ficar atentos a esses detalhes, devido às sérias conseqüências que a carência de minerais, por exemplo, pode acarretar, como distúrbios que afetam a saúde, reprodução e produção dos animais, trazendo graves prejuízos. Po-

rém, tal situação pode ser evitada mediante suplementação extra, elaborada de acordo com as diferentes categorias e fases de produção em que se encontram os animais. Essa prática pode ser efetuada de forma ágil, fácil e sem prejuízos ao meio ambiente, evitando-se ao máximo os desperdícios, mediante a utilização de blocos minerais de lamber (Figura 1). Além disso, é possível racionalizar a mão-de-obra na propriedade, fator que será cada vez mais determinante para o sucesso da atividade.

Considerando-se a alta exigência dos animais por nutrientes e as diferentes qualidades e ofertas apresentadas pelas diversas espécies de plantas forrageiras, cabe lembrar que teremos diferentes produções/animal/dia, em função da pastagem utilizada. Geralmente, as forrageiras de clima temperado possibilitam uma produção diária média de 15 litros/vaca, graças ao seu elevado valor nutritivo, o que torna possível produzir anualmente cerca de 15 mil litros/ha/ano de leite (com uma lotação média de 3 vacas/ha e pastoreio rotacionado). Já em pastagens com gramíneas tropicais, é possível obter em média de 11 a 12 litros/vaca/dia, pois o valor nutritivo dessas plantas é inferior àqueles comentados anteriormente. Entretanto, em razão da grande

produção de forragem, as pastagens tropicais permitem lotações maiores (mais de 5 vacas/ha) e, assim, produzir mais de 15 mil litros/ha/ano de leite.

Vários são os fatores que condicionam a produção de leite a pasto. Dentre eles, podem ser destacados a aptidão leiteira dos animais, a qualidade e a disponibilidade da pastagem, o rendimento forrageiro da mesma (capacidade de suporte), o sistema de pastejo, a suplementação e a sanidade. Desse modo, manter um equilíbrio é o principal desafio de quem pretende reduzir os custos da produção de leite.

Falar em redução de custos na pecuária é o mesmo que falar em pastagens, pois deve-se ter em vista que o pasto é o alimento de mais baixo custo que se pode produzir e utilizar. Na Tabela 1, podem ser observados os resultados vantajosos que foram obtidos em relação ao custo de produção de alimentos e de receita líquida da produção de leite a pasto, em comparação com o sistema de confinamento. Embora o referido trabalho tenha sido desenvolvido nos Estados Unidos, e desde que se faça as devidas ressalvas, o mesmo serve como parâmetro de comparação entre os dois sistemas de produção.

Porém, é importante lembrar que as



Divulgação

– Tabela 1 –

Receita do leite, custo do alimento, e receita do leite menos o custo do alimento para vacas em sistema de confinamento e dois sistemas de pastagens

Sistema	Receita leite	Custo alimen.	Custo pastagem	Diferença
Confinamento	9,52	4,20	—	5,32
Centeio-azevém-trevo/milheto	7,85	1,94	0,35	5,56
Centeio-azevém/ tifton 85	7,99	1,83	0,30	5,84

Fonte: Jornal Agrosserrano de 22/08/2001 em matéria com Dr. Renato Fontanelli – Embrapa.

# 0: uma alternativa viável

– Tabela 2 –

Produtividade e qualidade da pastagem de milheto adubado com diferentes níveis de nitrogênio (N) em cobertura

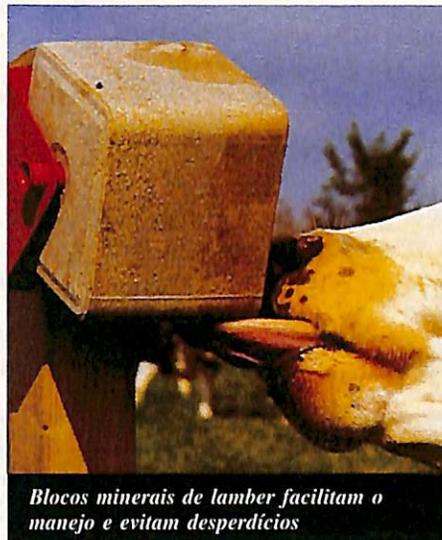
	Níveis de N (kg/ha)		
	0	150	300
Produção de matéria seca (kg/ha)	6272	12175	15578
Teor de proteína bruta (%)	6,9	12,2	14,3

*Adaptado de Moojen et al. (1993)*

tentativas de trabalhar nesse tipo de sistema, com baixa utilização de insumos e mediante o uso de forrageiras com baixas exigências em fertilidade, sempre resultam em níveis de produtividade também baixos. A forma mais econômica de produzir leite é maximizando o componente forrageiro e a capacidade dos ruminantes em produzir a partir de alimentos fibrosos.

Dentro deste contexto, o uso de insumos como fertilizantes e suplementos minerais deve ser incentivado. Isso, porque o sistema de produção deve ser otimizado, a fim de justificar o investimento e dar o retorno esperado. Sabe-se que a disponibilidade de nutrientes é universalmente o fator mais limitante para a produção de pastagens, tanto em ecossistemas naturais quanto em cultivados. Há muitos trabalhos disponíveis na literatura que mostram os benefícios da utilização da adubação e, entre eles, podem ser destacados aumentos consideráveis de oferta de massa forrageira e prolongamento no período de utilização. Na Tabela 2, podemos observar alguns efei-

tos obtidos com a adubação nitrogenada em pastagem de milheto, onde a aplicação de 150 e 300 kg de nitrogênio/ha aumentou a produção de matéria seca em 94 e 148%, respectivamente, além de dobrar o teor de proteína bruta da mesma. Já na Tabela 3, é possível observar que a relação de leguminosas foi favorecida com a adubação de manutenção baseada em fósforo e potássio ao longo de sete anos, de modo a melhorar a qualidade e aumen-



Blocos minerais de lambeer facilitam o manejo e evitam desperdícios

tar a longevidade da pastagem. Segundo trabalho da FNP (1999) – “Estratégias para derrubar o custo do leite” –, o custo de fertilizantes em pastagens apresenta relação custo/benefício duas a três vezes maior do que aquele conferido pela utilização de concentrados.

Assim, é possível concluir que a produção de leite a pasto é perfeitamente viável e rentável,

desde que conduzida e planejada de forma profissional e com acompanhamento técnico. Esse tipo de sistema, aliado a uma remuneração do produtor que privilegie o fator qualidade e higiene, certamente pode contribuir para a redinamização da pecuária leiteira no País. ■

– Tabela 3 –

Efeito de níveis de adubação de manutenção em pastagem consorciada (*P. maximum*, *S. guianensis*, *M. atropurpureum* cv siratro e *N. wightii*) após sete anos de utilização Níveis de manutenção de P<sub>2</sub>O<sub>5</sub> e K<sub>2</sub>O (kg/ha/ano)

	0		20		40	
	Ano 1	Ano 7	Ano 1	Ano 7	Ano 1	Ano 7
Cobertura com gramíneas (%)	53	15	58	58	59	74
Cobertura com leguminosas (%)	11	2	15	10	15	25

*Adaptado de Vilele (1982)*

[www.agranja.com](http://www.agranja.com)

O seu endereço rural na internet

- Matérias jornalísticas
- Seções
- Sites rurais
- A GRANJA DO ANO
- Bolsas de valores
- Artigos técnicos
- Plantio direto
- Agendas de eventos e leilões

Números anteriores das revistas A GRANJA e AG Leilões

## Incerteza por **NOVAS MEDIDAS**

Os mercados de grãos estão trabalhando sob os reflexos das novas medidas econômicas adotadas pelo ministro Domingo Cavallo. As medidas estabeleceram sérias restrições, como a retirada em efetivo do dinheiro dos bancos e o envio de divisas para o exterior, gerando sérias complicações para a população em geral e para a atividade econômica em particular. Apesar disso, ficou assegurado que será mantido o fator de ligação aplicado nas exportações e de reintegração para a atividade graneleira. Os rumores de que o Governo voltaria a apelar para intempestivas mudanças de rumo têm afetado a operação com grãos, originando uma queda generalizada das cotizações e uma significativa

redução nos volumes negociados. A partir da negativa do Fundo Monetário Internacional (FMI) em desembolsar o dinheiro prometido à Argentina, para o mês de dezembro os temores vinculados a uma possível desvalorização do peso aumentam. Acrescente-se a isso a decisão de suspender os planos de competitividade que haviam favorecido diferentes setores agropecuários. Considerando esse contexto, os exportadores se retiraram do mercado. Para os negociadores, é fundamental operar com maior segurança possível sobre o valor futuro do dólar. O País todo espera que a delicada situação econômica se estabilize após terem sido sanadas as dívidas com os credores externos.

## Trigo

A safra 2001/2002 poderia ficar em torno de 17 milhões de toneladas, como consequência das inundações que castigam boa parte da região produtora. Não se descarta inclusive que o volume final obtido possa ser ainda menor que essa cifra, caso se intensifiquem os problemas de enfermidades fúngicas geradas pelo excesso de umidade.

## Soja

Os Estados Unidos projetam um crescimento de 2 milhões de toneladas na produção mundial em relação à safra anterior, incremento que não seria coberto pela demanda global. Mesmo assim, a União Européia registra significativos aumentos de demanda de farinha e azeite de soja, o que deve possibilitar, a curto prazo, a alta de valores cotizáveis. Estima-se que o valor da oleaginosa no mercado argentino será fortemente influenciado pela demanda chinesa, que deverá adquirir boa parte da saldo de exportação.



A Granjia

## Em bom ritmo **EXPORTADOR**

De acordo com um informe divulgado pela Secretaria da Agricultura, Pecuária, Pesca e Alimentação, a colocação externa do trigo teve um incremento em torno de 25% em relação ao mesmo período do ano passado. No entanto, as vendas de milho caíram cerca de 5%. O organismo apontou que as vendas do cereal alcançaram 4,71 milhões de toneladas, acima dos 3,8 milhões apontados até os primeiros dias de dezembro de 2000. Os principais destinos para o trigo argentino são Irã, com 1,6 milhão de toneladas; Brasil, com 1,4 milhão; e Iraque, com 600 mil.

## Novilho

Os valores do gado se mantiveram sumamente deprimidos, à espera da reabertura do mercado europeu. A missão técnica do Velho Continente não encontrou irregularidades na situação sanitária do País, mas colocou observações sobre os níveis de movimentações de animais na Argentina. Foi recomendado aos pecuaristas que providenciem rigorosamente no preparo (em tempo e forma) da documentação vinculada ao transporte de gado.

## **INDONÉSIA** levanta restrições

Após uma série de negociações realizadas pelo Comitê Sanitário da Organização Mundial de Comércio (OMC), a Indonésia comunicou à Argentina que a decisão de tornar sem efeito a proibição sobre as exportações de grãos argentinos. Também não foi esclarecido se, a longo prazo, será adotado um critério similar para os demais produtos agropecuários de origem nacional. A Argentina ainda dispõe de um importante saldo exportador de milho da safra 2000/2001.

## **BIOINSETICIDA**

O Instituto de Microbiologia e Zoologia Agrícola registrou um novo inseticida com base biológica para o controle da *Cydia pomonella* em maçãs, ideal para satisfazer a demanda do mercado internacional, cada vez mais exigente em matéria de resíduos de pesticidas. O produto, batizado como Carpovirus, foi desenvolvido com base no vírus da granulose. Os resultados obtidos na Argentina demonstram alta eficiência, vinculada ao controle da praga mediante métodos ecologicamente seguros, protegendo a saúde humana e o meio ambiente. O agente microbial utilizado na elaboração do Carpovirus tem sido utilizado exaustivamente em países como França, Suíça, Canadá e Alemanha.

## Leite

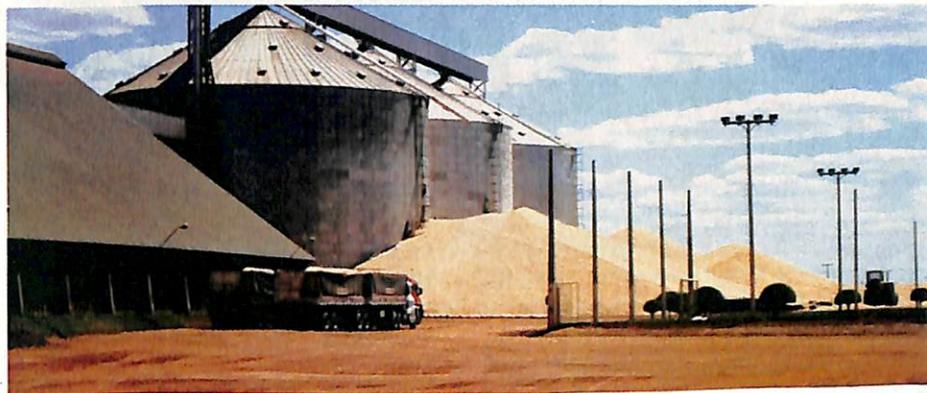
Para 2002, estima-se que a produção argentina voltará a reduzir-se, em função das más condições climáticas que tem afetado diversos vales leiteiros do País, especialmente a região oeste de Buenos Aires - a terceira mais importante. Assim, não parece provável pensar em uma melhora de preços ao produtor, uma vez que a indústria está com seu nível de vendas reduzido, em função da crise econômica que abala a Argentina.

## Armazenagem é lucro certo na fazenda

**A** modernização do agronegócio, a partir de investimentos permanentes em infra-estrutura, dentro e fora da fazenda, começa a ganhar impulso no Brasil. Os equipamentos de armazenagem, responsáveis por grande parte da qualidade dos grãos obtida no pós-colheita, são os maiores aliados dos produtores rurais para a obtenção de um produto de qualidade, compatível com as exigências do mercado. Além da garantia de qualidade possível com a tecnologia de silos e secadores na fazenda, o produtor rural conta ainda com a vantagem de comercializar a sua safra na época adequada e com preços mais favoráveis.

A tecnologia da armazenagem na propriedade rural possibilita que os grãos permaneçam sob os cuidados do próprio produtor, evitando o transporte mais caro e difícil em épocas chuvosas no período da colheita. Além disso, o produtor foge da concentração de filas para a entrega dos produtos nas unidades armazenadoras. Embora ainda não acessível a todos, a importância dos equipamentos de armazenagem em nível de fazenda começa a ser conhecida entre os produtores, do pequeno ao grande. Isso porque, ao contrário do que muitos pensam, a tecnologia oferecida pela indústria é adaptada para todos os níveis de produção, com uma diversificada linha de produtos que atendem às necessidades específicas de cada produtor rural.

A tendência de investimento na armazenagem em nível de fazenda iniciou



Divulgação

há cerca de cinco anos, principalmente pela reação positiva dos preços dos grãos nas últimas safras. O aumento da cotação motivou os agricultores a segurarem seus produtos no período pós-colheita. A possibilidade de escolha da melhor época para a comercialização da safra é apenas uma das vantagens da presença de equipamentos de armazenagem na propriedade rural. Além do aproveitamento total do produto, silos e secadores dentro da fazenda flexibilizam o escoamento da produção na época de pico da colheita, promovem o alongamento do período de colheita e entrega, eliminam o pagamento de taxas de secagem e armazenagem, reduzem as perdas com descontos em classificação, proporcionam redução nos gastos com frete e oferecem garantia de qualidade total do produto colhido.

Todos esses benefícios vão dar ao produtor a garantia de competitividade no exigente mercado agrícola que bus-

ca, cada vez mais, produtos selecionados e de alto padrão. A armazenagem em nível de fazenda irá contribuir também para a formação de preços diferenciados para o produto.

O crédito de R\$ 100 milhões para a compra de equipamentos em nível de fazenda era o impulso que faltava para o produtor brasileiro investir na infraestrutura da armazenagem. A Kepler Weber foi uma das empresas que pleiteou junto aos órgãos do governo a liberação desses recursos que nunca estiveram contemplados no Plano Safra. A partir do plano agrícola 2001/2002, os agricultores brasileiros podem financiar até R\$ 100 mil por ano, com taxa de juro anual de 8,5%, com até oito anos de prazo de pagamento e três de carência. Os produtores com renda anual de até R\$ 250 mil podem financiar até 100% do valor dos equipamentos. Para os que recebem acima dessa valor, serão financiados até 90% do valor dos equipamentos. ■

**ARMAZENAGEM A NÍVEL DE FAZENDA**

# COM A KEPLER WEBER É SÓ VANTAGENS!

**FINANCIAMENTO\***  
Taxas Fixas de  
**8,75% ao ano.**

**KEPLERWEBER®**
**INFORMAÇÕES**

DDG 0800-512104

[www.kepler.com.br](http://www.kepler.com.br)
[marketing@kepler.com.br](mailto:marketing@kepler.com.br)
**QUALIDADE  
DAS INSTALAÇÕES**
**ASSISTÊNCIA TÉCNICA**
**CURSOS DE OPERAÇÃO  
E MANUTENÇÃO**
**FACILIDADE DE OPERAÇÃO**

\*Resolução BACEN nº 2867, de 03 de julho de 2001.  
Prazos: até 8 anos. Valores: até R\$ 100.000,00.  
Linha de crédito através dos Agentes Credenciados BNDES.



José Maurício de Toledo Murgel

Diretor do Instituto Rural de Meio Ambiente (IRMA) – [jmmurgel@irma.eng.br](mailto:jmmurgel@irma.eng.br)

## A ECODITADURA

No início, eram os ecochatos; de pois, vieram os ecohistóricos; para finalmente chegarem os ecoditadores. Não só o setor agrícola, mas toda a nação brasileira está sob o fogo cerrado numa verdadeira eco-guerra.

A grande maioria das ONGs que atuam no Brasil recebe recursos vindos do exterior; outras nem escondem suas origens; usam e abusam dos nomes de origem. As grandes multinacionais subsidiam qualquer movimento, sob a forma de uma ONG que queira defender seus interesses, mesmo à custa dos legítimos interesses e direitos da nação brasileira e de seu povo. Como entender que não exista uma Lei que proíba que conhecimentos da população brasileira, principalmente dos índios, sejam registrados como patente de multinacionais do setor farmacêutico? Como permitir que essas multinacionais “ajudem” nossos centros de pesquisa e dêem “bolsas de estudo” aos nossos pesquisadores para que obtenham das nações indígenas, a troco de quinquilharias, seus conhecimentos milenares da fitoterapia? Em programa recente, a televisão nos mostrou como atuam essas multinacionais; os pajés, enganados na sua boa-fé, mostram aos pesquisadores brasileiros (bolsistas, é claro...) as “plantas que curam”. Esse material é colhido, remetido para o exterior para identificação botânica e identificação dos princípios ativos que são patenteados... Poucos sabem, mas os herbários internacionais podem classificar nossas plantas melhor do que qualquer instituição brasileira.

No setor de transportes, as multinacionais patrocinam movimentos que impedem a construção de estradas de ferro, hidrovias e estradas asfaltadas, com a finalidade precípua de encarecer nossos produtos na demanda aos mercados externos e pelo aumento de gastos com petróleo, pneus e veículos. Explica-se, assim, o embargo da ferrovia Centro-Oeste ao Pacífico, da Hidrovia Araguaia-Tocantins e o asfaltamento de diversas estradas na região amazônica. A Hidrovia Araguaia-Tocantins sequer necessitaria de grandes obras; já está pronta e com barcaças no local; algumas ONGs embargaram a obra, alegando a proteção de cerca de 400 índios que residem no local. No Paraná, os agricultores não podem atravessar o Parque Nacional do Iguaçu e são obrigados a percorrer milhares de quilômetros nas suas lides. Uma termelétrica, movida a gás, já pronta, foi impedida de funcionar, pois o duto que levaria o gás passava “muito perto” de uma caverna com morcegos. De acordo com o depoimento do jornalista Lorenzo Carrasco, prestado ao Senado Federal em uma CPI, “há três semanas, o Presidente de Furnas, Dr. Luiz Carlos Santos, em um congresso da Associação Brasileira das Indústrias de Base, em São Paulo, mencionou que existem 276 projetos elétricos no País – linhas de transmissão e diferentes subestações – que estão paradas neste momento por questões ambientais ou indigenistas.” (SIC).

Os próprios ambientalistas reconhecem ser a legislação ambiental brasileira uma das “mais adiantadas do mundo”

(leia-se ‘restritiva’...). Nossas leis, para entrarem em vigor, têm uma sistemática de defesa dos interesses das minorias; devem ser discutidas no Congresso. Se aprovadas, submetidas à Presidência da República para posterior promulgação. As posturas ambientais, não. Se aprovadas pelo CONAMA, têm força de Lei, não podendo ser apreciadas pelo Congresso ou, mesmo, ser vetadas pela Presidência da República. Pergunta-se, quem é esse CONAMA, que tem tanta força? Foi eleito pelo povo? É composto por membros das casas do Congresso? Não, o CONAMA é um colegiado composto por membros da sociedade civil, cujas deliberações têm força de Lei por ser não um órgão consultivo, como deveria ser, mas um órgão deliberativo! Ocorre que as reuniões do CONAMA são feitas em Brasília e as ONGs pagam transporte, hospedagem e diárias aos membros que lhes interessam.

No interesse não só dos agricultores, mas do Brasil, como nação, é importante restringir os poderes do CONAMA. Ele deve ser um órgão consultivo do Ministério do Meio Ambiente, mas nunca deliberativo, com mais poderes que o próprio Ministro, o Congresso Nacional ou a Presidência da República. Precisamos botar ordem na casa para não sermos governados por interesses espúrios de grupos internacionais. ■

*Precisamos botar ordem na casa, para não sermos governados por interesses espúrios de grupos internacionais*

# Sistema completa 25 ANOS nos Campos Gerais do Paraná

Emerson Cervi

A Fazenda Agripastos, do conhecido Nonô Pereira, foi palco da comemoração dos 25 anos da aplicação do sistema plantio direto na palha na região dos Campos Gerais do Paraná. O evento reuniu técnicos, pesquisadores e agricultores. Apesar de não ter sido o pioneiro em plantio direto no Brasil, o produtor Nonô - hoje presidente da Confederação das Associações Americanas para uma Agropecuária Sustentável (Caapas) -, tem sido o principal "garoto-propaganda" do cultivo na palha no País. Foi da região dos Campos Gerais, mais precisamente da Fazenda Agripastos, que saíram as principais inovações da técnica de cultivo sem uso de arado e grades durante os anos 70 e início dos anos 80 - antes dos institutos de pesquisa agropecuária assumirem a frente de desenvolvimento de novas tecnologias em plantio direto.

Após duas décadas e meia, período em que o plantio direto no Brasil saltou de pouco mais de 200 hectares nos Campos Gerais, em 1976, para mais de 15 milhões de hectares em 2001, em todo o Brasil, Nonô Pereira diz estar satisfeito. "Pessoalmente, acho que cumpri um dever de cidadão, mas o mais gratificante é ter colaborado um pouco para ajudar vizinhos e companheiros de profissão a sobreviverem em uma ati-

vidade de tão difícil resultado como é a agricultura", diz. O evento, que ocorreu no final de novembro, também aproveitou o momento festivo para resgatar a memória do PD no Brasil, que chegou oficialmente às propriedades rurais do País em outubro de 1972.



Segundo ele, o mais importante foi criar uma mentalidade nova nos agricultores e, a partir daí, uma agricultura nova. Uma agricultura muito promissora, como o próprio Nonô Pereira diz. "As futuras gerações ainda vão aprimorar e melhorar esse trabalho". Apesar do plantio direto ter começado nas propriedades rurais, com os produtores, Nonô faz questão de lembrar a importância de alguns pesquisadores e órgãos de desenvolvimento de tecnologia agrícola. "Houve muito esforço da assistência técnica na antiga Acarpa (hoje Emater do Paraná), dos departamentos técnicos de cooperativas e de associações conservacionistas, assim como do núcleo de engenheiros agrônomos", lembra. "Essa área associada à pesquisa - no caso o Iapar (Instituto Agrônomo do Paraná), que tem liderança latina e mundial nessa técnica -, somado ao capital e ao desejo do agricultor, resultou no que temos hoje."

Apesar da comemoração ser de 25 anos de desenvolvimento do Plantio Direto, Nonô Pereira não acredita que o desenvolvimento tecnológico tenha

*O produtor Nonô Pereira tem sido o principal garoto-propaganda do cultivo na palha no País*



<p><b>Safra Milho</b></p> <p>136 sc/ha - 99/00</p> <p>140 sc/ha - 00/01</p>	<p><b>Safra Soja</b></p> <p>50 sc/ha - 99/00</p> <p>53 sc/ha - 00/01</p>
---	--



"Somos consumidores da Serrana Fertilizantes há vários anos, por se tratar de uma empresa idônea que zela pelo cliente, oferecendo produtos de qualidade e com pontualidade. Nos últimos dois anos passamos a usar a linha Microgran com bons resultados, físicos e econômicos".

Palma Sola S/A - Madeiras e Agricultura - Eng. Agr. Ivo José Baccin - Administrador  
Área plantada: Milho - 1.170 ha / Soja - 1.220 ha

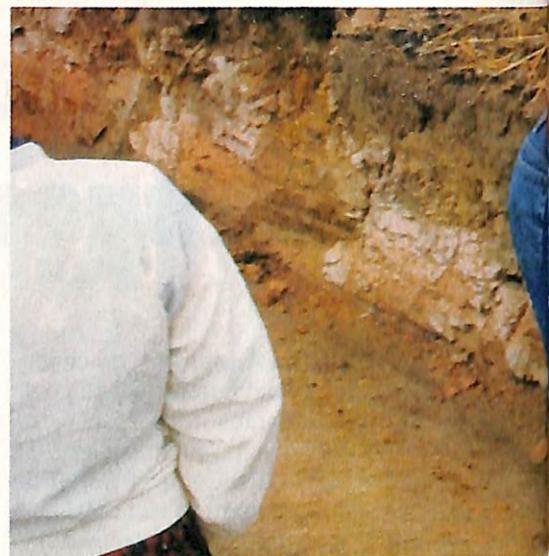
chegado ao seu limite. “Ainda há muito por ser feito. Eu acho que a agricultura orgânica é uma continuidade do plantio direto e podemos aperfeiçoar o sistema nesse sentido”. Nessas duas décadas e meia de existência nos Campos Gerais, o Plantio Direto chamou a atenção até mesmo do Banco Mundial. O órgão de fomento para países em desenvolvimento financiou visitas técnicas de produtores e funcionários públicos de 14 países (principalmente dos continentes africano e asiático) ao Brasil, para conhecer o sistema de cultivo agrícola sem revolvimento do solo – em especial na pequena propriedade.

Na comemoração dos 25 anos, Herbert Bartz lembrou os números divulgados recentemente por técnicos do Banco Mundial, que mostram que, dos benefícios gerados pelo PD, apenas 35% estão ligados diretamente à agricultura. Os outros 65% são destinados à sociedade como um todo. “A sociedade ganha com a manutenção do solo, mas principalmente pela conservação das fontes de água e da qualidade do ar”. Sabe-se que a não-incorporação de palhada ao solo é fator de captura do gás carbônico atmosférico. “O sistema

consumidor tem poucas chances de continuar produzindo”.

Nonô Pereira considera o Plantio Direto de fundamental importância para a viabilidade da empresa rural moderna e o sucesso do produtor. Em sua propriedade há tratores com 25 anos de trabalho! Uma vida útil impossível de ser alcançada no sistema convencional de manejo do solo. Além da economia na manutenção das máquinas, há menor consumo de combustível e de fertilizantes, e menor necessidade de mão-de-obra. Mas a principal vantagem ainda é a conservação do solo e o aumento de produtividade das lavouras.

**Campo nativo** — A agricultura brasileira ainda utiliza pouco mais de 10% das áreas potencialmente agrícolas do País para a produção de grãos. Os motivos para essa subutilização dos recursos naturais são vários e vão desde a concentração do desenvolvimento econômico em algumas regiões (em especial sul e sudeste) até a inexistência de técnicas racionais de exploração agrícola sustentável em condições de clima tropical e subtropical. A cada ano o País deixa de gerar bilhões em divisas, com a produção e exportação de pro-



de plantio direto. A produtividade média das áreas de agricultura está em 62 sacas por hectare, o que significa 3,7 mil quilos do grão por hectare.

**Agricultura e pecuária** — As descrições de agricultura sustentável defendem a preservação dos recursos naturais, economia e integração entre fatores de produção. Várias técnicas que envolvem o plantio direto contemplam esses fatores. Uma delas é o azevém perenizado como cobertura de inverno. Além de reduzir os custos para instalação da forrageira a zero, o azevém perenizado permite a integração entre agricultura e pecuária, aumentando a rentabilidade das áreas agropastoris.

No município de Palmeira, o azevém perenizado suporta uma lotação de até cinco animais por hectare e ainda produz de três a quatro toneladas de cobertura morta para o cultivo da soja. O pioneiro na perenização de azevém dentro do sistema de Plantio Direto é ele, Nonô Pereira. Em 1977, em um dos piquetes da Fazenda Agripasto, ele resolveu fazer plantio direto sobre uma palhada de azevém que havia completado seu ciclo vegetativo. Na hora de colher a soja, percebeu que por baixo havia um “tapete” de azevém já germinado. Não teve dúvidas, colheu a lavoura de verão e deixou o azevém se desenvolver. “Nós não sabíamos que isso aconteceria, porque tratava-se de uma espécie anual. Mas foi só as temperaturas do verão começarem a cair para o banco de sementes que estava no solo para se iniciar um novo ciclo vegetativo”. E já se vão 23 novos ciclos vegetativos de azevém perenizado. Desde 1978, pelo menos um piquete

### *O PD é de fundamental importância para a viabilidade da empresa rural moderna e o sucesso do produtor*

de Plantio Direto é benéfico a todos. Precisamos fazer com que o Governo perceba isso, para incentivar ainda mais o desenvolvimento da tecnologia em todas as regiões do País.”

**Inovador** — Na atividade agropecuária há 42 anos, Nonô Pereira, filho de engenheiro agrônomo, é o que se pode chamar de empreendedor. Até mesmo pesquisadores da área reconhecem a importância da iniciativa de produtores como ele: “Nonô é um produtor inovador, que adota novas técnicas de produção antes dos outros”. No caso do Plantio Direto, Nonô tomou a iniciativa antes mesmo dos próprios pesquisadores acreditarem na tecnologia. A área de cultivo com lavouras de verão em sua fazenda chega aos três mil hectares, tudo em plantio direto há muitos anos. O produtor acredita que assim como em qualquer atividade, a agricultura precisa seguir o mercado. “Quem não se adaptar às regras do mercado

dutores primários. O que falta na maioria das vezes é tecnologia apropriada.

Nos Campos Gerais do Paraná existem 267.415 hectares de campos nativos. Os primeiros a serem cultivados com lavouras anuais foram os da propriedade de Nonô Pereira, em meados da década de 70. Ele começou plantando 25 hectares de soja e hoje passa dos 800 hectares de campo nativo para a produção anual de grãos. Durante muitos anos esteve desacompanhado. Atualmente, contudo, o Departamento de Estatísticas Rurais (Deral), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná (SEAB), calcula que mais de 30% dos campos nativos do estado estejam ocupados com lavouras anuais para produção de grãos.

Como os campos nativos são áreas leves, arenosas e rasas, com afloração de rochas, o agricultor que pretende cultivar lavouras anuais nesses terrenos precisa realizar o manejo pelo sistema



A Granja

### *A Fazenda Agripasto, no PR, é exemplo no desenvolvimento de novas tecnologias em PD*

da fazenda não recebe nenhum trato cultural para a cobertura de inverno. O azevém nasce naturalmente, aproveita a adubação da soja e depois de 60 dias da colheita de verão o gado já pode começar o pastoreio. Nonô Pereira conta que já recebeu visitas de pesquisadores que estudam o azevém e que eles comentaram: “Olha, vocês colocaram muitas sementes aqui. Podem diminuir um pouco no próximo ano, porque a população está alta”. E o produtor completa: “Mas esta germinação é espontânea!”

Depois da colheita da lavoura de verão, que ocorre por volta do mês de abril, o azevém já perenizado começa a se desenvolver com mais força. Ele vai precisar de mais 60 dias para estar em ponto de pastoreio. Os animais podem entrar no piquete no início de junho. Serão mais 120 dias de pastoreio, cortes para fornecimento no cocho ou preparação da silagem pré-secada. No início de setembro, a pastagem precisa deixar de ser utilizada. Com isso, o azevém consegue

concluir seu ciclo vegetativo com crescimento, formação de massa e até semear. Nessas condições, ele produz entre três e quatro toneladas de matéria seca por hectare. Depois de concluído o ciclo vegetativo, há a morte natural da gramínea de inverno e o agricultor já pode fazer o plantio da soja no início de dezembro, recomeçando o ciclo. “Assim, usamos 120 dias para o ciclo da soja, 120 dias para o pastoreio, e mais 120 dias para crescimento, recuperação e formação de massa do azevém. Com isso, fechamos o ano com a participação de todos na mesma proporção (agricultura, pasto e pecuária) e, quando todos têm condições iguais de desfrute, conseguimos bons resultados”, completa Nonô Pereira. Esses piquetes de azevém perenizado já foram utilizados para terminação de animais e o resultado foi um ganho de peso médio de 800 gramas ao dia, junto com complementação de silagem de milho ou de aveia pré-secada.

O produtor não acredita que exista

outra pastagem de inverno com as mesmas vantagens do azevém e que possa ser perenizada. O azevém é rústico, consegue bons índices de produção de matéria seca e de perpetuação em áreas com condições adversas. Para Nonô Pereira, o melhor modelo é a combinação do azevém perenizado com a soja. Se a opção for pelo milho, no verão, é melhor cultivar aveia, trigo ou cevada cervejeira no inverno. Nonô também indica que se faça a perenização do azevém em parte da área de cultivo da propriedade. Assim, existe a possibilidade do cultivo de milho ou outra lavoura de verão e rotação com culturas mais nobres de inverno em parte da propriedade.

Culturas anuais em campos nativos, integração entre agricultura e pecuária, perenização de azevém e aproximação da agricultura orgânica, são apenas alguns exemplos do desenvolvimento agropecuário a partir do sistema de Plantio Direto nos Campos Gerais do Paraná. ■

**Leia na edição de fevereiro da revista**

**O BRASIL AGRÍCOLA**  
www.agranja.com

**agranja**

■ **A COLHEITADEIRA DO FUTURO**

■ **Use calcário: a terra agradece**

## AÇÚCAR E ÁLCOOL

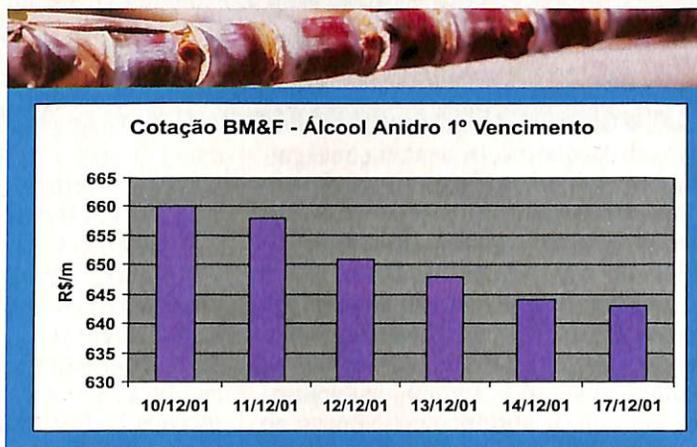
### Perspectivas para o final da safra no Centro-Sul

As perspectivas para o mercado de açúcar são de estabilidade até o fim do ano. O mercado futuro da *commodity*, na BM&F, fechou o mês praticamente estável, num patamar que, segundo analistas, deve se consolidar. Fontes de mercado apontam uma possível entrada da Rússia no mercado como um fator positivo, mas que não deve aquecer a demanda de maneira significativa. Do lado da oferta, destaca-se o final da safra no centro-sul brasileiro e o estoque da Índia, estimados em 11 milhões de toneladas. Na BM&F, o mercado futuro de açúcar cristal fechou cotado em 17/12 a US\$ 10,35 por saca para março/02 e o indicador ESALQ/BM&F fechou cotado no mesmo dia a R\$ 24,48 por saca de 50 kg.

O mercado de álcool está frente ao aumento para 24% na adição de álcool anidro na gasolina, que deve acontecer no dia 10 de janeiro de 2002.

Acredita-se que esse aumento pode elevar a demanda em 30 milhões de litros por mês. Consultorias divergem nas opiniões. De um lado, acredita-se que pode ocorrer uma elevação nos preços do álcool na entressafra; por outro, acredita-se que os estoques são suficientes para manter os preços em estabilidade. Na BM&F, o mercado fechou a semana em queda (ver gráfico), o contrato para março/02 – pico da entressafra – fechou cotado em 17/12 a R\$ 643 por metro cúbico, o indicador do anidro ESALQ/Cepea para a semana de 10 a 14/12 ficou cotado em R\$

0,62949 por litro. O fortalecimento do Real e a baixa do preço do barril de petróleo indicam enfraquecimento dos preços. Fato é que o Governo anunciou que, caso haja perspectiva de elevação nos preços, deverá realizar leilão de seus estoques oficiais, estimados em 300 milhões de litros.



## ALGODÃO

### Panorama da próxima safra

O mercado interno de algodão está sendo sustentado pelos leilões do PEP (Programa de Prêmio de Escoamento de Produto), pois vêm obtendo grande sucesso, conseguindo escoar a mercadoria e melhor remunerar o produtor, garantindo um preço mínimo de R\$ 86,40/lp posto no interior, em uma época de excesso de oferta.

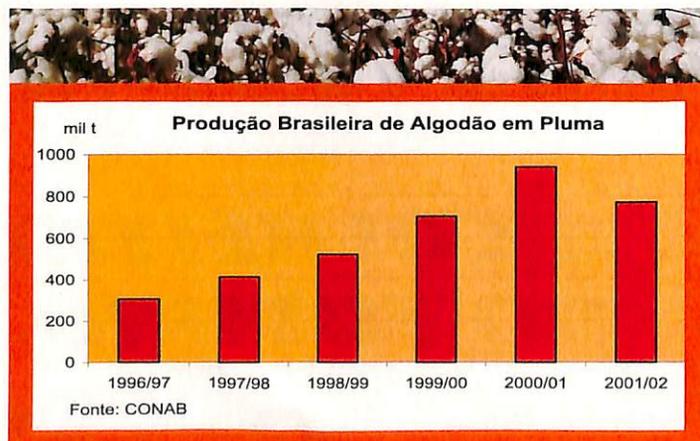
Essa situação dificilmente se repetirá na safra de 2001/02, pois de acordo com a Conab haverá uma diminuição na área plantada, passando de 870,4 mil hectares cultivados na safra passada para 732,1 mil hectares, redução de 15,9%, sendo a maior queda no Mato Grosso, menos 24,0%. Com isso, a produção brasileira de algodão em pluma terá queda de 170,2 mil toneladas, produzindo 770,1 mil toneladas na safra 2001/2002 ante 940,3 mil toneladas na temporada de 2000/2001, menos 18,1%, sendo mais da metade desse total (52,7%) proveniente de lavouras cultivadas no Mato Grosso.

Considerando essa colheita de 770,1 mil toneladas de pluma e um consumo estimado entre 870 mil e 900 mil toneladas, o déficit da oferta deverá ficar em torno de 100 mil toneladas, que será coberto pelo excedente da safra em curso, pelos estoques do Governo e por intermédio de algumas importações, principalmente do Paraguai.

Apesar da perspectiva de queda da produção nacional, os preços internacionais sofrerão pressões, em função principalmente de uma provável safra recorde norte-americana, com aumento de 17%, e aumento da produção chinesa em 16%, os dois maiores

produtores do mundo.

Os fechamentos do mercado em 17/12 foram os seguintes: indicador Esalq/BM&F, R\$ 87,73/lp com pagamento no prazo médio de 9,3 dias; mês de março na bolsa de Nova Iorque, US\$ 37,45/lp; e índice A da Cotlook, US\$ 42,40/lp.



Flávio D. Junqueira Filho, gma@bmf.com.br

Artigo redigido em 17/12/2001

## MILHO

### CONAB divulga levantamento de intenção de plantio

No último dia 12 de dezembro a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) divulgou o segundo levantamento de intenção de plantio, com dados sobre o mercado nacional. O levantamento aponta que na safra 2001/2002 a área total de plantio do milho será de 9,5 milhões de hectares, redução de 9,4% ante 10,5 milhões de hectares da safra 2000/2001. Quanto a volume de produção, na primeira safra o levantamento indicou 30,8 milhões de toneladas, redução na ordem de 12,5% em relação aos 35,2 milhões da safra anterior. Porém, deve-se destacar que, para confirmação das expectativas da Conab, as lavouras a serem colhidas entre fevereiro e maio de 2002 ainda devem passar pelas fases de pendoamento e enchimento de grão, fases de altíssimo risco climático. No tocante à safrinha, a Conab manteve as expectativas do levantamento anterior, onde a produção passará de 6,3 milhões de toneladas para 8 milhões.

Também foi divulgado em 11 de de-

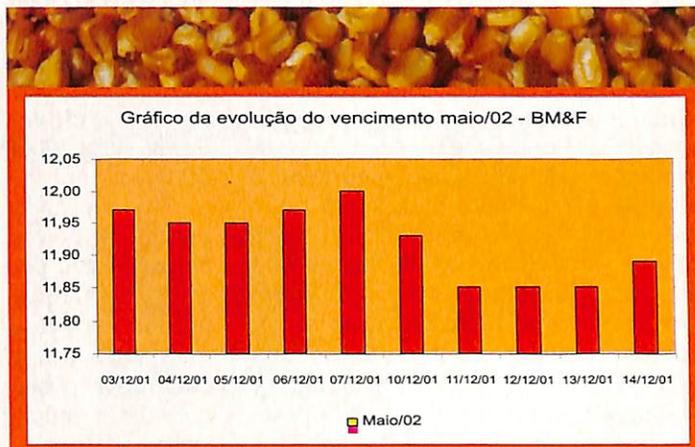
zembro o relatório mensal de oferta e demanda mundial do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), o qual estimou a produção mundial em 586,06 milhões de toneladas, sendo aquele país responsável por 41,4% do total. Foi destacado também pelo relatório um declínio de 2,3 milhões de toneladas nas exportações mundiais, o que foi balanceado, pela expectativa da continuidade da exportação brasileira, por um aumento das exportações da Hungria e pela diminuição das importações mundiais.

Na BM&F, os contratos futuros de milho apresentam-se baixistas para todos os vencimen-

Seneri Kernbeis Paludo, gma@bmf.com.br

Artigo redigido em 17/12/2001

tos. Até meados do mês de dezembro, o vencimento de maior oferta no mercado, maio/02 havia apresentado baixa de 0,67% no mês, sendo cotado a R\$ 11,89/sc (ver gráfico). Os demais vencimentos fecharam cotados a : março/02, R\$ 11,89/sc; julho/02, R\$ 12,60/sc; setembro/02, R\$ 12,61/sc; novembro/02, R\$13,30/sc.



## CAFÉ

### Mercado estável aguarda previsão de safra

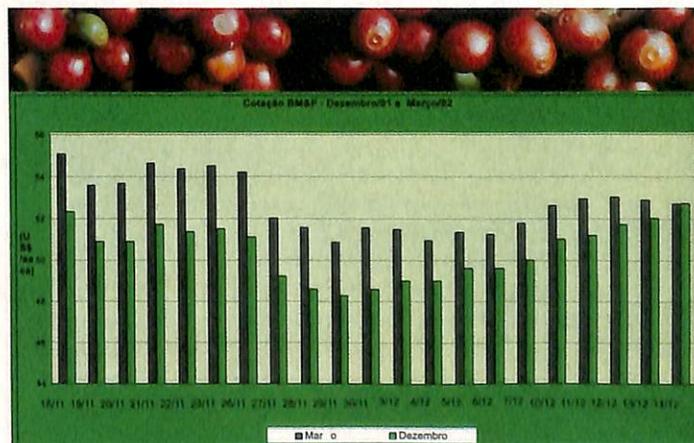
O mercado de café continuou o período com quadro relativamente estável. Os preços seguem em trajetória suave, sem grandes alterações, sendo os fatores técnicos e o câmbio os maiores responsáveis pelas oscilações ocorridas nos últimos dias. Sempre que as cotações iniciaram um ganho mais expressivo, encontrou vendedores dispostos a realizar negócios. Os participantes do mercado aguardam com expectativa a primeira previsão da safra 2002/2003, que deverá ser divulgada pela Companhia Nacional do Abastecimento (CONAB) no final deste mês. Trata-se de números importantes, que ajudam a projetar o balanço entre oferta e demanda mundiais de café para o ano que começa. O Conselho Nacional do Café (CNC) informou que o recebimento acumulado da safra atual, pelas cooperativas brasileiras, é de 6,49 milhões de sacas, 35,6% inferior à do ano passado (10,07 milhões de sacas).

Na BM&F, as cotações encerraram o período de 16/11 a 17/12 em alta, para o primeiro vencimento, e em baixa para o segundo. Dezembro/01 fechou cotado a US\$ 52,70/saca, alta de US\$ 0,40/saca, e o vencimento Março/02 também a US\$ 52,70/saca, baixa de US\$ 2,40/saca. Observa-se que a baixa de Março/02 eliminou o spread existente entre os dois vencimentos. Em Nova Iorque, para o mesmo período, o vencimento Março/02 teve baixa de US\$ 4,30/lb, fechando a US\$ 47,55/lb. Os estoques certificados em Nova Iorque atingiram 2,9 mi-

Eduardo de Siqueira Ribeiro, gma@bmf.com.br

Artigo redigido em 17/12/2001

lhões de sacas e em São Paulo 172 mil sacas. No mercado interno, as cotações foram as seguintes: Bica tipo 6 R\$ 106, Bica rio tipo 7 R\$ 80 e Conillon 7 em R\$ 50. Na exportação, a qualidade Swedish foi negociada em Nova Iorque (base Março/02) a menos US\$ 4 10/lb.



**SOJA**

**Valorização do Real prejudica remuneração dos produtores**

Ricardo Câmara Ferreira, gma@bmf.com.br  
Artigo redigido em 17/12/2001

O mercado financeiro brasileiro apresentou forte desvalorização no valor do dólar comercial desde o dia 07/12, tornando o mercado interno mais lento, justamente com a proximidade das festas do fim de ano.

A entrada da China na OMC reforçará seu papel como grande compradora de farelo e óleo, o que poderá trazer certa agitação ao mercado internacional de soja para o ano de 2002.

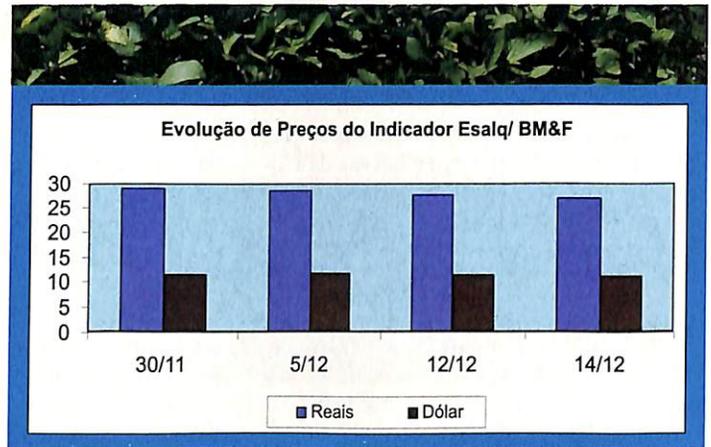
Na Argentina, a crise continua trazendo incertezas sobre os futuros agropecuários. Fontes locais dizem que os produtores de soja estão segurando o produto e esperando para ver o rumo da economia. No dia 11/12/2001, o USDA (Departamento de Agricultura dos EUA) divulgou que a produção americana deve ficar em torno de 80 milhões de toneladas. Em 12/12/2001, a CONAB divulgou mais uma intenção de plantio da nova safra brasileira de soja para o ano 2001/2002, com esti-

mativa de produção de 41,4 milhões de toneladas, representando crescimento de 11,2% sobre a safra 2000/2001 (37,2 milhões de toneladas). Se confirmado, isso significará novo recorde de produção da oleaginosa. O levantamento da CONAB ainda indica aumento de 12,9% na área plantada, representando área semeada total de 15,5 milhões de hectares, ante os 13,6 milhões de hectares cultivados na safra 2000/2001.

No mercado interno, os preços apresentaram pequenas quedas, justamente com a queda do dólar comercial, o que dificulta a exportação e a manuten-

ção das cotações. Nas regiões Sul e Sudeste, os preços estão em R\$ 27/sc e, na região Centro-oeste, R\$ 25/sc.

O indicador Esalq/BM&F fechou em 17/12/2001 em R\$ 26,72/saca, com queda de 0,26% no dia. O indicador em dólar ficou em US\$ 11,34/saca, alta de 0,98%.



**BOI GORDO**

**Novos recordes na exportação de carne**

José Francisco L. R. Matias, gma@bmf.com.br  
Artigo redigido em 17/12/2001

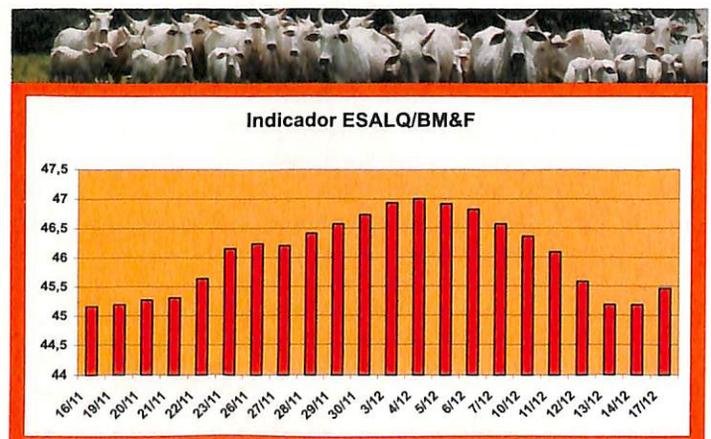
A produção brasileira de carnes deverá fechar 2001 com um aumento de um milhão de toneladas, 7,2% maior que a produção do ano passado. Desse total, apenas 1,9% foi absorvido pelo mercado interno; o restante foi gerado pelo aumento das exportações, que teve a desvalorização cambial e os problemas sanitários que ocorreram na Europa e na América do Sul como grandes aliados. A “doença da vaca louca” ou “BSE” e a Febre Aftosa, além de trazerem fortes restrições ao consumo interno e externo da carne produzida na Europa, deixou o mercado de exportação de carne bovina sem dois de seus grandes players – a Argentina e o Uruguai –, fazendo o setor exportador brasileiro absorver a pressão de compra do mercado mundial. Por esses motivos, observou-se um aumento de 49,8% nas exportações de carne bovina acumuladas nos últimos doze meses e uma receita cambial em torno de US\$ 977.372.

Para 2002, é esperado um novo recorde de produção, porém, um bom desempenho nas exportações será fundamental para se conseguir o equilíbrio de preços, com base em uma oferta condizente com a capacidade de absorção dos mercados.

No mercado futuro de boi gordo na BM&F, o contrato com vencimento para fevereiro de 2002 vem tendo um comportamento de baixa, caindo de R\$ 46,27/@, no dia 16/11, para R\$ 44,70/@ em 17/12. O vencimento dezembro acumula uma baixa de 3,2% nos últimos trinta dias, fechando em R\$ 45,40/

@; isso mostra a importância da fixação de preços que o pecuarista pode buscar na Bolsa.

No mercado à vista, o preço da arroba no indicador ESALQ/BM&F se apresenta em baixa; chegou a R\$ 47/@ em 04/12, mas em 17/12 já estava em R\$ 45,65/@.



## ARROZ

### Retornam os leilões da Conab

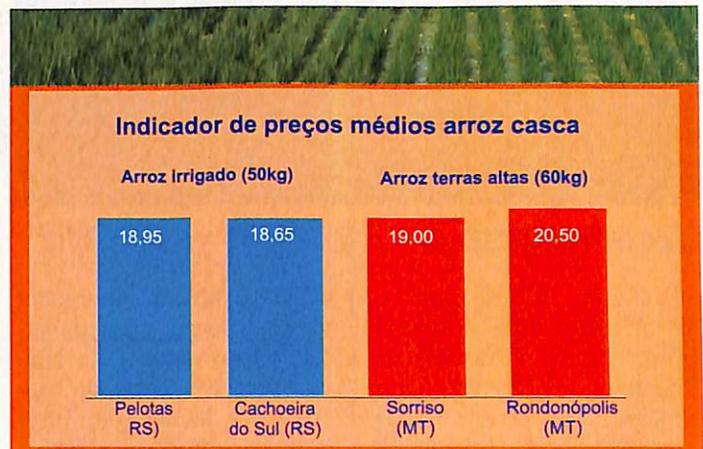
Os leilões de estoques da Conab no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, aliados à queda do dólar, estão pressionando para baixo os preços do produto em casca nos dois estados. As cotações recebidas pelos produtores gaúchos variam de R\$ 18 a R\$ 19, em grande parte do território. Os picos de R\$ 20 pelo saco de 50 quilos estão concentrados no Litoral Norte do RS. O preço médio estadual de R\$ 18,63 representa uma queda de R\$ 1,45/saco, se comparado ao preço médio máximo da atual safra registrado em outubro, de R\$ 20,08. Desde o primeiro leilão de estoques no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, em setembro do ano passado, o preço médio de fechamento recuou R\$ 1,97 por saco. No último dia, a Conab negociou na Bolsa de Mercadorias do RS 12,47 mil toneladas de arroz dos estoques federais depositadas no Estado. A oferta geral era de 15,3 mil toneladas. Num dos leilões, foram vendidas 11.784 toneladas das

13.748 ofertadas, com percentual de 85,72% e preço médio de fechamento de R\$ 18,30. Em outro, foram vendidas 44,51% de 1.553 toneladas. O preço médio de fechamento foi de R\$ 18,03.

O futuro dos preços do produto em casca, no Sul e no Centro-Oeste, vai depender da continuidade ou não dos leilões da Conab. Se prosseguirem, a estimativa é de pressão nos preços até o início da próxima safra.

No Mato Grosso, até o final deste mês serão realizados mais três leilões, com a oferta individual de 60 mil toneladas. O Governo decidiu retomar os leilões dos seus estoques

oficiais, para garantir o abastecimento e evitar alta exagerada nos preços, acima de R\$ 19 a saca. O estoque de arroz do Governo, no Rio Grande do Sul, antes do leilão do dia 18, era de 580 mil toneladas e, no Mato Grosso, 961 mil toneladas, sem contar o volume comercializado no último dia 20.



## FEIJÃO

### Avanço da colheita pressiona preços

O mercado nacional do feijão está em ritmo lento de comercialização, com poucos negócios realizados, mesmo o feijão tipo extra, notadamente o carioca, o preferido dos consumidores. A pouca disponibilidade de feijão em todo o mercado nacional e o estoque de passagem em torno de 200 mil toneladas têm se refletido diretamente nos preços. A entrada do feijão da 1ª safra e o conseqüente aumento da oferta está pressionando as cotações para baixo, especialmente do feijão carioca. Ao contrário do feijão preto, com a oferta mais contida, os preços não estão apresentando significativa oscilação.

Em Santa Catarina, a 1ª Safra 2001/2002 está se desenvolvendo de forma diferenciada, em função das variadas condições climáticas. A região de Campos Novos e Curitiba, com produção mais tecnicizada, se-  
meia cerca de 40% da área a ser culti-

vada. Na região de Chapecó há áreas em fase de desenvolvimento vegetativo e outras já estão sendo colhidas. No Rio Grande do Sul, a produção de feijão deve ser ampliada em 4,7 mil hectares, cerca de 9% em relação à área cultivada na safra anterior. A produção estimada é de 5,6 mil toneladas, em uma área plantada de 124 mil hectares. No RS, cerca de 80% das plantas encontram-se em fase de granação.

No Paraná, cerca de 15% da área já foi colhida, de um total de 392,5 mil hectares. Londrina já colheu 100% da produção de primeira safra. O

Paraná está obtendo um rendimento médio aproximado de 950 quilos por hectare.

A produtividade é considerada boa, a contar pelas baixas temperaturas registradas no Estado em novembro. No Paraná, a produção estimada é de 428 mil toneladas.





## Homenagem à REDE NEW HOLLAND

O Banco CNH Capital prestou uma homenagem especial à Associação Brasileira dos Distribuidores New Holland (Abraforte), em comemoração aos 25 anos de fundação. Para marcar a data, que fechou com chave de ouro o ano de 2001, o banco encomendou duas esculturas a um antigo técnico da linha de produção, que hoje é um escultor conhecido internacionalmente. "Fomos buscar no passado da New Holland, que completou 25 anos em 2000, um personagem ligado à origem da fábrica no Bra-

sil, e que pudesse representar o sucesso alcançado pela marca e suas vendas", diz Hélio Quintão, diretor do banco (E). A homenagem prestada pelo banco, de acordo com Quintão, acontece porque as concessionárias são um elemento fundamental para o ótimo desempenho do CNH Capital no financiamento de máquinas agrícolas. O técnico que virou artista plástico é Luiz Gagliastri, que tem obras expostas no Museu de Arte de São Paulo e no Museu de Arte de Israel, em Jerusalém.

## COAMO faz balanço

O diretor-presidente da Coamo, engenheiro agrônomo José Aroldo Gallassini, apresentou uma pré-avaliação do ano 2001. De uma forma geral, afirmou ele, o ano foi positivo. As dificuldades vividas pela economia brasileira no primeiro semestre foram superadas na segunda metade do ano. "Vários fatores contribuíram para a recuperação do mercado, como a alta do dólar e o aumento no volume de exportações", lembra. Segundo

o presidente da Coamo, a cooperativa deve apresentar um novo recorde no faturamento. Os resultados finais do exercício de 2001 serão apresentados aos cooperados no primeiro trimestre de 2002. "O sucesso da Coamo, ao longo dos seus 31 anos, deve-se principalmente à estabilidade administrativa. Não fazemos segredo sobre a nossa estratégia: administração profissionalizada e o efeito apoio do nosso quadro social", ressalta Gallassini.

## Nova BOLSA DE MERCADORIAS

O final do ano passado também marcou o lançamento da Bolsa Brasileira de Mercadorias (BBM), na Câmara dos Deputados, em Brasília. A nova Bolsa tem como objetivo criar um grande mercado nacional de commodities agropecuárias, com modernos mecanismos de formação de preços e sistema organizado de comercialização, colocando à disposição dos agentes econômicos instrumentos modernos de negociação, em suas diversas modalidades. A BBM deverá disponibilizar pregões, especialmente para os mercados físicos ou disponível; a termo; de

CPRs; de frete; de boi; e de carcaça, entre outros. A iniciativa une a Bolsa de Mercadorias & Futuros e as bolsas de mercadorias de Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Uberlândia. Com o surgimento da BBM, as seis bolsas de mercados físicos que a compõem deixam de existir, tornando-se Centrais Regionais de Operação. A BM&F participará com 55% do patrimônio da Bolsa Brasileira de Mercadorias, ficando responsável pela compensação e liquidação das operações realizadas nos pregões da nova instituição.



## SLC ALIMENTOS festeja resultados

A empresa SLC Alimentos, do grupo SLC Participações, fechou o primeiro ano de atuação no mercado nacional com bons motivos para comemorar. A empresa já ocupa a terceira posição no mercado nacional de arroz e a previsão é que o faturamento tenha alcançado R\$ 120 milhões até dezembro passado. A marca de arroz Namorado, tipos 1 e 2, e parboilizado, representam hoje 64% da comercialização da SLC Alimentos, principalmente para São Paulo e Minas Gerais. Segundo o vice-presidente da SLC Alimentos, Jorge Luiz Logemann (E), a marca está sendo usada para a ex-

pansão dos negócios da empresa em novas regiões, especialmente no Nordeste. Para o gerente-geral da SLC Alimentos, César Lindenmeyer (D), a produção atual, hoje dividida em 8% de feijão, 15% de arroz parboilizado e 77% de arroz branco, deve apresentar alterações a partir da entrada das marcas Namorado e Butuí no Nordeste. "O parboilizado deve dobrar em volume, visto que aquela região é a maior consumidora desse tipo de arroz", afirmou. Em 2002, a empresa pretende crescer 24% em volume físico, expandindo os negócios para o Nordeste e o Paraná.

## Arroz com **SELO DE GARANTIA** de Origem

**A**tenta às exigências e tendências do mercado, a Comercial de Produtos Agrícolas Pitangueira, de Itaquí/RS, chega ao mercado com um produto diferenciado. A partir de uma parceria firmada com a rede de supermercados Carrefour, no final do ano passado, a empresa já está fornecendo arroz da marca Basic com selo de Garantia de Origem. A iniciativa, deflagrada inicialmente em outros estados do País, com outros parceiros locais, iniciará com o fornecimento de 10 mil toneladas/ano de arroz do Grupo Pitangueira, em uma área cultivada de dois mil hectares. “Nosso produto é rastreado desde a semente até a colheita, ou seja, todo o processo produtivo é acompanhado por técnicos, respeitando-se a filosofia com práticas de manejo integrado dentro de uma agricultura sustentável e de qualidade”, explicou o diretor da Pitangueira, Pedro Monteiro Lopes. Em nível nacional, o programa do Carrefour “Portas Abertas ao Cliente Carrefour” oferece 34 produtos com certificado de origem. São produtos naturais com frutas, legumes, carnes, peixes, frutos do mar, ovo, queijo, grãos.



## **ANOTE AÍ**

O VII Congresso Brasileiro de Marketing Rural acontece no próximo dia 8, no Centro de Conferências e Exposições da Amcham, em São Paulo/SP. O encontro tem como objetivo trazer inovações e temas pertinentes ao marketing para serem debatidos, com a finalidade de gerar novas idéias e buscar novas soluções. Simultaneamente, ocorrerá um Trade Show com fornecedores de serviços voltados para as áreas de comunicação e marketing de indústrias/empresas. Informações (11) 3812-7814.

## **FARSUL faz balanço positivo de 2001**

**A** produção agrícola no Rio Grande do Sul deve fechar com um crescimento de 33% em relação ao ano passado. A previsão otimista é do presidente da Federação da Agricultura do Estado (Farsul), Carlos Sperotto. Se o aumento se confirmar, os gaúchos serão responsáveis por 20,3% da produção agrícola nacio-

nal, com uma safra superior a 20 milhões de toneladas. Sperotto atribuiu o bom desempenho do setor ao esforço do produtor. “O agricultor, há mais de cinco anos, está aplicando tecnologia avançada no campo”, disse. Para este ano, o dirigente espera um crescimento ainda maior e a melhoria da renda no setor. Para assegurar a

sanidade do rebanho gaúcho, a entidade irá pleitear a melhoria das inspetorias veterinárias do Estado. Segundo ele, o trabalho desenvolvido pelas inspetorias é fundamental para assegurar a sanidade do rebanho. A meta de reestruturação do sistema de defesa sanitária contará ainda com a formação da diretoria de Produção Animal.

No próximo dia 15, a Embrapa Meio Norte estará promovendo um Dia de Campo sobre “Avanços tecnológicos no cultivo de feijão caupi”, na Embrapa Sede, em Brasília/DF. O encontro tem por objetivo divulgar os trabalhos de pesquisa do cultivo do feijão caupi. Informações pelo telefone (86) 225-1141 ou e-mail sac@cpamn.embrapa.br

## **AGROECOLOGIA quer inclusão social**

**O** 2º Seminário Internacional sobre Agroecologia, realizado em Porto Alegre/RS, entre os dias 26 e 28 de novembro do ano passado, reafirmou a agroecologia como “único caminho para a construção da sustentabilidade social, econômica e ambiental no meio rural”. Mais de duas mil pessoas de 11 países e 14 estados brasileiros participaram do encontro que, ao final,

fortaleceu a urgência da adoção de um modelo rural com inclusão social. A “Carta Agroecológica 2001 – Um outro desenvolvimento rural

é possível”, elaborada no final do evento, será encaminhada ao Fórum Social Mundial, que acontece este mês na capital gaúcha. O documento ressalta a importância de o mercado estimular a produção e o consumo de alimentos agroecológicos local e regional. A divulgação da agroecologia, por meio das instituições de ensino e pesquisa, também integra os dez itens da carta.



Nos dias 23 e 24 de janeiro, a Kepler Weber estará realizando o Curso de Operação e Manutenção dos Sistemas de Armazenagem. Durante os dois dias, os participantes terão a oportunidade de vivenciar experiências diretas com equipamentos de beneficiamento e armazenagem, sua funcionalidade e praticidade. Com carga horária de 16 horas, as aulas serão desenvolvidas na fábrica da Kepler, em Panambi, e em instalações de armazenagem da região. As inscrições são gratuitas. Os cursos da Kepler serão repetidos todos os meses até o final do ano. Informações DDG 0800-512104.



Divulgação

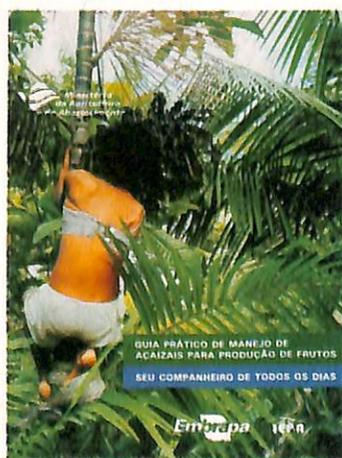
## Finep reconhece PROJETO PACU

Por dois anos consecutivos o Projeto Pacu Aqüicultura Ltda chegou à finalíssima do Prêmio Finep de Inovação Tecnológica, na categoria Pequena Empresa do Centro-Oeste. Considerado a empresa sul-americana de maior destaque na reprodução de alevinos e espécies nativas de peixes, como o pintado, o dourado, o pacu e a pirarara, o Proje-

to Pacu foi criado há 15 anos no município de Terenos, no Mato Grosso do Sul. Atualmente, é o maior produtor de alevinos do Brasil, com cerca de 85% de participação no mercado de pintado/cachara. Há nove anos começou a exportar e, hoje, fornece alevinos, peixes ornamentais e alimentícios para os Estados Unidos, Japão e Alemanha.

## O correto manejo de AÇAIZAIS

A Embrapa Amapá está lançando a cartilha “Guia Prático de Manejo de Açaizais para Produção de Frutos”, dirigida a produtores e técnicos agrícolas. A cartilha foi elaborada pelo pesquisador José Antônio Leite de Queiróz e apresenta tecnologia de mínimo impacto para o manejo e a recuperação de açaizais nativos. As principais características desse tipo de tecnologia são a manutenção da diversidade florestal de açaizal, o aumento em até cinco vezes da produção de frutos, o maior rendimento para os produtores e o baixo investimento para a sua implementação. O manejo de mínimo impacto determina a combinação e a população de árvores folhosas e outras palmeiras adequadas



Divulgação

para a produção de frutos em açaizais nativos, eliminando os possíveis danos ambientais que vêm sendo observados em açaizais manejados em monocultivos. A cartilha pode ser adquirida na Embrapa Amapá pelo telefone (96) 241-1551 ou e-mail sac@cpafap.embrapa.br

## Britânicos apoiam TRANSGÊNICOS

Cerca de 63% dos agricultores britânicos são favoráveis ao uso de sementes geneticamente modificadas na agricultura. O resultado faz parte de uma enquete realizada pelo National Farm Research Unit (Unidade de Pesquisa Agrícola Nacional), da Grã-Bretanha, e contraria os argumentos utilizados por ambientalistas de que os produtores rejeitariam o uso da biotecnologia agrícola. A pesquisa ou-

viu 5.448 agricultores, cujo resultado oficial foi o seguinte: 63% favoráveis, 8% contra e 29% não souberam responder. Segundo Guy Smith, agricultor e membro do CropGen – entidade composta por cientistas e agricultores britânicos para a discussão da biotecnologia agrícola –, “a biotecnologia é uma ciência que oferece a oportunidade de atender aos novos desafios na produção de alimentos”.

## Iapar lança CD-ROM

O Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) lançou recentemente um completo banco de dados sobre a agricultura paranaense. O CD-ROM “Tipos de Estabelecimentos Agropecuários do Paraná” traça um perfil das diferentes categorias de agricultores e propriedades agrícolas do Estado. A ferramenta é direcionada tanto para o setor público quanto para o privado, em relação ao planejamento de políticas ou campanhas mercadológicas para a área. O CD-ROM tem como base o último censo agropecuário realizado no Brasil (1996) e aplica toda a experiência metodológica desenvolvida e aprimorada pelo Iapar, para conhecimento, leitura e recomendações de sistemas de produção dirigidos à agricultura familiar.



Divulgação

## Combate à VASSOURA-DE-BRUXA

O projeto Genoma do Cacau, que iniciou o sequenciamento do fungo *Cripinellis pernicioso*, promete acabar com a vassoura-de-bruxa. Os cientistas querem desvendar a “conversa química” entre o fungo e a planta, descobrir o mecanismo de cruzamento do *Cripinellis* e verificar como ocorre a esporulação que provoca a disseminação do mal. O projeto já sequenciou 16 milhões de pares de base da vassoura-de-bruxa, cerca de 15% do

total. A expectativa dos cientistas é de que em dois anos todo o genoma do fungo seja conhecido. Quando o trabalho estiver concluído será possível modificar geneticamente a planta ou desenvolver produto químico que impeça a disseminação do fungo. A equipe é formada por cientistas da Unicamp, Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), do Centro de Pesquisa do Cacau (Cepec), da Ceplac e da Embrapa.

## Metasa lança **SEMEADORA** para arroz

A Metasa está colocando no mercado a primeira semeadora de arroz com duas seções de linhas de plantio, uma à frente e outra atrás, transpassadas, para no final obter o espaçamento de 17 cm

entre si, que executa o plantio de arroz sobre taipas. O espaçamento entre linhas na seção 34 cm possibilita o plantio em terrenos úmidos, sem embuchamentos. Com isso, o produtor ganha tempo em relação a máquinas convencionais, pois tem condições de reiniciar o plantio logo após as chuvas. O equipamento possui linhas pantográficas de alto curso, para absorção da altura das taipas (até 53 cm), e pantógrafos com lubrificação permanente, evitando o rompimento das taipas.



Divulgação

Metasa, Rua Arno Pini, 1380, Distrito Industrial João Menegaz, Passo Fundo/RS, CEP 99050-130, fone (54) 316-6200, [www.metasa.com.br](http://www.metasa.com.br)

## Dow AgroSciences combate **CUPINS**

A Dow AgroSciences lança no mercado brasileiro o Sistema Sentricon, líder de vendas nos Estados Unidos e único na América Latina a utilizar estações de iscas para o controle de colônia de cupins subterrâneos. Por meio de processos de aplicação e monitoramento, o Sentricon elimina a colônia e age preventivamente, uma novidade no mercado nacional. O sistema é uma opção para substituir os tratamentos convencionais utilizados até hoje. O ingrediente ativo é o hexaflumuron, um inibidor de formação de quitina – um dos componentes do exoesqueleto dos insetos. O sistema, que exigiu investimentos da ordem de US\$ 100 milhões, será inicialmente distribuído nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.



Divulgação

Dow AgroSciences Industrial Ltda, Rua Alexandre Dumas, 1671, 4º andar, ala C, Chácara Santo Antônio, São Paulo/SP, CEP 04717-903, fone (11) 5188-9000, fax (11) 5188-9385, [www.dowagrosciences.com.br](http://www.dowagrosciences.com.br)

## Cortar **GRAMA** ficou mais fácil

A Husqvarna está lançando dois cortadores de grama com alta produtividade e ótimo desempenho: o Giro Zero, com giro de 360°, facilita o serviço e amplia a área roçada. Tem corte preciso e oferece alta segurança, atingindo até 16 km/h. As rodas traseiras largas e o assento acolchoado proporcionam conforto ao operador. Além disso, garante estabilidade em diversos tipos de relevos. Já o Motocultor realiza corte preciso em qualquer altura, com uma alavanca de marchas desenvolvida para mudanças sem o auxílio das mãos.



Divulgação

Electrolux do Brasil S.A – Divisão Husqvarna, rua Dr. Costa Júnior, 338, Água Branca/SP, CEP 05002-000, Fone (11) 3871-1838, fax (11) 3871-2339, [www.br.husqvarna.com](http://www.br.husqvarna.com)

## Muita tecnologia em nova **PLANTADEIRA**

PPSolo Speed Box, o nome da nova semeadora de precisão da Agri-Tillage do Brasil. O equipamento oferece linhas de adubo e sementes desencontradas, caixas de câmbio com 62 combinações de velocidades e depósito de adubo com grande capacidade. Além disso, possui distribuidores de sementes horizontal, com mecanismo dosador de precisão e discos de sementes perfurados, para cada tipo de cultura.



Divulgação

Agri-Tillage do Brasil Ltda., Av. Baldan, 1.500, Matão/SP, fone: (16) 282-2577, fax (16) 282-6500. [www.agritillage.com.br](http://www.agritillage.com.br)

## Máquina para **PEQUENAS** propriedades

Máquinas versáteis e eficientes para pequenas propriedades. Assim são as semeadoras múltiplas SAM 135, com 7 linhas por 17cm ou 3 linhas por 45cm, e a SAM 2, com 11 linhas por 17cm ou 5 linhas por 40cm, lançadas pela Semeato. Os novos equipamentos realizam com precisão a semeadura de culturas de verão, inverno e pastagem, utilizando linhas com sistema pantográfico, com maior uniformidade no plantio e eficiência na copingagem do terreno. As semeadoras têm rodado articulado, que proporciona uma melhor distribuição do peso, mantendo-se sempre em contato com o solo e reduzindo a patinagem.



Divulgação

Semeato S.A Indústria e Comércio, rua Camilo Ribeiro, 190, São Cristóvão, Passo Fundo/RS, [www.semeato.com.br](http://www.semeato.com.br)



Divulgação

**Martin Mundstock**, é diretor comercial da John Deere Brasil S.A.

# O cenário positivo do AGRONEGÓCIO

O cenário econômico estável, a perspectiva positiva com relação às próximas safras e a continuidade dos programas oficiais de apoio à renovação da frota de máquinas no campo fazem vislumbrar um futuro bastante promissor para o *agribusiness* nacional e, em decorrência, também para a economia brasileira, considerando que o setor primário é uma das bases produtivas mais sólidas para o crescimento mais equilibrado das Nações.

O País avança, tecnologicamente, a passos largos. Esse fato, que constitui-se num importante divisor de águas, nos faz antever uma favorável inserção mercadológica e institucional daqueles que se prepararam para oferecer produtos adequados para as necessidades do produtor rural e de seus decorrentes consumidores urbanos.

Quando se sabe que o Brasil tropical detém as maiores reservas de terras agricultáveis e o maior manancial de água do planeta – insumos básicos democráticos para fazer germinar o grão que alimenta o mundo – não se tem o direito de ser pessimista.

Aliado às variáveis naturais, há que se considerar a vocação do homem dos campos brasileiros em produzir sempre mais e melhor. É vital, também, que ganhe forma o programa de política agrícola, em gestação há mais de seis anos, que deve contemplar adequadamente o legítimo instrumento do seguro agrícola e de mecanismos de comercialização

específicos para cada cultura, visando a fortalecer toda a cadeia do agronegócio.

Convém lembrar que da mesma forma que a agricultura, a pecuária brasileira desponta como um grande potencial de negócios, tanto no mercado interno, que agregou consumo, como no externo, que passou a reconhecer sua qualidade. Em ambos os casos, a palavra de ordem atende pelo nome de tecnologia, não apenas para produzir o suficiente para alimentar os brasileiros, como para gerar excedentes exportáveis e as necessárias divisas para o Brasil. O País precisa ocupar o espaço aberto, por exemplo, para a carne do chamado boi verde no exigente mercado europeu, o que requer pastagens adequadas e alimentação de qualidade para os rebanhos.

É o Moderfrota, como um dos itens dessa complexa receita, materializa o pensamento de que a natureza precisa de uma ajuda do homem. O instrumento, criado em maio de 2000, mais do que uma linha de crédito acessível, alavancou o ânimo daqueles que contemplavam o horizonte clamando por mais ou menos chuva, ou por mais ou menos crédito em tempo hábil. É o acesso de novas camadas da sociedade produtora brasileira à tecnologia que, por sua vez, canaliza os esforços na direção de maior produtividade.

O mecanis-

mo ainda é novo, mas já mostra sua eficácia e a necessidade de vida longa. Se pouco mais de 10% da frota de máquinas agrícolas foi renovada em menos de dois anos, o que deve ser saudado, há portanto um longo e frutífero caminho a ser percorrido pelo Moderfrota, que financia mais de 90% das vendas de máquinas. Simultaneamente, ganhou fôlego o produtor rural que obteve alongamento de prazos para quitar suas dívidas de safras passadas e pensar com dedicação na próxima plantação.

Mercado saneado, empresas sólidas. A premissa, válida para todos os continentes, ganha forma no Brasil, onde as empresas que investiram em tecnologia e conquistaram o mercado com a necessária seriedade, invertem posições e transformam-se em bases provedoras de máquinas para suas matrizes no exterior. O fato torna-se ainda mais relevante quando se sabe do esforço quase generalizado das Companhias que operam no mercado brasileiro em avançarem em seus programas de nacionalização, de tal forma a garantirem maior grau de competitividade, fator absolutamente relevante no mundo globalizado. ■

*Se pouco mais de 10% da frota de máquinas agrícolas foi renovada em menos de dois anos, há portanto um longo e frutífero caminho a ser percorrido pelo Moderfrota*



# AGROVIDA

Bayer 

Proteção das Plantas

[www.agro.bayer.com.br](http://www.agro.bayer.com.br)

Entra safra sai safra e o Brasil está produzindo cada vez melhor. A cada ano, cresce a quantidade e a qualidade da produção de grãos em terras brasileiras. Conseqüentemente, cresce também a confiança do produtor brasileiro na produtividade das colheitadeiras New Holland. É por isso que não é de hoje que a New Holland é líder absoluta em colheitadeiras no país. Porque quanto mais o produtor brasileiro fica eficiente, mais ele dá valor a uma New Holland. Vá ao seu concessionário e escolha também a New Holland perfeita para você extrair o máximo da sua safra.



**Nesta safra, o Brasil vai chegar a  
100 milhões  
de toneladas de grãos.  
E onde tem safra recorde,  
tem colheitadeira New Holland.**



**NEW HOLLAND**

**Colheitadeiras New Holland** Líderes absolutas em todas as safras.